

Volume 1 ::

Maria Letícia Corrêa
Monica Piccolo Almeida

Volume 1 ::



História do Brasil IV ::

História do Brasil IV

cederj



**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

Ministério da
Educação





Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

História do Brasil IV

Volume 1

Maria Leticia Corrêa

Monica Piccolo Almeida



GOVERNO DO
Rio de Janeiro

SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA

**UNIVERSIDADE
ABERTA DO BRASIL**

Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Apoio:



FAPERJ

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua da Ajuda, 5 – Centro – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20040-000

Tel.: (21) 2333-1112 Fax: (21) 2333-1116

Presidente

Carlos Eduardo Bielschowsky

Vice-presidente

Masako Oya Masuda

Coordenação do Curso de História

UNIRIO – Mariana Muaze

Material Didático

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Maria Leticia Corrêa

Monica Piccolo Almeida

COORDENAÇÃO DE

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

SUPERVISÃO DE

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Miguel Siano da Cunha

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

E REVISÃO

Henrique Oliveira

Jorge Amaral

Lúcia Beatriz da Silva Alves

Paulo Alves

AValiação DO MATERIAL DIDÁTICO

Thaís de Siervi

Departamento de Produção

EDITOR

Fábio Rapello Alencar

COORDENAÇÃO DE

REVISÃO

Cristina Freixinho

REVISÃO TIPOGRÁFICA

Carolina Godoi

Cristina Freixinho

Elaine Bayma

Renata Lauria

COORDENAÇÃO DE

PRODUÇÃO

Ronaldo d'Aguar Silva

DIRETOR DE ARTE

Alexandre d'Oliveira

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Alessandra Nogueira

Carlos Cordeiro

ILUSTRAÇÃO

Clara Gomes

CAPA

Clara Gomes

PRODUÇÃO GRÁFICA

Verônica Paranhos

Copyright © 2011, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

C824

Corrêa, Maria Leticia

História do Brasil IV. v. 1. / Maria Leticia Corrêa, Monica Piccolo Almeida. - Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2011.

220 p. ; 19 x 26,5 cm.

ISBN 978-85-7648-745-6

1. Historiografia. 2. Revolução de 1930. 3. História do Brasil. I. Almeida, Monica Piccolo. II. Título.

CDD 981

2011.2/2012.1

Referências Bibliográficas e catalogação na fonte, de acordo com as normas da ABNT e AACR2.
Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador
Sérgio Cabral Filho

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia
Alexandre Cardoso

Universidades Consorciadas

UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO
Reitor: Silvério de Paiva Freitas

UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Ricardo Vieiralves

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL
FLUMINENSE
Reitor: Roberto de Souza Salles

UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO
Reitor: Aloísio Teixeira

UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Ricardo Motta Miranda

UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO
Reitor: Luiz Pedro San Gil Jutuca

Aula 1 – A Revolução de 1930 e o significado da Era Vargas: historiografia	7
Maria Letícia Corrêa	
Aula 2 – Os desafios do Governo Provisório de Getúlio Vargas (1930-1934): a "Revolução Constitucionalista" e a Assembleia Nacional Constituinte	33
Maria Letícia Corrêa	
Aula 3 – O Estado Novo e a Constituição de 1937: nacionalismo e autoritarismo. Cultura e propaganda no Estado Novo	55
Monica Piccolo Almeida	
Aula 4 – Economia e industrialização na Era Vargas	81
Monica Piccolo Almeida	
Aula 5 – O projeto político e social de Getúlio Vargas: legislação trabalhista, sindicalismo e movimento operário	107
Maria Letícia Corrêa	
Aula 6 – Redemocratização, Assembleia Nacional Constituinte (1946) e evolução político-partidária no pós-1945	131
Maria Letícia Corrêa	
Aula 7 – Trabalhadores e política no período democrático: trabalhismo e populismo (1946-1964)	159
Monica Piccolo Almeida	
Aula 8 – Economia e industrialização: o debate nacional-desenvolvimentista	187
Monica Piccolo Almeida	
Referências	213

Aula 1

A Revolução de 1930 e o significado da Era Vargas: historiografia

Maria Leticia Corrêa

Meta da aula

Apresentar os eventos que desencadearam a Revolução de 1930 e suas distintas interpretações.

Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

1. identificar as particularidades da Primeira República que abriram caminho para a implementação do regime oligárquico;
2. reconhecer as condições políticas que tornaram possível a eclosão da Revolução de 1930;
3. identificar as principais linhas historiográficas sobre a Revolução de 1930.

Pré-requisito

Para acompanhar esta aula, você precisa ter estudado as principais características da Primeira República, principalmente os elementos constitutivos da chamada "crise dos anos 1920".

INTRODUÇÃO

O movimento revolucionário que levou Getúlio Vargas ao poder em 1930 é consensualmente caracterizado pelos historiadores como uma das rupturas institucionais que ocorreram na história republicana brasileira.

Ao final do governo relativamente tranquilo de Washington Luiz (1926-1930), surgiu uma importante cisão entre as elites políticas dos principais estados brasileiros. Essa cisão acabaria por levar ao fim da Primeira República. Mais ainda, um novo tipo de Estado surgiria a partir de então, caracterizado por uma maior capacidade de regulamentação das atividades econômicas e do mercado de trabalho.

O movimento revolucionário de 1930, em que pese o elevado grau de inovações que foram desencadeadas a partir de então, não pode ser plenamente compreendido sem que um olhar mais atento seja conferido à dinâmica política e econômica da Primeira República. Os grupos políticos que nele se enfrentaram constituíram suas alianças em momentos anteriores a 1930. A cisão oligárquica começou a ser gestada ainda nos anos 1920. As transformações econômicas desencadeadas como consequência da crise do capitalismo de 1929 remontavam ao período após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Por esse motivo, antes de focalizarmos as questões que desencadearam o movimento revolucionário que levou Getúlio Vargas ao poder, faz-se necessário um recuar no tempo para considerar o contexto político da chamada “Primeira República”.

Nesta aula, portanto, você vai aprender sobre os importantes eventos que desencadearam a Revolução de 1930 e as distintas leituras produzidas pelos historiadores sobre o tema.

As origens do poder das oligarquias

Revolução Federalista

Conflito militar que eclodiu no Rio Grande do Sul em 1893, opondo republicanos históricos organizados no Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), adeptos do positivismo, aos liberais organizados no Partido Federalista. Os liberais defendiam a revogação da Constituição estadual, baseada na doutrina positivista, e a instauração de um governo parlamentar. A guerra civil entre essas duas facções teve início em fevereiro de 1893, encerrando-se apenas dois anos e meio depois, no governo do presidente Prudente de Moraes (1894-1898).

Empirismo

Doutrina que atribui a origem das ideias ou conhecimento à experiência: conhecimentos práticos devidos a experiências.

A unidade que se constituiu em torno do movimento republicano rapidamente se rompeu, após a consumação do golpe de 15 de novembro de 1889. Os vários grupos que se envolveram na conspiração que depôs a monarquia divergiam em suas concepções sobre como organizar a República. Lideranças políticas dos principais estados – São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul – propunham que se instaurasse uma República Federativa, o que poderia assegurar maior autonomia às unidades regionais. O Partido Republicano Paulista (PRP) e os políticos mineiros defendiam o modelo político liberal no qual a República seria constituída de cidadãos, representados por um presidente eleito e pelo Congresso Nacional. Os republicanos gaúchos eram positivistas e defendiam um projeto autoritário de República norteados pela conquista da ordem e do progresso. No sul do país, o enfrentamento entre positivistas e liberais levou à eclosão da **Revolução Federalista**, o que acabou estendendo a guerra civil por mais de dois anos.



Positivismo

Auguste Comte (1798-1857) é geralmente reconhecido como o fundador do positivismo ou “filosofia positiva”. O projeto intelectual e político de Comte era a extensão dos métodos científicos das ciências naturais ao estudo da sociedade: a criação de uma “sociologia” científica. Sua concepção do método científico era evolucionista e baseada no **empirismo**. Uma vez submetido o domínio das ciências humanas ao método das ciências da natureza, cessaria a anarquia intelectual e uma nova ordem institucional iria adquirir estabilidade graças ao consenso. Os governos se utilizariam do conhecimento social e científico como base para reformas paulatinas e efetivas, fortalecendo-se

ainda mais o consenso. A nova ordem da sociedade – a sociedade científico-industrial teria a ciência como sua religião **secular**, funcionalmente análoga ao catolicismo da velha ordem (BOTTOMORE, 1988).



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Auguste_Comte.jpg

Secular

Temporal, mundano, civil; aquele que não pertence a ordens religiosas; leigo (FERREIRA, 2009).

Nos primeiros anos da República instaurou-se o comando político dos militares. Deodoro da Fonseca assumiu a chefia do Governo Provisório em 15 de novembro de 1889, elegendo-se, em pleito indireto realizado em 24 de fevereiro do ano seguinte pelo congresso constituinte, primeiro presidente da República. Poucos meses depois, em novembro do mesmo ano, renunciou ao cargo, incapaz de enfrentar a oposição do Congresso Nacional. Foi substituído na presidência por Floriano Peixoto, que concluiu o mandato em 1894.

**A renúncia do presidente**

O primeiro presidente da República brasileiro renunciou no dia 23 de novembro de 1891 para afastar a possibilidade de *impeachment*. Depois desse caso, ocorrido com Deodoro da Fonseca, o único presidente brasileiro afastado pelo Congresso Nacional foi Fernando Collor de Mello, primeiro presidente eleito diretamente em 1989, após os governos militares (1964-1985).

Nos primeiros anos da República, somou-se a esse quadro de grande instabilidade política uma grave crise econômica, que ficou conhecida pelo nome de “encilhamento”. Encilhamento foi o nome pelo qual ficou conhecida a política econômica adotada pelo ministro da Fazenda Rui Barbosa, durante o governo do presidente Deodoro da Fonseca. O ministro tomou diversas iniciativas tendo em vista o incentivo à emissão de papel moeda e à expansão do crédito, com o objetivo de facilitar o processo de industrialização do país e o desenvolvimento dos diversos negócios. O efeito dessa política de ampliação do crédito foi uma onda especulativa em 1891, levando à queda abrupta dos preços das ações de diversas companhias, a inúmeras falências de estabelecimentos bancários e empresas e à desvalorização da moeda brasileira, o mil-réis. A palavra encilhamento refere-se ao ato de encilhar, ou colocar a cilha (cinta) nos cavalos para prender a sela, o que corresponde, no hipismo, a um preparativo para as corridas. Dessa forma, o uso da palavra encilhamento para definir a crise econômica sugeria que os especuladores que negociavam as ações das diversas empresas, criadas com a política de expansão de créditos, agiam de forma análoga aos apostadores nas corridas de cavalos.

Foi em meio à crise econômica que os civis, enfim, chegaram ao poder. A sucessão de Floriano Peixoto delimitou, portanto o

encerramento do período de domínio dos militares na presidência da República. Desde então, ao longo da Primeira República, a única exceção foi o governo do marechal Hermes da Fonseca, eleito para o período 1910-1914.

A “política dos estados”

No governo de Prudente de Moraes tornou-se aguda a oposição entre os grupos políticos tradicionais, organizados nos estados, e os republicanos “jacobinos”, que atuavam na cidade do Rio de Janeiro, então capital do país. Em 1897, alguns dos líderes jacobinos se envolveram em uma tentativa de assassinato do presidente da República, ao que se seguiu a repressão e a desorganização do movimento.



Jacobinismo

Os jacobinos derivaram seu nome de uma das correntes políticas predominantes da Revolução Francesa. Reuniam um contingente de membros de baixa classe média, trabalhadores urbanos, operários e militares de baixas patentes, atingidos pelas péssimas condições de vida e pela crise de carestia. Defendiam a instauração de um governo autoritário, capaz de combater as ameaças monarquistas e as liberais. Apoiaram Floriano Peixoto e o transformaram em uma bandeira de seu movimento depois da morte do general em 1895.

O início do governo do político paulista Campos Sales (1898-1902) foi visto como o triunfo da elite política dos grandes estados, com São Paulo à frente. Encontrava-se em aberto, todavia,

a criação de instrumentos políticos e institucionais para que o sistema oligárquico pudesse se assentar em bases estáveis. Foi então que se articulou um poderoso pacto intraoligárquico, que conduziu a política brasileira até 1930.



Sistema oligárquico

Os sistemas oligárquicos se caracterizam por um poder restrito, homogêneo, estável, com organização interna e fortes vínculos entre seus membros. São pouco confiantes na lealdade de quem a eles pertence e cautelosos na admissão de novos membros. Governam de modo autoritário, robustecendo o executivo, controlando o judiciário, marginalizando ou excluindo o Parlamento, desencorajando ou eliminando a oposição. A unidade das oligarquias, sua coesão e sua relativa estabilidade não dependem do respeito ao princípio hereditário, mas da comunhão de interesses, da integração de um corpo de funcionários públicos e da solidariedade do movimento revolucionário ou de libertação nacional que as levou ao poder (BOBBIO, 2002).

Campos Sales implementou o mecanismo político conhecido como “política dos estados” ou “política dos governadores”. Seus principais objetivos eram reduzir ao máximo as disputas estaduais, prestigiando os grupos políticos mais fortes; consolidar um acordo básico entre a União e as unidades da federação, quando da definição da sucessão presidencial; e diminuir os conflitos entre os poderes executivo e legislativo, controlando o processo de escolha dos deputados. O governo federal passava, assim, a sustentar os grupos políticos dominantes nos estados, enquanto estes, em troca, apoiariam o presidente da República. Para ajustar a Câmara dos

Deputados a esses fins, os candidatos eleitos teriam sua posse condicionada à expedição de um diploma pela “Comissão de Verificação de Poderes”, constituída por deputados escolhidos pelo plenário da Câmara.

Uma importante inovação introduzida no governo de Campos Sales deu-se na escolha do presidente temporário para a nova legislatura na Câmara, que desempenhava papel central na escolha dos integrantes da Comissão de Verificação de Poderes. Antes exercido pelo mais velho dentre os candidatos diplomados, esse cargo passou a ser ocupado pelo antigo presidente da Câmara, cujo período legislativo tinha se encerrado, desde que tivesse sido reeleito. Dessa forma, um presidente da Câmara dos Deputados, temporário e de confiança, passava a influir na composição da Comissão de Verificação, de modo a garantir os mandatos daqueles que representassem os grupos dominantes nos estados e fossem fiéis ao governo federal. Aqueles que se encontrassem fora desse grupo não tinham suas eleições reconhecidas, sendo “degolados”, como se dizia na gíria da época. Nos estados e municípios, os resultados eleitorais eram garantidos pela ação dos chefes políticos locais, conhecidos como “coronéis”.



Coronelismo

O conceito de coronelismo é marcado por várias interpretações. Uma das mais difundidas é aquela formulada por Vítor Nunes Leal no livro *Coronelismo, enxada e voto*, de 1948. Para Leal, o coronelismo se apresenta como um sistema político, uma complexa rede de relações que permeia todos os níveis de atuação política, não devendo ser confundido com o mandonismo local. Para Leal, o coronelismo foi um sistema político surgido na Primeira República, como consequência da decadência do poder exercido pelo coronel em seu

município. Desta decadência é que surge a necessidade do compromisso com o governo estadual, elo inicial da rede que envolveria o sistema como um todo. Outros estudiosos, como Nestor Duarte e Maria Isaura Pereira de Queirós, diferentemente de Leal, analisam o coronelismo com o sentido de mandonismo. Poderia ser traçado, portanto, nesse caso, um contínuo desse fenômeno, desde os tempos coloniais até os dias atuais. A linha mestra do coronelismo era a capacidade que possuíam os chefes locais de controlar a população ao seu redor, fruto do monopólio sobre os recursos econômicos, sociais e políticos. Para José Murilo de Carvalho, o conceito de coronelismo tem maior utilidade quando se limita àquela fase do processo político brasileiro, a Primeira República, em que a classe proprietária se viu forçada a integrar o sistema político, em razão da transformação das antigas províncias em estados federados. No período compreendido entre 1889 e 1930, portanto, estabeleceu-se um equilíbrio precário, decorrente das tentativas de processar a incorporação pelo pacto federalista, num sistema nacional de poder, dos donos de terra que tinham sua força política e econômica no controle sobre a população rural. A Revolução de 1930 veio desequilibrar essa situação em favor da União (ABREU, 2001).

Ficava assim definida a nova engenharia política que consolidou o poder das oligarquias dos grandes estados, que, embora questionado em alguns momentos, garantiu-lhes o controle político e econômico do país até a Revolução de 1930.



Atende ao Objetivo 1

1. A partir da análise da charge a seguir, identifique as principais características políticas e eleitorais que predominaram ao longo da Primeira República (1889-1930).



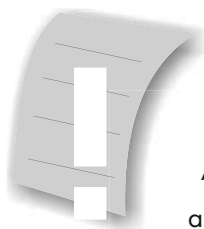
Fonte: Revista Careta, 1927. <http://bndigital.bn.br/index.htm>

Resposta Comentada

A partir do governo de Campos Sales (1889-1902), instaurou-se um pacto intraoligárquico que garantiu às oligarquias dominantes a construção de instrumentos de dominação que se estenderam até 1930. No centro desse projeto encontrava-se a “política dos governadores” e a organização do sistema eleitoral (voto aberto), que excluía a possibilidade de vitória eleitoral da oposição.

Em que pese a estabilidade política conquistada com o pacto intraoligárquico, a Primeira República não esteve livre de crises políticas. A interpretação recorrente de que durante esse período teria havido um revezamento do poder entre as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais não se sustenta empiricamente. Também não pode ser dito que em todas as eleições houve apenas a simples ratificação de um nome previamente escolhido. Ocorreram acirradas disputas nas eleições presidenciais de 1910, 1922 e 1930, e nem sempre a união entre as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais esteve ausente de conflitos. Entre 1894 e 1902, foram eleitos seguidamente três presidentes paulistas – Prudente de Moraes, Campos Sales e Rodrigues Alves –, mas tal fato não voltou a se repetir.

A dissidência entre as duas principais forças políticas do país eclodiu nas eleições presidenciais de 1909, abrindo espaço para o retorno dos militares ao poder e para o fortalecimento do Rio Grande do Sul no cenário político nacional. No pleito presidencial daquele ano candidatou-se o marechal Hermes da Fonseca, sobrinho de Deodoro da Fonseca, com o apoio do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e setores das Forças Armadas. Os estados São Paulo e Bahia lançaram a candidatura de Rui Barbosa, que procurou atrair o voto da classe média, ao criticar o sistema eleitoral então vigente, defendendo os princípios democráticos e o voto secreto. A campanha de Rui Barbosa ficou conhecida como “campanha civilista”, apresentando-se como uma reação à intervenção dos militares na política.



Sistema eleitoral da Primeira República

Após a proclamação da República, o sufrágio foi estendido a todos os homens alfabetizados, maiores de 21 anos. O voto não era obrigatório nem secreto.

A crise dos anos 1920

Também não houve consenso quando se colocou o problema da sucessão do presidente Epitácio Pessoa (1919-1922). No pleito realizado em 1922, enfrentaram-se o candidato mineiro Artur Bernardes, apoiado por São Paulo e Minas Gerais, e a chapa denominada “Reação Republicana”, formada pelos estados do Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e Distrito Federal, que apresentou a candidatura do senador fluminense Nilo Peçanha.

A emergência dessa importante aliança oposicionista evidenciou, mais uma vez, desde a campanha civilista, a contestação do controle da máquina política por parte das oligarquias paulista e mineira. Expressou, além disso, as insatisfações por parte das chamadas “oligarquias de segunda grandeza”, como eram conhecidos os grupos políticos que controlavam o poder naqueles estados, diante de sua exclusão das decisões centrais da política no país. A campanha presidencial de Nilo Peçanha baseou-se na defesa da independência do Poder Legislativo frente ao Executivo, do fortalecimento das Forças Armadas e da concessão de direitos sociais aos trabalhadores urbanos, que se apresentavam sob um discurso de “regeneração” da República brasileira.

Em março de 1922, a confirmação da vitória de Artur Bernardes abriu caminho para os diversos levantes de oficiais militares de baixas patentes, que ficaram conhecidos como tenentes. No mês de julho, rebelaram-se algumas unidades militares no Mato Grosso e o Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro. Também no ano de 1922, registrou-se a criação do Partido Comunista do Brasil. Dois anos depois, em julho de 1924, eclodiu nova rebelião militar em São Paulo, liderada pelo general reformado Isidoro Dias Lopes e pelo Major Miguel Costa, que teriam atuação de destaque, mais tarde, na Revolução de 1930. Os revoltosos deixariam a capital paulista tomando a direção do Rio Grande do Sul, onde organizaram a coluna Prestes, liderada pelo coronel comissionado Luís Carlos Prestes e por Miguel Costa, que percorreu o país, em combate contra as forças legalistas, até o ano de 1927.



Figura 1.1: Luís Carlos Prestes, o líder da coluna, em foto de 1959.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Bundesarchiv_Bild_183-69234-0003,_Luis_Carlos_Prestes.jpg



Tenentismo

Movimento político que se desenvolveu durante o período de 1922 a 1935, sob a liderança dos “tenentes”, nome com que ficaram conhecidos os militares que o lideravam, em sua maioria, oficiais de baixas patentes. Os levantes conduzidos pelos tenentes em 1922, 1924 e 1930 contribuíram decisivamente para o colapso da chamada Primeira República, inscrevendo-se no contexto de crise do Estado oligárquico brasileiro. Em fevereiro de 1931, os tenentes fundaram o Clube 3 de Outubro, destinado a dar sustentação ao Governo Provisório de Getúlio Vargas (1930-1934). Havia, no entanto, limites à atuação dos tenentes como movimento político, que podem ser atribuídas ao fato de que estes não contavam com bases sociais definidas de

sustentação, ao mesmo tempo em que pretendiam implantar reformas que contrariavam os interesses políticos e econômicos dominantes. O Clube 3 de Outubro foi dissolvido no ano de 1935.

Todos esses movimentos não foram capazes de quebrar a sólida engenharia política montada durante o governo de Campos Sales. A “política dos governadores”, ancorada no coronelismo, manteve-se em funcionamento até a Revolução de 1930.

O debate historiográfico sobre a Revolução de 1930

Ao longo do governo do presidente Washington Luís (1926-1930), às disputas políticas se somaram os efeitos danosos da crise econômica de 1929, criando-se as condições para a eclosão do movimento revolucionário conhecido como Revolução de 1930.

No quadro internacional, o *crack* da bolsa de Nova York, isto é, a chamada crise capitalista de 1929, determinou não apenas a suspensão do financiamento da estocagem do café por parte do governo – a política de valorização do café, implementada a partir do convênio dos estados produtores firmado no ano de 1906 na cidade paulista de Taubaté –, como também acarretou a redução das exportações brasileiras, gerando a falência de vários cafeicultores.

No que se refere à conjuntura interna do país, a sucessão presidencial prevista para o ano de 1930 assistiu, novamente, ao rompimento do pacto político da “política dos governadores”. Washington Luís indicou como candidato o político paulista Júlio Prestes, preterindo o presidente do estado de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrade. Em agosto de 1920, formou-se uma

coligação oposicionista de âmbito nacional, denominada Aliança Liberal, que lançou as candidaturas do político gaúcho Getúlio Vargas e do paraibano João Pessoa, respectivamente, à presidência e à vice-presidência da República. A Aliança Liberal era integrada pelos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, e recebeu também o apoio do Partido Democrático (PD) de São Paulo. Seu programa refletia as aspirações dos setores das oligarquias estaduais não associadas ao núcleo cafeeiro e objetivava conquistar o apoio da classe média. Propunha o incentivo à diversificação da produção agrícola nacional, que reduziria a dependência em relação ao café; o combate aos esquemas de valorização artificial do preço do café, através da compra dos excedentes pelo Governo Federal; a extensão do direito à aposentadoria a setores que ainda não dispunham desse benefício; a regulamentação do trabalho do menor e das mulheres; a aplicação da lei de férias; a defesa das liberdades individuais; a concessão da anistia aos envolvidos nos levantes tenentistas; e reforma política, para assegurar a “verdade eleitoral”, defendendo, por exemplo, o voto secreto. As “caravanas liberais” percorreram as principais cidades do país, principalmente no Nordeste, divulgando a campanha da Aliança Liberal. Getúlio Vargas era recebido nessas ocasiões com grande entusiasmo.

Nas eleições realizadas em 1º de março de 1930, confirmou-se, no entanto, a vitória do candidato paulista. O resultado pareceu inicialmente colocar fim à crise que levava à cisão oligárquica.

Logo após o pleito, no entanto, evidenciou-se uma importante diferenciação no interior da Aliança Liberal, quando alguns de seus integrantes passaram a apoiar a solução armada para a conquista do poder.

A candidatura oposicionista da Aliança Liberal fora apoiada por um grupo de jovens políticos, cujas carreiras haviam se desenvolvido à sombra dos velhos oligarcas na política estadual. No Rio Grande do Sul, homens como Flores da Cunha, Oswaldo Aranha, Lindolfo Collor, João Neves da Fontoura e Maurício Cardoso, além do próprio Vargas, constituíam o grupo conhecido como a “geração

de 1907”, ano em que haviam concluído sua formação superior. Em Minas Gerais, surgiram políticos igualmente jovens, como Virgílio de Melo e Franco e Francisco Campos, descendentes das famílias tradicionais. Foi justamente esse núcleo de políticos mais jovens que se aproximou dos tenentes rebeldes para compor a liderança do movimento revolucionário que levaria Vargas ao poder.

A alternativa revolucionária foi fortalecida por um acontecimento inesperado. No dia 26 de julho de 1930, João Pessoa foi assassinado em uma confeitaria de Recife por um de seus adversários políticos, em um crime que combinava razões particulares e políticas.



Luta política na Paraíba

Durante a administração de João Pessoa como presidente da Paraíba, as disputas políticas tornaram-se bastante acentuadas. João Pessoa buscou concentrar as transações comerciais no porto da capital estadual, com o objetivo de garantir o recebimento dos impostos e de diminuir a dependência comercial da Paraíba em relação a Recife. Essa medida levou à eclosão da revolta de Princesa, cidade do sudoeste do estado, sob o comando do “coronel” José Pereira. Como represália ao apoio fornecido pelo chefe político João Dantas, membro de importante família do estado, aos rebeldes, a força pública paraibana invadiu seu escritório de advocacia, retirando do cofre ali existente alguns papéis, entre os quais se encontravam cartas de amor trocadas entre o político e uma jovem professora, Anaíde Beiriz. Essas cartas foram publicadas no jornal governista *A União*, fazendo com que Anaíde caísse em desgraça e fugisse para Recife. João Dantas assassinou João Pessoa no dia 26 de julho de 1930, alegando estar

defendendo a honra de Anaíde Beiriz. O casal suicidou-se em outubro, após a vitória da Revolução de 1930. A história de Anaíde pode ser vista no filme *Parahyba mulher macho* (1983), de Tizuka Yamasaki.

O movimento revolucionário foi deflagrado em 3 de outubro, sob a liderança civil de Getúlio Vargas. O comando militar ficou a cargo do tenente-coronel Pedro Aurélio de Góes Monteiro, que conduziu os deslocamentos de tropas desde o Rio Grande do Sul, Minas Gerais e diversas cidades do Nordeste na direção de São Paulo e do Rio de Janeiro. Washington Luís foi deposto no dia 24 de outubro. Formou-se então uma junta provisória de governo, integrada pelos generais Tasso Fragoso e João de Deus Mena Barreto e pelo almirante Isaías de Noronha. Em 3 de novembro, Getúlio Vargas foi empossado na chefia do Governo Provisório. Como símbolo do triunfo revolucionário, ao chegarem ao Rio de Janeiro os gaúchos amarraram seus cavalos no obelisco na avenida Rio Branco, no centro da cidade. A engrenagem da “política dos governadores” seria progressivamente substituída pela nova organização política e econômica implementada por Getúlio Vargas.



Figura 1.2: Getúlio, em novembro de 1930, foto da revista *O Cruzeiro*.

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Get%C3%BAlio_Vargas_08111930.jpg



Atende ao Objetivo 2



Figura 1.3: Cartaz da propaganda política da Aliança Liberal, 1930.

2. A partir da análise da imagem anterior, identifique os principais pontos da plataforma da Aliança Liberal e destaque o contexto político que deu origem à Revolução de 1930.

Resposta Comentada

A plataforma da Aliança Liberal propunha a eliminação dos mecanismos de dominação das oligarquias tradicionais, com a instauração do voto secreto, e a concessão da anistia aos tenentes. A ruptura da aliança política entre os estados de São Paulo e Minas Gerais na indicação do candidato à presidência da República nas eleições de 1930 abriu espaço para a eclosão do movimento revolucionário.

A Revolução de 1930 gerou interpretações diversas entre os historiadores e cientistas sociais que se dedicaram ao estudo da História do Brasil no século XX. Alguns pesquisadores, como o historiador Nelson Werneck Sodré, pautaram suas análises sobre o tema por uma perspectiva dualista, que identificava na formação histórica brasileira uma contradição entre, por um lado, o setor agrário exportador, representado pelo “latifúndio semifeudal” associado ao imperialismo, e, por outro, os interesses “modernos” ou “progressistas” dos setores econômicos voltados para o mercado interno. No livro *Formação histórica do Brasil*, publicado em 1963, Sodré sugeriu que, nesse quadro de disputas, as classes médias, identificadas aos tenentes, assumiram o papel de vanguarda de reivindicações burguesas. O confronto entre o latifúndio e a burguesia industrial teria levado esta última finalmente ao poder. Interpretação bastante próxima a essa perspectiva pode ser encontrada no livro *Introdução ao estudo das contradições sociais no Brasil*, de Wanderley Guilherme dos Santos, também publicado em 1963.

A interpretação que definiu a Revolução de 1930 como um movimento liderado pelas classes médias foi o trabalho pioneiro de Virgínio Santa Rosa, *O sentido do tenentismo*, de 1933. Na mesma corrente, os sociólogos Guerreiro Ramos, no livro *A crise*

do poder no Brasil, de 1961, e Hélio Jaguaribe, em estudo de 1962 intitulado *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*, compartilharam a interpretação de que o movimento revolucionário resultou de um choque entre a pequena burguesia, integrada por funcionários públicos, empregados do comércio e o proletariado urbano e rural, e a burguesia nacional, composta por industriais, comerciantes e fazendeiros de café. O fim da “República Velha” tornou-se viável, segundo essa interpretação, em razão da cisão oligárquica nas eleições de 1930 e da ação dos tenentes, representantes políticos das classes médias.

Uma terceira linha interpretativa acerca da Revolução de 1930 emergiu com a proposição, por Francisco Weffort, do conceito de “Estado de Compromisso”, enunciada no livro *O populismo na política brasileira*, de 1978. Weffort partiu do pressuposto de que o conjunto de forças políticas representadas na Aliança Liberal apresentava interesses diversos. Por esse motivo, nos anos que se seguiram à Revolução de 1930, instalou-se um compromisso entre as várias facções que integravam essa frente, representadas por frações burguesas e pelas classes médias, sendo essas favorecidas em razão do crescimento do aparelho de Estado e da expansão da burocracia, mantendo-se no entanto em posição subordinada. Nesse contexto, coube ao Exército a sustentação do regime, como único elemento unificador dentre as várias facções no pacto de poder.

Essa leitura foi compartilhada por Boris Fausto, no livro *A Revolução de 1930: história e historiografia*, de 1970. Para Fausto, o movimento revolucionário não representou a ascensão ao poder da burguesia industrial, correspondendo antes ao resultado de uma composição heterogênea de interesses, incluindo setores das oligarquias, tenentes e classe média. A tomada do poder abriu espaço para a incorporação, no governo, de militares, técnicos, jovens políticos e industriais.

Para Fausto, o novo regime que emergiu da complexa composição de forças políticas da Revolução de 1930 definiu-se pela ampliação das funções de intervenção na economia, voltadas

à industrialização; pela regulamentação do mercado e trabalho, por meio da legislação trabalhista; e pelo papel atribuído às Forças Armadas, em especial ao Exército, no apoio à criação da indústria de base e na garantia da ordem.

Na década de 1980 emergiu uma interpretação que fez contraponto com as análises de Weffort e Fausto. A contribuição mais importante nesse sentido foi oferecida pelo livro *1930: o silêncio dos vencidos*, de Edgar de Decca, de 1981, no qual foi questionado o papel dos eventos de 1930 como caracterizando uma ruptura revolucionária. Para De Decca, a Revolução de 1930 correspondeu a um “golpe preventivo” da burguesia contra o avanço do movimento operário, visto como uma série ameaça à dominação burguesa. O verdadeiro momento revolucionário ocorrera em 1928, com a criação do Bloco Operário Camponês por iniciativa do Partido Comunista do Brasil. No mesmo ano, a fundação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) fora uma resposta dos setores dominantes à mobilização operária.

De todo modo, em que pesem as diferentes leituras construídas acerca da Revolução de 1930, um elemento pode ser destacado como fundamental: rompeu-se a lógica de dominação das oligarquias tradicionais, vigente na Primeira República. Um novo padrão de dominação inicia-se então. Mas esse é assunto para a próxima aula.



Atende ao Objetivo 3

3. O debate historiográfico em torno da caracterização da Revolução de 1930 é diversificado e divide os historiadores e os cientistas sociais que se debruçaram sobre o tema. Apresente as principais interpretações sobre esse movimento revolucionário, destacando suas principais diferenças.

Resposta Comentada

Podem ser identificadas quatro grandes linhas interpretativas sobre a Revolução de 1930: a primeira caracteriza o movimento como sendo uma forma de ascensão ao poder da classe burguesa, a partir das disputas com o setor agrário (Nelson Werneck Sodré); a segunda a caracteriza como sendo um movimento das classes médias, sob a liderança dos tenentes (Virgínio de Santa Rosa); a terceira a caracteriza como correspondendo a uma complexa base social e política, que abriu espaço para o “Estado de compromisso” dos primeiros anos do governo de Getúlio Vargas (Boris Fausto); e a última interpretação (De Decca), que analisa a Revolução de 1930 como um golpe “preventivo” da burguesia diante da mobilização dos trabalhadores.



Sites de pesquisa

Você pode saber mais a respeito do tema desta aula em vários *sites*. Veja alguns abaixo:

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC

<http://cpdoc.fgv.br/>

Neste portal você encontra artigos, verbetes, documentos textuais e imagens relativas à Revolução de 1930. Você pode consultar também documentos digitalizados do arquivo pessoal de Getúlio Vargas.

Biblioteca Nacional

<http://www.bn.br/portal/>

Neste *site* você pode consultar versões digitalizadas de revistas da época da Revolução de 1930, como a *Careta* e *O Malho*, que contêm notícias e charges sobre esse evento.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

Assim como não veio substituir homens, a revolução não veio também substituir partidos.

O seu programa é substituir princípios e normas para evitar o regresso à política dos antigos donos da República, os senhores absolutos do regime (ARANHA, 1931).

O fragmento da entrevista concedida por Oswaldo Aranha retrata de forma clara o espírito que predominava entre os agentes da Revolução de 1930. Identifique as principais ideias contidas no documento, relacionando-as aos objetivos da Revolução de 1930.

Resposta Comentada

No documento fica claro que a Revolução de 1930 foi estruturada tendo como contraponto a Primeira República, marcada pelo domínio político e econômico das oligarquias regionais de São Paulo e Minas Gerais. Assim sendo, através da plataforma da Aliança Liberal, uma nova concepção de Estado e, principalmente, de relação entre o Estado e a sociedade foi proposta.

CONCLUSÃO

O movimento que se iniciou a partir das disputas intra-oligárquicas nas eleições presidenciais de 1929, conhecido como Revolução de 1930, foi de grande importância na trajetória política brasileira, uma vez que foi responsável pela dissolução da engenharia política que estava em vigor no país desde a virada do século XIX para o XX. Em que pesem as distintas leituras construídas pelos historiadores, em pelo menos um ponto eles convergem: o movimento abriu espaço para a construção de uma nova dinâmica nas esferas política, econômica e social, que se consolida com a chegada de Getúlio Vargas ao poder.

RESUMO

Durante o governo de Campos Sales, foi instituído um pacto de dominação intraoligárquico que esteve em vigor ao longo de toda a Primeira República. Os alicerces da dominação oligárquica

começaram a ser abalados a partir dos diversos elementos que compuseram a chamada “crise dos anos 20”, que chegou ao auge com a disputa presidencial em 1930. Enfrentaram-se, então, de um lado, Júlio Prestes (apoiado por São Paulo); de outro, Getúlio Vargas (sustentado pela Aliança Liberal).

Derrotado eleitoralmente, Vargas chegou ao poder em função do movimento revolucionário que depôs Washington Luís, impedindo a posse do presidente eleito Júlio Prestes: a Revolução de 1930. Tinha início, assim, um dos mais importantes momentos da história brasileira: a chamada “Era Vargas”.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, você vai conhecer os desafios que Getúlio Vargas teve de enfrentar para consolidar o regime político inaugurado com a Revolução de 1930, que incluíram um grave confronto militar, a Revolução Constitucionalista de 1932. Você vai estudar também, o processo de elaboração da nova Constituição Federal, promulgada em 1934, que garantiu a legitimidade do novo regime.

Sugestões de fontes de pesquisa

Existem muitas coletâneas de documentos relativos aos eventos trabalhados nesta aula, como a campanha da Aliança Liberal e a Revolução de 1930. O Manifesto da Aliança Liberal pode ser consultado no livro *Aliança Liberal: documentos da campanha presidencial*, publicado pela Câmara dos Deputados. Já o livro *A Primeira República: texto e contexto (1889-1930)*, organizado por Edgar Carone, reúne manifestos e correspondência das principais lideranças do movimento revolucionário.

Aula 2

Os desafios do
Governo Provisório
de Getúlio Vargas
(1930-1934):
a "Revolução
Constitucionalista"
e a Assembleia
Nacional
Constituinte

Maria Leticia Corrêa

Meta da aula

Apresentar o panorama político do Governo Provisório de Getúlio Vargas (1930-1934) através do exame da Revolução Constitucionalista de 1932 e da Assembleia Nacional Constituinte de 1933-1934.

Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

1. identificar as demandas por constitucionalização, originadas no estado de São Paulo e em setores políticos marginalizados pelo Governo Provisório de Getúlio Vargas, que levaram à Revolução Constitucionalista de 1932.
2. relacionar a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, em 1933, ao esforço realizado por Vargas, com o objetivo de garantir legitimidade ao regime político instaurado em 1930.
3. descrever as principais inovações da Constituição de 1934.

Pré-requisitos

Para acompanhar esta aula, você precisa ter estudado a Revolução de 1930, que foi o tema da Aula 1. Será importante lembrar como se formou a Aliança Liberal, que lançou a candidatura de Getúlio Vargas às eleições presidenciais de 1930, e quem foram os chefes militares da Revolução de 1930, conhecidos como “tenentes”.

INTRODUÇÃO

Na aula anterior, nós estudamos a Revolução de 1930, que levou o político gaúcho Getúlio Vargas ao poder, encerrando o período conhecido como “Primeira República” ou “República Velha” na História do Brasil.

Vamos agora conhecer os desafios que Vargas teve de enfrentar na consolidação do novo regime político, que incluíram um grave confronto militar, a Revolução Constitucionalista, envolvendo importantes grupos políticos do estado de São Paulo.

Após a derrota militar da oposição paulista, foi reaberto o processo eleitoral, com a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, em 1933, que forneceu as bases de legitimidade do novo regime.

Nesta aula, você vai aprender sobre esses eventos decisivos do Governo Provisório de Getúlio Vargas.

O Governo Provisório de Getúlio Vargas (1930-1934) e o Código Eleitoral de 1932

Como você estudou na aula passada, o movimento político de 24 de outubro de 1930, que depôs o presidente da República Washington Luiz, instalou no poder uma junta provisória. Getúlio Vargas, candidato derrotado nas eleições presidenciais, foi empossado na chefia do Governo Provisório no dia 3 de novembro. Os poderes **discricionários** desse cargo foram definidos pelo decreto nº 19.388, no dia 11 do mesmo mês. O chefe do Governo Provisório passou a reunir as funções e atribuições do Poder Executivo e as do Poder Legislativo, o que se expressava na prerrogativa de editar decretos-leis. Todos os órgãos legislativos do país – o Congresso Nacional, as assembleias legislativas estaduais e as câmaras municipais – foram dissolvidos. Os presidentes eleitos dos

Discricionário

Que procede ou se exerce a discricção; arbitrário.
(FERREIRA, 2009).

estados – como eram chamados então os governadores – foram substituídos por interventores federais. Os interventores receberam plenos poderes executivos e legislativos, tornando-se diretamente responsáveis perante o chefe do Governo Provisório, na capital federal.

O Governo Provisório deveria ter um caráter excepcional e passageiro, até que fosse convocada e eleita a Assembleia Nacional Constituinte, encarregada de estabelecer as bases da nova ordem jurídica do país. A ideia era que o novo texto constitucional, a ser elaborado, viria a corrigir os defeitos atribuídos à **Constituição de 1891**, que tinham sido objeto das críticas que fundamentaram a oposição ao regime anterior, levando à formação da candidatura da Aliança Liberal e à própria Revolução de 1930.



Constituição de 1891

Promulgada em 24 de fevereiro de 1891, a primeira Constituição republicana inspirou-se no modelo constitucional norte-americano, adotando o regime presidencialista e o princípio federalista. Dessa forma, os estados passaram a ter grande autonomia, garantindo poder de decisão para a adoção de medidas na área econômica e financeira. O Poder Legislativo era dividido entre a Câmara dos Deputados e o Senado, e o Poder Judiciário era exercido pelo Supremo Tribunal Federal. Foi adotado o sufrágio masculino, facultado aos maiores de 21 anos alfabetizados. Como o voto não era secreto, existia a possibilidade de restrição ao exercício autônomo das escolhas políticas e as fraudes eram constantes, o que fazia com que esse sistema eleitoral fosse bastante criticado.

Até que fosse restabelecida a ordem legal, caberia ao chefe do Governo Provisório administrar as diferenças entre as correntes políticas que integravam a composição vitoriosa no movimento revolucionário. De um lado, havia os elementos oriundos do movimento dos “tenentes” da década de 1920, que ocupavam cargos de relevo no novo governo. Organizados em entidades como o Clube 3 de Outubro e nas legiões revolucionárias dos estados, os tenentes defendiam um programa político antiliberal e o prolongamento do regime ditatorial, até que fossem realizadas as reformas modernizantes e moralizadoras que acreditavam ser necessárias ao país. Entre outras medidas, pregavam o fortalecimento das Forças Armadas, a criação da legislação trabalhista, a modernização da infraestrutura econômica do país e a nacionalização da exploração dos recursos naturais. Ligadas aos tenentes, achavam-se importantes lideranças civis, como o advogado e político gaúcho Oswaldo Aranha e o médico pernambucano Pedro Ernesto, que fazia carreira política no Distrito Federal.



Pedro Ernesto Batista

Nascido em Recife em 1884, envolveu-se nos levantes tenentistas ocorridos no Rio de Janeiro em 1922 e em São Paulo em 1924. Após participar da Revolução de 1930, foi interventor (1931-1935) e prefeito eleito (1935-1936) da cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, tendo sido preso sob a acusação de envolvimento na Revolta Comunista de 1935. Faleceu no Rio de Janeiro em 1942.



Fonte: <http://www.camara.rj.gov.br/acamara/histarte/verhist1.html>

Nos estados, os grupos políticos que haviam feito oposição ao governo do presidente Washington Luís, participando da Aliança Liberal, manifestavam, por sua vez, uma crescente desconfiança em relação aos tenentes. Defendiam a imediata adoção do regime constitucional, medida que consideravam como essencial à recomposição de suas bases políticas e com a qual esperavam poder refrear a ação dos chefes militares.

A nomeação dos interventores foi fonte permanente de tensão entre as duas esferas do governo, federal e estadual, já que as escolhas feitas por Vargas para esses cargos muitas vezes preteriam os grupos políticos tradicionais. As graves disputas em torno da definição dos interventores nos estados do Norte e do Nordeste, por exemplo, levaram o Governo Provisório a indicar um delegado militar na região, o líder tenentista Juarez Távora. Em 1931, de todos os estados do Norte e do Nordeste, apenas Bahia e Pernambuco não se encontravam sob o comando de interventores militares.

Com a edição do Código dos Interventores, em agosto daquele ano, as relações entre o Governo Provisório e os estados foram regulamentadas. O Código dos Interventores continha dispositivos que visavam a impedir a concentração de poderes nas mãos desses governantes, proibindo a contratação de empréstimos pelos estados, sem a prévia autorização do governo federal, e restringindo os recursos destinados às forças públicas estaduais (como eram então chamadas as polícias estaduais), de forma a evitar que essas viessem a rivalizar com as Forças Armadas.

As primeiras providências indicando que Getúlio Vargas manteria o compromisso com a reconstitucionalização surgiram em 10 de fevereiro de 1931, quando foi constituída uma comissão presidida pelo ministro da Justiça, o político gaúcho Maurício Cardoso, destinada ao estudo e revisão da legislação eleitoral existente. Em 24 de fevereiro de 1932, foi instituído o novo Código Eleitoral do país.



Código Eleitoral de 1932

O Código Eleitoral de 1932 trouxe mudanças importantes, como o estabelecimento do sufrágio universal direto e secreto, medida que constituía o atendimento a um dos principais itens da campanha da Aliança Liberal. Foi concedido o direito de voto a todos os brasileiros maiores de 21 anos, alfabetizados, sem distinção de sexo. Pela primeira vez, portanto, as mulheres brasileiras conquistavam o exercício da cidadania política: poderia votar a mulher que fosse juridicamente independente – solteira, viúva, separada ou abandonada – e aquela que tivesse economia própria – como eram juridicamente denominadas as mulheres casadas. Outra inovação foi a criação da representação classista, com a eleição de representantes das associações profissionais e de classe para o Poder Legislativo. O Código Eleitoral criou, também, a Justiça Eleitoral.



Sufrágio feminino

O primeiro país a aprovar o sufrágio feminino foi a Nova Zelândia, em 1893. Na Inglaterra, foi criada em 1897 a União Nacional pelo Sufrágio Feminino da Inglaterra, sendo esse direito conquistado somente em 1918. No Brasil, um marco importante da luta pelo sufrágio feminino foi a fundação, pela zoóloga feminista Berta Lutz, em 1922, da Liga pela Emancipação da Mulher, depois, Federação Brasileira para o Progresso Feminino. Em 1935, com a conquista dos direitos políticos pelas mulheres, Berta Lutz obteve uma suplência na Câmara dos Deputados, vindo a assumir o mandato no ano seguinte.

Havia, no entanto, muitas resistências quanto à decisão do chefe do Governo Provisório de reabrir o processo eleitoral. A maior oposição vinha da parte dos tenentes, que se manifestavam expressamente pela continuação do governo discricionário de Vargas, sob o argumento de que as mudanças das quais o Brasil necessitava seriam frustradas caso o pleito recolocasse no poder os grupos políticos tradicionais. O problema da convocação da Constituinte colocava, pois, em lados opostos os mais importantes grupos de sustentação do Governo Provisório. Foi nesse quadro político bastante instável que eclodiu, em julho de 1932, a Revolução Constitucionalista em São Paulo.

A Revolução Constitucionalista de 1932

Em razão do prestígio de que desfrutavam os tenentes no Governo Provisório, líderes políticos dos estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais depositavam pouca confiança na intenção de Vargas de realizar a Constituinte, insistindo na imediata convocação das eleições.

Em São Paulo, o Partido Democrático (PD), que tinha participado da Aliança Liberal, manifestando seu apoio à Revolução de 1930, logo passou a fazer oposição a Vargas. Em novembro de 1930, após a instalação do Governo Provisório, os líderes do PD discordaram da escolha dos chefes militares João Alberto Lins e Barros e Miguel Costa, respectivamente, para a interventoria e o comando da Força Pública de São Paulo. A situação se tornou instável mesmo após a renúncia de João Alberto, em julho de 1931, uma vez que os interventores que o sucederam, Laudo de Camargo e Manuel Rabelo, também não conseguiram estabelecer um acordo com as diversas facções políticas existentes no estado. O predomínio dos tenentes no governo estadual era considerado uma verdadeira afronta pelos paulistas.

Durante o ano de 1931, a campanha constitucionalista ganhou as ruas da cidade de São Paulo, contando com o apoio de associações

profissionais como o Instituto da Ordem dos Advogados, o Instituto de Engenharia e a Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo. Em maio, foi criada a Liga de Defesa Paulista, uma união suprapartidária que reunia elementos do PD e do antigo Partido Republicano Paulista (PRP), tendo como objetivo a restauração da autonomia política e econômica de São Paulo.



Atende ao Objetivo 1

1. Identifique as principais ideias contidas no Manifesto da Liga de Defesa Paulista, publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 19 de maio de 1931:

Aos paulistas.

São Paulo, na conquista do imenso território com que formou o Brasil, convocava outrora todos os seus filhos. E todos atendiam ao apelo. Hoje, São Paulo renova esse toque de reunir. Na defesa de um patrimônio, arduamente constituído, e na marcha para realizar suas mais justas aspirações, o pensamento preso mais ao futuro do que ao presente, São Paulo clama pela concentração imediata de todos os que nasceram ou estão efetivamente radicados em seu solo. São Paulo tem riquezas, responsabilidades e destino que não lhe permitem viver na dissociação egoística, propícia a agitações estéreis ou à apatia debilitante. Por outro lado, as lições de seu passado afirmam que, para atingir seus objetivos, não pode e não deve contar senão consigo mesmo, com seus próprios elementos e recursos. Daí a necessidade de uma fusão urgente de todas as forças dispersas ou abatidas. É o que fazem os abaixo-assinados ao organizarem a Liga de Defesa Paulista, centro coordenador das energias e vontades que, por dissensões ou inércia, vêm permanecendo insuficientes. Sem penetrar no âmbito em que operam as arregimentações partidárias, que podem manter intactas suas fórmulas ideológicas, e autônomas suas atividades, a Liga de Defesa Paulista surge como entidade à parte alheia a preocupações eleitorais

e preceitos de partido político. Por todas as formas de ação e propaganda, será um estímulo para o desenvolvimento do espírito paulista. Procurará defender nossa economia agrícola, industrial e comercial, definir nossa significação histórica e social, realizar, enfim, legítimas aspirações comuns a nosso povo. Arma defensiva, constituirá força capaz de reagir eficazmente contra incursões ou arbítrios nocivos a São Paulo. Mas poderá tomar também iniciativas e atitudes compatíveis com o brio e o ideal dos paulistas (MANIFESTO..., 1931).

Resposta Comentada

O manifesto da Liga de Defesa Paulista apela para o regionalismo paulista, evocando o ideário da tradição bandeirante no estado e a defesa de seu patrimônio econômico e político. A Liga apresenta-se como uma “arma defensiva”, reagindo contra intromissões que fossem consideradas como nocivas ao estado de São Paulo.

Em fevereiro de 1932 o Partido Democrático rompeu oficialmente com o Governo Provisório e aliou-se ao PRP na Frente Única Paulista (FUP), que retomava a agenda da defesa da autonomia de São Paulo. No mesmo mês, foi aprovado o novo Código Eleitoral, como vimos antes nesta aula. O pleito da FUP foi atendido, em parte, por Vargas, que nomeou o político paulista Pedro de Toledo como novo interventor. Já haviam se iniciado, entretanto, os contatos dos líderes da campanha constitucionalista com diversos chefes militares, com o objetivo de preparar um movimento armado contra o governo federal.

Por essa época, Vargas enfrentava dificuldades, também, em seu estado natal e em Minas Gerais. No Rio Grande do Sul, a

Frente Única Gaúcha (FUG) se associou à causa constitucionalista. Em Minas Gerais, o grupo político ligado ao ex-presidente Artur Bernardes e ao Partido Republicano Mineiro, que tinha apoiado a candidatura de Vargas nas eleições de 1930, passou a manter contato com os conspiradores paulistas.

Em maio, o Governo Provisório fixou o prazo de um ano para a realização das eleições. Essa medida não obteve, entretanto, resultados práticos no sentido de conter a conspiração. No dia 23 desse mês, estando presente em São Paulo o ministro da Fazenda Oswaldo Aranha, estouraram na cidade diversos motins de rua, registrando-se o **empastelamento** dos jornais *A Razão* e *Correio da Tarde*, que eram favoráveis ao Governo Provisório. A morte de quatro estudantes em confronto com as forças legalistas criou nesse episódio os mártires do movimento constitucionalista. As iniciais de seus nomes – Miragaia, Martins, Dráusio e Camargo –, reunidas na sigla MMDC, passaram a designar uma sociedade de resistência autonomista e constitucionalista, voltada à luta contra o governo provisório.

A Revolução Constitucionalista foi deflagrada na cidade de São Paulo e no interior do estado no dia 9 de julho. No dia 13, os rebeldes divulgaram na imprensa um ultimato, no qual apresentavam as motivações de sua luta: exigiam a deposição de Vargas, a instalação de uma nova junta de governo e a convocação da Assembleia Nacional Constituinte.

Como a ditadura se tenha incompatibilizado com esses ideais [de reintegração do país na ordem legal], quebrando os compromissos da Aliança Liberal e exercitando uma política indigna de um povo culto, que se desenvolve e prospera sob a cúpula da democracia constitucional representativa, cumpre reduzi-la e removê-la do posto em que pretende perpetuar-se e sobrepor seus próprios cômodos às aspirações da Nação (CARONE, 1973, p. 53).

Empastelar

"1. Misturar (caracteres ou outro material tipográfico) com os de diferentes caixas. 2. Inutilizar as oficinas de um jornal" (FERREIRA, 2009).

Os chefes revolucionários esperavam garantir rapidamente o controle da capital paulista e das guarnições federais do estado, a partir do que poderiam enviar destacamentos para Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro e efetuar a tomada da capital federal. Contavam em obter a adesão à causa constitucionalista das tropas localizadas nos estados de Goiás, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, o que não chegou a se confirmar. A guerra civil tornou-se, então, para os paulistas, essencialmente defensiva.

Em São Paulo, a população civil se mobilizou fortemente durante o confronto, fazendo doações em dinheiro, organizando o atendimento médico aos feridos e atuando em setores como abastecimento e transporte. Foram lançados bônus de guerra e a “Campanha do Ouro para o Bem de São Paulo”, com o objetivo de angariar recursos para a defesa do estado. A campanha conquistou amplo apoio entre setores das classes médias e empresários, além dos grupos políticos tradicionais, que haviam dominado a política estadual na Primeira República e esperavam recuperar o antigo prestígio político. Participaram dos combates muitos estudantes, industriais e intelectuais.

A Revolução Constitucionalista produziu farto material de propaganda, que incorporava os símbolos do MMDC. Observe o cartão-postal com referência ao MMDC, que mostramos a seguir, reproduzindo os retratos dos quatro mártires que deram nome ao movimento, ladeados pelos símbolos da República brasileira e do estado de São Paulo, com as respectivas bandeiras. A data de 23

de maio registra o confronto que levou os estudantes à morte, e o dia 9 de julho o início da Revolução Constitucionalista.



Figura 2.1: Cartão-postal do MMDC, São Paulo, 1932.

Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Cartão_Postal_do_MMDC.jpg

Alguns cartazes tinham como alvo as mulheres paulistas, que respondiam ao chamado da campanha, com serviços e doações.



Figura 2.2: Cartaz da Revolução Constitucionalista, São Paulo, 1932.

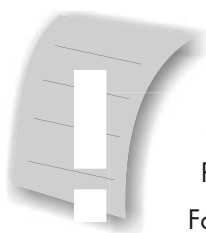
Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Mulheres_Paulistas.jpg

Além da mobilização da população civil, a luta contra Vargas forçou os paulistas a empreender um enorme esforço de guerra. Diversas indústrias foram convertidas para a produção de armamentos e técnicos e engenheiros da Escola Politécnica foram encarregados de dirigir oficinas metalúrgicas e fundições. Chegaram a produzir duzentos mil tiros por dia, além de granadas de mão, bombardas (uma espécie de canhão), capacetes e lança-chamas. As forças constitucionalistas reuniram cerca de mil combatentes da Força Pública de São Paulo, aos quais se somaram 40 mil voluntários.

A partir de agosto, o Governo Provisório, contando com superioridade numérica e maiores recursos – combateram do lado oficial 135 mil homens –, confirmou seu predomínio nas diversas frentes, efetuando o bombardeio aéreo das cidades paulistas de Campinas e Jundiaí. A rendição dos constitucionalistas foi assinada no mês de outubro. Os combates deixaram cerca de 15 mil vítimas, entre mortos e feridos.

A Assembleia Nacional Constituinte de 1933-1934

Apesar da derrota militar, ao final do conflito a agenda política dos constitucionalistas saiu-se plenamente vitoriosa. Em 1933, foi confirmada a convocação das eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, avançando o processo de retorno do país à ordem legal. Getúlio Vargas buscou entendimento com as lideranças políticas paulistas, nomeando como interventor o empresário Armando de Sales Oliveira, membro do Partido Democrático e da Frente Única Paulista (FUP), que tinha participado do movimento rebelde. A Chapa Única por São Paulo Unido, que sucedeu à FUP, elegeu 17 deputados para a Assembleia Constituinte.



Armando de Sales Oliveira

Político, engenheiro e empresário paulista, nascido em 1887. Foi interventor (1933-1935) e governador eleito de São Paulo (1935-1937). Anunciou candidatura à sucessão de Vargas, em 1937, mas teve essa pretensão frustrada com o Estado Novo. Morreu em São Paulo em 1945.

O caráter inevitável do processo de reconstitucionalização, após o levante paulista, foi apontado por muitos historiadores.



Atende ao Objetivo 2

2. Leia o texto da historiadora Angela Maria de Castro Gomes e explique por que se tornou necessário, para Getúlio Vargas, após a Revolução Constitucionalista, estabelecer novas bases de legitimidade para seu governo.

Sob múltiplos aspectos a Revolução de 1932 constitui um marco para o movimento revolucionário do pós-trinta. Simbolicamente, podemos situá-la como o acontecimento que inaugura o processo de reconstitucionalização do país e que pôs fim ao regime de força característico dos dois primeiros anos da década. Apesar de derrotada militarmente, essa revolução consegue impor o objetivo político a que se propunha: a imediata e completa reconstitucionalização através da convocação da Constituinte. O governo provisório encontrava-se numa situação difícil e ambígua. Embora as cisões entre as forças oligárquicas, em 1932, tivessem permitido a vitória militar sobre a revolução paulista, esta vitória não constituía um elenco suficiente para que o governo se recuperasse do abalo sofrido em sua legitimidade com a eclosão da guerra civil. Pressionado inclusive por elementos que lhe deram apoio na luta contra a Revolução de 1932, o governo não podia protelar por mais tempo a tomada de medidas efetivas para o processo de recondução do país à ordem legal. Além disso, divididas por cisões internas que anunciavam um processo gradativo e ininterrupto de declínio do tenentismo como movimento político autônomo, as bases políticas do governo provisório que eram contrárias à constitucionalização perdiam progressivamente a solidez. (...) O importante a fixar nesta situação é que o governo provisório atravessava um momento de desarticulação em suas bases políticas, que o levou a ceder politicamente, embora tendo sido vitorioso do ponto de vista militar. Entretanto, a concessão que era feita resguardava para o governo uma condição essencial: o controle da direção e do encaminhamento do processo de constitucionalização, que a Revolução de 1932 tornara irretroativo (1996, p.19).

Resposta Comentada

A eclosão da Revolução Constitucionalista, o esforço militar exigido na repressão aos rebeldes e os desentendimentos entre os tenentes e os demais grupos políticos que haviam apoiado a Revolução de 1930 evidenciavam que era necessário buscar novas bases de legitimidade para o regime. Por esse motivo, foi necessário convocar a Assembleia Nacional Constituinte.

Ação Integralista Brasileira (AIB)

Criada pelo jornalista e escritor paulista Plínio Salgado, definiu-se como um movimento “cívico-cultural” e não como um partido, e era fortemente influenciada pelo ideário nacionalista dos partidos fascistas europeus. Utilizou-se de rituais e símbolos também inspirados no fascismo: o uniforme de camisas verdes, a letra grega sigma adotada como símbolo, indicando que o movimento aspirava a ser um somatório; e a saudação com a palavra indígena “Anauê”. Reuniu cerca de 200 mil adeptos.

Logo após o encerramento do levante paulista, diversas tendências políticas nos estados buscaram se organizar para os trabalhos da Constituinte. Em Pernambuco, o interventor Carlos de Lima Cavalcanti organizou o Partido Social Democrático (PSD). No Rio Grande do Sul, surgiu o Partido Republicano Liberal (PRL), liderado pelo interventor José Antônio Flores da Cunha. Os políticos mineiros Gustavo Capanema e Antônio Carlos de Andrada fundaram o Partido Progressista (PP). No Distrito Federal, os grupos ligados aos tenentes criaram o Partido Autonomista, chefiado pelo interventor Pedro Ernesto. Foi organizada também a Liga Eleitoral Católica, que teve participação de destaque nas eleições de 1933, recomendando diversos candidatos, embora mantivesse uma postura apartidária. Deve ser assinalada também, em outubro de 1932, a criação da **Ação Integralista Brasileira (AIB)**, movimento inspirado no fascismo italiano que defendia um ideário nacionalista e antiliberal.

Os trabalhos da Comissão Constitucional organizada no Ministério da Justiça para elaborar o anteprojeto da Constituição foram regulamentados, em novembro de 1932. Em abril do ano seguinte, foi aprovado o regimento interno da Assembleia Nacional Constituinte. Esta seria integrada por 214 deputados eleitos, na forma estabelecida no Código Eleitoral, e por mais quarenta representantes classistas, escolhidos por delegados sindicais reconhecidos pelo Ministério do Trabalho. A Constituinte foi encarregada da eleição do primeiro presidente constitucional e também do julgamento e aprovação dos atos do Governo Provisório, instaurado pela Revolução de 1930.

As eleições transcorreram em 3 de maio, como previsto, sendo a proclamação dos deputados realizada a 26 de junho. A instalação dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte ocorreu em 15 de novembro, em sessão solene no Palácio Tiradentes, na capital federal.

A Constituição foi promulgada em 16 de julho de 1934, depois de sete meses de trabalho, consagrando importantes inovações, quando comparada ao regime vigente na Primeira República. Foi confirmado o princípio federalista, assegurando a autonomia dos estados e atendendo em parte aos anseios liberais do programa defendido pela Revolução de 1930 e pela Revolução Constitucionalista de 1932. Foi confirmada também a representação classista, já adotada no Código Eleitoral de 1932. O poder de intervenção da União foi grandemente ampliado nos dispositivos do capítulo dispendo sobre a Ordem Econômica e Social que, pela primeira vez, era incluído em um texto constitucional brasileiro.



Atende ao Objetivo 3

3. Identifique as disposições da Constituição de 1934 que representam uma ampliação da intervenção do Estado nos assuntos econômicos e sociais:

No título "Da ordem econômica e social" [a Constituição de 1934] determina a nacionalização progressiva dos bancos de depósito, das empresas de seguro e das minas, jazidas minerais e quedas d'água, julgadas básicas ou essenciais à defesa econômica ou militar do Brasil; assegura a pluralidade sindical e a completa autonomia dos sindicatos, institui o salário mínimo, 'capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, as necessidades normais do trabalhador', estabelece o limite máximo de oito horas diárias de trabalho, proíbe o trabalho de menor de 14 anos, determina a regulamentação de todas as profissões, institui a Justiça do Trabalho e subordina o reconhecimento dos estabelecimentos particulares de ensino à garantia, aos seus professores, de estabilidade e remuneração condigna (AMARAL, 2005, p. 298).

Resposta Comentada

A Constituição de 1934 regulamentou as atividades econômicas e a vida social ao incluir dispositivos que regulamentavam as relações de trabalho e os sindicatos. Consagrou também o princípio nacionalista, na regulamentação das atividades econômicas com bancos e exploração mineral.

Restava ainda à Assembleia Constituinte definir-se pelo apoio ou pela oposição à continuidade de Getúlio Vargas no poder, já que ficara definido que o primeiro pleito presidencial seria indireto. Os grupos que se opunham a Vargas, no terreno da legalidade – como, por exemplo, a Frente Única Gaúcha (FUG), o Partido Republicano Mineiro (PRM) e setores do grupo dos tenentes –, não conseguiram, entretanto, reunir-se em torno de uma proposta unificada, o que deu margem ao surgimento de diversas candidaturas alternativas. Prevendo as dificuldades que iria enfrentar no pleito presidencial, poucos dias antes da aprovação da nova Carta, Vargas aprovou duas medidas de impacto, em concessão aos descontentes. Em 28 de maio, concedeu anistia aos participantes da Revolução Constitucionalista, e em 14 do mês seguinte, suspendeu a censura à imprensa, em vigor desde o período do conflito. Nas eleições realizadas em 17 de julho, o chefe do Governo Provisório recebeu 175 votos, sendo também votados Borges de Medeiros (59 votos), o general Góis Monteiro (quatro votos), Protógenes Guimarães (dois votos) e outros candidatos que receberam, cada um, um único voto.



Existem vários *sites* que abordam o período que estudamos nesta aula, e ao menos um bom filme sobre o assunto. Veja:

Filme recomendado

O país dos tenentes. Brasil, 1987. Direção de João Batista de Andrade. Com Paulo Autran, Buza Ferraz e Giulia Gam.

Sinopse: um general da reserva rememora sua participação nos movimentos associados aos “tenentes”, ao longo da história brasileira no século XX. 45 min. Original Vídeo.

Sites

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC

<http://cpdoc.fgv.br/>

Neste portal, você encontra artigos, verbetes, documentos

textuais e imagens relativas ao Governo Provisório de Getúlio Vargas, à Revolução Constitucionalista de 1932 e à Assembleia Constituinte de 1933-1934. Tem destaque o arquivo pessoal de Getúlio Vargas, digitalizado.

Câmara dos Deputados

http://imagem.camara.gov.br/constituente_principal.asp

No portal da Câmara dos Deputados você poderá consultar os anais da Assembleia Nacional Constituinte de 1933-1934.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

Ora, quem examinar atentamente a matéria da nova Constituição verificará, desde logo, que ela fragmenta e dilui a autoridade, instaura a indisciplina e confunde, a cada passo, as atribuições dos Poderes da República (...). A Constituição de 1934, ao revés da que se promulgou em 1891, enfraquece os elos da Federação: anula, em grande parte, a ação do Presidente da República, cerceando-lhe os meios imprescindíveis à manutenção da ordem, ao desenvolvimento normal da administração (...) (GOMES, 1986, p.36).

Em seu primeiro discurso como presidente eleito, pronunciado em 20 de julho de 1934, Getúlio Vargas manifestou seu descontentamento com a Constituição promulgada, criticando o princípio liberal adotado. Podemos considerar que a aprovação da nova Constituição encerrou os conflitos que haviam se manifestado durante o Governo Provisório?

Resposta Comentada

O texto constitucional buscou conciliar princípios opostos, como os liberais-democráticos, almejados pelos constitucionalistas paulistas, e o reforço do poder de intervenção do Estado e o princípio autoritário, defendido pelos tenentes. As críticas do presidente explicam-se pelo entendimento, compartilhado por muitos políticos e intelectuais dessa época, de que o liberalismo era incapaz de resolver as contradições das sociedades capitalistas, que levavam à desigualdade social e às crises econômicas, e estiveram na base de doutrinas autoritárias como o fascismo.

CONCLUSÃO

O encerramento dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, em julho de 1934, devolveu o país à ordem legal, encerrando o período discricionário do governo implantado com a Revolução de 1930. O novo texto constitucional, no entanto, buscava conciliar princípios políticos opostos, como o autoritarismo e o nacionalismo dos tenentes, e o liberalismo e o federalismo dos constitucionalistas de São Paulo. Essa solução ambígua apontava sérios limites para a vigência do novo regime constitucional.

RESUMO

Após a Revolução de 1930, implantou-se no Brasil um governo com poderes discricionários, que deveria restabelecer a ordem legal, através da aprovação de uma nova Constituição. Setores importantes no governo, no entanto, como os tenentes, eram favoráveis ao prolongamento da ditadura, o que levou, em 1932, à eclosão da Revolução Constitucionalista. A nova Constituição foi aprovada em 1934, e tentava conciliar o liberalismo e o fortalecimento do Executivo federal.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, você vai estudar o contexto político que levou à instauração da ditadura do Estado Novo, por Getúlio Vargas, através do golpe de Estado de 10 de novembro de 1937. Foi então outorgada uma nova Constituição, baseada em princípios autoritários e nacionalistas. Você vai conhecer também a política cultural do Estado Novo e os diversos meios de propaganda dos quais se utilizou o governo de Vargas com o objetivo de garantir sustentação ao regime autoritário.

Aula 3

O Estado Novo
e a Constituição
de 1937:
nacionalismo e
autoritarismo.
Cultura e
propaganda no
Estado Novo

Monica Piccolo Almeida

Meta da aula

Apresentar o panorama político do Estado Novo (1937-1945), através do exame da Constituição de 1937 e de seus instrumentos legitimadores como a propaganda.

Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

1. descrever os elementos que possibilitaram que o projeto de instauração do Estado Novo fosse efetivamente implementado;
2. relacionar as inovações da Constituição de 1937 aos mecanismos políticos que garantiram a consolidação do projeto estado-novista;
3. identificar as principais estratégias legitimadoras do Estado Novo, principalmente aquela que se refere à propaganda política.

Pré-requisitos

Para acompanhar esta aula, você precisa ter estudado o panorama político do governo provisório de Getúlio Vargas, a Revolução Constitucionalista de 1932, a Assembleia Nacional Constituinte de 1933-1934 e, principalmente, a Constituição de 1934 (temas da Aula 2).

INTRODUÇÃO

Na aula anterior, nós estudamos os elementos constitutivos do primeiro momento em que Vargas esteve no poder, ou seja, de 1930 a 1934. Vimos os desafios que Vargas teve de enfrentar na consolidação do novo regime político, que incluíram um grave confronto militar, a Revolução Constitucionalista. Após a derrota militar da oposição paulista, foi reaberto o processo eleitoral, com a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, em 1933, que forneceu as bases de legitimidade do novo regime.

Nesta aula, você vai aprender sobre o período que antecedeu a instauração do Estado Novo, com destaque aos conflitos entre a Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL), o movimento revolucionário de 1935 que ficou conhecido como “Intentona Comunista” e o chamado Plano Cohen.

Também serão discutidas as origens do golpe de 1937, que deu início ao Estado Novo, além da Constituição de 1937 e de um novo padrão de relações entre Estado e sociedade, marcado pelo uso da propaganda como instrumento de conquista de apoio popular ao governo.

O governo constitucional de Getúlio Vargas (1934-1937): palco de intensos conflitos

Na aula anterior, você estudou que, após a vitória sobre a Revolução Constitucionalista de 1932, o governo resolveu constitucionalizar o país, realizando eleições para a Assembleia Nacional Constituinte em maio de 1933. Após meses de debate, a Constituinte promulgou a Constituição, a 14 de julho de 1934. Pela primeira vez, aparecia em um texto constitucional a preocupação com o tema da segurança nacional. Todas as questões referentes ao tema seriam examinadas pelo Conselho Superior de Segurança

Nacional, presidido pelo presidente da República e integrado pelos ministros e os chefes dos estados maiores do Exército e da Marinha.

No dia 15 de julho de 1934, pelo voto indireto da Assembleia Nacional Constituinte, Getúlio Vargas foi eleito presidente da República, devendo exercer o mandato até 3 de maio de 1938. A partir de então, haveria eleições diretas para a presidência. Veremos, porém, que não foram esses os rumos dos acontecimentos.

Os conflitos entre AIB x ANL

Com a promulgação da Constituição de 1934, ao lado da eleição, mesmo que indireta, de Getúlio Vargas, parecia que o país iria trilhar os rumos de uma democracia clássica. No entanto, menos de três anos depois, um novo golpe levaria o Brasil a mais oito anos de ditadura.

Na conjuntura que levou à gestação do golpe de 1937, os conflitos entre a Ação Integralista Brasileira (AIB) e a Aliança Nacional Libertadora (ANL) tiveram uma grande importância.

A AIB originou-se em outubro de 1932, logo após a Revolução Constitucionalista de São Paulo, sob a liderança de Plínio Salgado. Os grandes inimigos que deveriam ser combatidos por seus adeptos eram o liberalismo, o socialismo e o capitalismo financeiro internacional (sob alegação que este se encontrava nas mãos dos judeus).

O integralismo tinha como uma de suas principais marcas o uso de rituais e símbolos, além do culto à personalidade do chefe nacional, as cerimônias de adesão, os desfiles dos “camisas-verdes” (em referência à cor dos uniformes e que gerou o apelido jocoso de “galinhas verdes”), nos quais seus membros ostentavam braçadeiras com a letra grega sigma (Σ), usada na matemática como símbolo de somatória.



Figura 3.1: Símbolo do Movimento Integralista.



Integralismo

O integralismo se definiu como uma doutrina nacionalista, cujo conteúdo era mais cultural do que econômico. Defendia o controle do Estado sobre a economia, mas o eixo de seu programa residia na tomada de consciência do valor espiritual da nação, assentado no lema “Deus, Pátria e Família”, que garantiria a unidade entre seus membros. Opunha-se à pluralidade partidária e à representação individual dos cidadãos. O Estado integral seria aquele formado pelo chefe da nação e composto de órgãos representativos das profissões e entidades culturais.



Plínio Salgado

Nasceu em São Bento do Sapucaí (SP), no dia 22 de janeiro de 1895. Em 1916, fundou o semanário *Correio de São Bento*. Em 1918, iniciou suas atividades políticas participando da fundação do Partido Municipalista – organizado por líderes de 16 cidades do Vale do Paraíba em oposição ao Partido Republicano Paulista (PRP) – e pronunciando diversas conferências em defesa das comunidades locais e da autonomia dos municípios. Durante a década de 1920, Plínio Salgado dedicou-se essencialmente às atividades literárias, tornando-se um escritor de renome. Sua atuação política foi praticamente inexpressiva ao longo de todo esse período, desenvolvendo-se sempre à margem de grupos oligárquicos paulistas. Em fevereiro de 1928, foi eleito deputado estadual na legenda do PRP, tendo contado, assim como Menotti del Picchia, com o apoio do governador de São Paulo, Júlio Prestes. Participou de um movimento de intelectuais ligados ao PRP, conhecido como Ação Renovadora Nacional, que, entretanto, dissolveu-se sem alcançar o objetivo desejado, porque, segundo Salgado, o próprio partido "desinteressava-se completamente pelas questões doutrinárias". Permanecendo vinculado ao PRP, na campanha para as eleições presidenciais de março de 1930, apoiou a candidatura de Júlio Prestes, patrocinada oficialmente pelo presidente Washington Luís contra a candidatura oposicionista de Getúlio Vargas, lançada pela Aliança Liberal.

Plínio Salgado seria o único chefe nacional da AIB até sua extinção, em 2 de dezembro de 1937. Foi membro da Academia Paulista de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. Faleceu em São Paulo, no dia 7 de dezembro de 1975 (DHBB, FGV/CPDOC. Versão *online*, disponível em www.fvg/cpdoc.br. Acessado em 11 de agosto de 2010).



Figura 3.2: Congresso da Ação Integralista Brasileira, com Plínio Salgado ao centro.

Fonte: http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/e/e5/Congresso_Integralista_1935.jpg

Em oposição direta à AIB, encontrava-se a ANL, lançada no Rio de Janeiro, no dia 30 de março de 1935. Sob a presidência de honra de Luís Carlos Prestes, o programa básico da ANL possuía um conteúdo nacionalista e defendia: a suspensão definitiva do pagamento da dívida externa; a nacionalização das empresas estrangeiras; a reforma agrária; a garantia das liberdades populares; e a constituição de um governo popular. Na condução do movimento, seus dirigentes oscilaram entre a tendência de consolidação de uma aliança de classes e a perspectiva de insurreição para a tomada do poder.

Em 1934, eclodira uma série de movimentos reivindicatórios que levaram às paralisações no setor de serviços (bancos, comunicações e transportes). As campanhas contra o fascismo acabaram por levar a um intenso choque entre os membros da AIB e da ANL em São Paulo. Em resposta, o governo propôs ao Congresso uma Lei de Segurança Nacional que, aprovada em 4 de abril de 1935, definiu como crimes contra a ordem política e social a greve de funcionários públicos, a provocação de animosidade nas classes

armadas, a incitação do ódio entre as classes sociais, a propaganda subversiva e a organização de associações ou partidos com o objetivo de subverter a ordem política ou social. Estava aberto, assim, o caminho para a repressão tanto à ANL como também à AIB.

As perseguições do governo à ANL fortaleceram-se a partir do decreto presidencial de 11 de julho de 1935. A partir de então, conforme a repressão aumentada, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) iniciou os preparativos para uma insurreição que resultou na tentativa do golpe militar de novembro de 1935. Iniciado no dia 23 de novembro no Rio Grande do Norte, antecipando-se a uma iniciativa coordenada no Rio de Janeiro, uma junta de governo tomou o poder em Natal por quatro dias, até ser completamente dominada. Seguiram-se rebeliões, em menor escala, no Rio de Janeiro e em Recife.



Luís Carlos Prestes

Líder do Partido Comunista Brasileiro (PCB) por mais de 50 anos, Luís Carlos Prestes nasceu em Porto Alegre (RS), no dia 3 de janeiro de 1898.

Cursou a Escola Militar do Rio de Janeiro. Transferido para o Rio Grande do Sul, liderou no Estado uma revolta tenentista contra o governo de Arthur Bernardes em 1924. Compostos por jovens oficiais do Exército, os “tenentes” pretendiam levantar a população contra o poder da oligarquia governante e, por meio da revolução, exigir reformas políticas e sociais, como a renúncia de Bernardes, a convocação de uma Assembleia Constituinte e o voto secreto. Depois de vários combates, os gaúchos foram ao encontro das tropas paulistas rebeldes comandadas por Isidoro Dias Lopes e por Miguel Costa, em Foz do Iguaçu (PR), formando a Coluna Prestes, com o propósito de percorrer o Brasil

para propagar as ideias tenentistas. A marcha terminou em 1927, quando os revoltosos se exilaram na Bolívia. Nesse país, Prestes conheceu Astrogildo Pereira, um dos fundadores do PCB. Convertido à ideologia marxista, viajou para Moscou (ex-URSS) em 1931. Retornou clandestinamente ao Brasil, em 1935, casado com a comunista judia-alemã Olga Benário. Depois de comandar o fracassado golpe conhecido como Intentona Comunista (1935), com o intuito de derrubar o então presidente Getúlio Vargas e instalar um governo socialista, foi preso e sua mulher entregue à Gestapo (polícia política nazista) e deportada grávida para a Alemanha, onde morreu em um campo de concentração (1942).



Figura 3.3: O casal revolucionário Luís Carlos Prestes e Olga Benário.

Fontes:

http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/09/Bundesarchiv_Bild_183-19000-3831,_Luis_Carlos_Prestes.jpg

http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/43/Olga_benario_2.jpg

Após ser solto com o processo de redemocratização (1945), Prestes elegeu-se senador pelo PCB. Com a cassação do registro do partido (1947), teve a prisão preventiva decretada e foi obrigado a retornar à clandestinidade. Sua prisão preventiva foi revogada em 1958, mas, com o golpe militar de 1964, o líder comunista voltou a ser perseguido. Em 1971, conseguiu sair do país e se exilou na antiga URSS. Com a anistia de 1979, retornou, mas afastou-se do PCB. Faleceu no Rio de Janeiro, no dia 7 de março de 1990.

A gestação do Estado Novo

A “Intentona Comunista” acabou desencadeando uma onda de atos repressivos por parte do governo. Utilizando como argumento a ameaça representada pelo comunismo internacional (Moscou enviou ao Brasil alguns dirigentes estrangeiros que participaram do movimento), a escalada autoritária só fez crescer.

Durante o ano de 1936, o Congresso aprovou todas as medidas excepcionais solicitadas por Vargas, tais como a decretação do estado de defesa, que foi prorrogado até junho de 1937. Além disso, foram criados dois órgãos específicos voltados para a repressão: a Comissão Nacional de Repressão ao Comunismo (encarregada de investigar a participação de funcionários públicos e outras pessoas em atos ou crimes contra as instituições políticas e sociais) e o Tribunal de Segurança Nacional (destinado inicialmente apenas para julgar os diretamente envolvidos com a Insurreição de 1935 e que acabou se transformando em um órgão permanente cuja existência percorreu todos os anos do Estado Novo).



Estado de defesa e estado de sítio

Estado de defesa: embora não se constitua como estado de sítio, é implementado quando o governo considera que há uma grave perturbação da ordem e, principalmente, quando é avaliado que os meios coercitivos que são normalmente utilizados pelo poder público não são suficientes para sua restauração. Somente o presidente da República tem a prerrogativa de instauração que, mesmo assim, deve ter claramente definidos a área em que estará submetida ao estado de defesa e o tempo que tal instrumento estará em vigor. No período de duração do estado de defesa, cabem

medidas restritivas no que se refere aos direitos de reunião, sigilo de correspondência e comunicação telegráfica e telefônica e, ainda, permissão para ocupação e uso temporário de bens e serviços públicos, na hipótese de calamidade pública.

Quando se dá a decretação do estado de sítio, ficam suspensas, temporariamente, as garantias constitucionais e quaisquer limitações à ação governamental que acompanham a Declaração de Direitos. Assim sendo, o poder de intervenção estatal, legitimamente considerado, é sobremaneira ampliado.

Assim como o ocorrido no estado de defesa, também o estado de sítio somente pode ser decretado pelo presidente da República. No entanto, em função de estabelecer maiores restrições às garantias constitucionais, seu estabelecimento é condicionado à aprovação prévia do Congresso Nacional.

As condições que possibilitam a aprovação do estado de sítio são casos de grave comoção de repercussão nacional, ineficácia das medidas tomadas sob o estado de defesa e, ainda, quando for declarado estado de guerra ou resposta à agressão armada estrangeira.

Em meio a essa espiral repressiva, começaram a ser articuladas as candidaturas para as eleições presidenciais previstas para janeiro de 1938.

O Partido Constitucionalista, formado pela aliança entre o Partido Democrático (PD) e alguns outros partidos menores, lançou a candidatura de Armando Salles Oliveira. O candidato oficial, José Américo de Almeida, tinha sido ministro de Viação e Obras Públicas do governo Vargas. Os integralistas lançaram a candidatura de Plínio Salgado.

Nesse momento, alguns dos instrumentos repressivos do governo foram sendo progressivamente desativados: presos políticos foram liberados em junho de 1937 e o Congresso não concedeu a renovação do estado de defesa. No entanto, a perseguição aos membros da ANL continuava. Em 1937, o governo interveio no Distrito Federal e destituiu o prefeito Pedro Ernesto, sob alegação de que estava associado à extinta ANL. No exército, alguns oficiais que declaravam abertamente a defesa da manutenção do calendário eleitoral foram afastados dos comandos militares.

O projeto golpista ganha, todavia, contornos mais definidos a partir de um episódio habilmente utilizado pelo governo: o chamado “Plano Cohen”. Segundo Boris Fausto (1996), o capitão Olímpio Mourão Filho (oficial integralista) foi visto, em setembro de 1937, datilografando no Ministério da Guerra um plano de insurreição comunista. O autor do documento seria um certo Cohen. Aparentemente, o “plano” era uma fantasia a ser publicada em um boletim da AIB, mostrando como seria uma insurreição comunista e como os integralistas iriam posicionar-se diante do fato.

Diante da divulgação de tal “documento”, que reacendeu de forma eficaz a ameaça comunista, o Congresso aprovou o estado de guerra e a suspensão das garantias constitucionais por noventa dias. Fortaleceu-se a ideia de que, diante de tal “ameaça”, o calendário eleitoral deveria ser suspenso. O governo anunciava que a situação política não comportava a realização de eleições, sendo ainda necessária a dissolução da Câmara e do Senado.

A reação da oposição só contribuiu para a solução golpista. Armando Salles de Oliveira lançou um manifesto aos chefes militares, apelando para que esses reagissem diante do projeto golpista. Assim, sob a alegação de que o texto estaria circulando abertamente nos quartéis, podendo provocar ainda mais instabilidade e ameaça à ordem constituída, Getúlio Vargas, com o apoio da cúpula militar, optou pela antecipação do golpe que estava previamente marcado para o dia 15 de novembro.

Assim sendo, no dia 10 de novembro de 1937, as tropas da polícia militar cercaram o Congresso e impediram a entrada dos congressistas. No mesmo dia à noite, Getúlio anunciou o início de uma nova fase política e a substituição da Constituição de 1934 por uma nova Carta Constitucional, elaborada por Francisco Campos. As eleições foram canceladas, o poder legislativo foi fechado, os partidos dissolvidos e a Constituição, democraticamente elaborada, cancelada. Tinha início, assim, um longo período de ditadura pessoal que estendeu o poder de Getúlio por mais oito anos, ou seja, começava o Estado Novo.



Atende ao Objetivo 1

1.

AO POVO BRASILEIRO

PELA SALVAÇÃO NACIONAL!

NÓS QUEREMOS O CANCELAMENTO DAS DÍVIDAS IMPERIALISTAS; A NACIONALIZAÇÃO DAS EMPRESAS IMPERIALISTAS; A LIBERDADE EM TODA A SUA PLENITUDE; O DIREITO DO POVO – AUMENTANDO OS SALÁRIOS E ORDENADOS DE TODOS OS OPERÁRIOS, EMPREGADOS E FUNCIONÁRIOS

O Brasil cada vez mais se vê escravizado aos magnatas estrangeiros. Cada vez mais a independência nacional é reduzida a uma simples ficção legal. Cada vez mais o nosso país e o nosso povo são explorados, até os últimos limites, pela voracidade insaciável do imperialismo (...)

Os juros pagos pelo Brasil a seus credores já se elevam a mais do dobro da importância que ele recebera como empréstimo. Os lucros fabulosos das companhias imperialistas já ultrapassam, de muito, o capital por elas investido. E, entretanto, continua o país

com uma fabulosa “dívida” externa; continuam os capitalistas estrangeiros a dominar nossas fontes de energia e nossos meios de comunicação – numa palavra – todas as partes fundamentais e básicas da economia moderna.

O imperialismo, procurando obter mão de obra por preço vil, protegeu, como ainda hoje protege, os latifundistas, o feudalismo.

(...)

Mas o feudalismo, após a libertação dos escravos, não se teria certamente mantido, como não se manteve nos Estados Unidos, após o triunfo dos abolicionistas, se não fosse o auxílio poderoso do capital financeiro imperialista.

Por outro lado, os pequenos e médios proprietários agrícolas se acham cada vez mais amordaçados pela agiotagem e pela usura.

(...)

Em suma, é completa a escravização nacional. É o Brasil reduzido a verdadeira máquina de lucros dos capitais estrangeiros.

Entretanto, neste momento, a Nação já se começa a erguer em defesa de seus direitos e da sua independência, da sua liberdade. E a Aliança Nacional Libertadora surge, justamente, como o coordenador deste gigantesco e invencível movimento.

(...)

A Aliança Nacional Libertadora tem um programa claro e definido. Ela quer o cancelamento das dívidas imperialistas; a nacionalização das empresas imperialistas; a liberdade em toda a sua plenitude; o direito do povo manifestar-se livremente; a entrega dos latifúndios ao povo laborioso que os cultive; a libertação de todas as camadas camponesas da exploração dos tributos feudais pagos pelo aforamento, pelo arrendamento da terra etc.; a anulação total das dívidas agrícolas; a defesa da pequena e média propriedade contra a agiotagem, contra qualquer execução hipotecária.

(...)

Queremos uma Pátria livre! Queremos o Brasil emancipado da escravidão imperialista! Queremos a libertação social e nacional do povo brasileiro!

Rio de Janeiro, Março de 1935

Comissão Provisória de Organização

HERCOLINO CASCARDO

AMORETI OSÓRIO

ROBERTO SISSON

FRANCISCO MANGABEIRA

MANUEL VENÂNCIO CAMPOS DA PAZ

(Manifesto-Programa de lançamento da Aliança Nacional Libertadora. Processo de fechamento da ANL, Pasta IJI (320) e TSN, Processo nº 93, vol.1) – Extraído de: VIANNA, M. (Org.) *Pão, terra e liberdade: memória do movimento comunista de 1935, Publicações históricas*, Rio de Janeiro, n. 92., 1995.

Fonte: http://www.cecac.org.br/mat%E9rias/ANL_Manifesto.htm. Acessado em 13 de agosto de 2010.

A partir da leitura dos fragmentos do Manifesto-Programa da Aliança Nacional Libertadora, identifique as principais ideias presentes no documento e explique de que forma a ação da ANL relaciona-se à organização do golpe que deu origem ao Estado Novo.

Resposta Comentada

As ideias centrais do Manifesto da ANL giram em torno da oposição das relações entre o Brasil e os Estados Unidos, destacando a posição de subordinação brasileira diante dos interesses do imperialismo norte-americano. Assim, são defendidas a nacionalização das empresas estrangeiras, a redução do pagamento de impostos, a alteração da relação de dominação e exploração dos trabalhadores e o fim dos latifúndios.

A defesa de tais ideias acabou por acentuar o conflito dos membros da ANL com os integralistas, o que em muito contribuiu para intensificar o clima de tensão política. Soma-se a isso, a eclosão da Intentona Comunista, que fortaleceu por parte do governo a necessidade de medidas repressivas que afastassem a “ameaça comunista”.

A Constituição de 1937

Como foi demonstrado anteriormente, muitas das instituições e práticas políticas que irão predominar durante o Estado Novo começaram a ser elaboradas e foram implementadas ainda durante o período 1934-37.

As principais determinações da Carta Constitucional elaborada por Francisco Campos podem ser assim organizadas:

- cabia ao presidente da República confirmar ou não o mandato dos governadores eleitos. Em caso de nomeação não ser aceita, o próprio presidente poderia nomear interventores para substituí-los;
- o Parlamento, as Assembleias Estaduais e as Câmaras Municipais estavam dissolvidas;
- as eleições para composição de um novo poder legislativo estariam condicionadas a um **plebiscito** (assim como a própria Constituição);
- o presidente assumiu os poderes de expedir decretos-leis em todas as matérias de responsabilidade do governo federal (enquanto o poder legislativo estivesse suspenso);
- todas as liberdades civis garantidas formalmente pela própria Carta Constitucional estavam suspensas em função da decretação do estado de emergência;
- o governo estava autorizado a aposentar funcionários civis e militares.

Plebiscito

Resolução submetida à apreciação do povo; voto do povo sobre proposta que lhe é apresentada; lei decretada pelo povo reunido em comício, na antiga Roma.

(Fonte: *Novo Dicionário Aurélio*.)

Apesar da indicação de que haveria um plebiscito para convocação de eleições legislativas e para legitimação da própria Constituição, esse plebiscito jamais ocorreu. O presidente, assim, governou ao longo de todo Estado Novo através de **decretos-leis**. Os governadores dos Estados se transformaram em interventores e passaram a ser controlados, a partir de um decreto-lei de abril de 1939, por um departamento administrativo, que tinha a prerrogativa de aprovar todos os decretos-leis expedidos pelos interventores e o próprio orçamento estadual. E o estado de emergência não foi revogado.

Além dos mecanismos restritivos impostos pela Constituição de 1937, outra inovação política do Estado Novo foi de grande importância para a restrição das liberdades políticas: a dissolução dos partidos políticos através do decreto-lei nº 37, de 2 de dezembro de 1937.

No próprio texto de apresentação do decreto estavam contidos os argumentos que dariam suporte à dissolução dos partidos: i) a Constituição tinha como objetivo instituir um regime de paz social e de ação política construtiva e o sistema eleitoral vigente fomentava a proliferação de partidos, com o único objetivo de dar às candidaturas e aos cargos eletivos a aparência de legitimidade; ii) a multiplicidade de arregimentações partidárias possuíam apenas objetivos meramente eleitorais, em vez de atuar como fator de esclarecimento e disciplina da opinião, contribuindo assim para criação de uma atmosfera de excitação e desassossego permanentes, nocivos à tranquilidade pública e sem correspondência aos reais sentimentos do povo brasileiro; iii) os partidos existentes não possuíam conteúdo programático nacional ou esposavam ideologias e doutrinas contrárias aos postulados do novo regime, pretendendo a transformação radical da ordem social, alterando a estrutura e ameaçando as tradições do povo brasileiro, em desacordo com as circunstâncias reais da sociedade política e civil; iv) o novo regime deve estar em contato direto com o povo, sobreposto às lutas partidárias de qualquer ordem, independentemente

Decreto-lei

Decreto do poder
executivo com força
de lei.

(Fonte: *Novo Dicionário
Aurélio.*)

da consulta de agrupamentos, partidos ou organizações, ostensiva ou disfarçadamente destinados à conquista do poder público (CHACON, 1985, p. 341-342).

Com a implementação desse decreto, estava assim montada a engenharia política que garantiu a centralização do poder político nas mãos do Executivo: dissolução do legislativo, cancelamento das eleições presidenciais, nova constituição, dissolução dos partidos e interventores federais. Eixos de sustentação do Estado Novo, a nova conformação política não foi a única estratégia governamental. Um outro instrumento legitimador da nova ordem também teve grande importância: a propaganda política, nosso próximo tema de estudo.



Atende ao Objetivo 2

2. Leia o texto da cientista política Eli Diniz e explique os instrumentos implementados pelo governo Vargas para promover a centralização política e dissolver os mecanismos democráticos que estiveram em vigor entre os anos 1930 e 1934.

Os mecanismos básicos da centralização política, ampliados e diversificados durante o Estado Novo, vão sendo implantados progressivamente ao longo do período 1930-1945, configurando-se um aparato burocrático-estatal de grande envergadura. Este aspecto fundamental das mudanças políticas em curso significaria a institucionalização do Estado intervencionista, cujo objetivo seria dar viabilidade ao controle do poder central sobre as principais esferas econômicas (...): O Estado forte e altamente centralizado iria absorvendo o sistema decisório, desestruturando suas bases regionais, num esforço de nacionalização das decisões estratégicas.

DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder relações de classe. In FAUSTO, B. *O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 107 (História Geral da Civilização Brasileira).

Resposta Comentada

Os mecanismos de controle político do governo, a partir de 1937, repousavam na implementação de uma nova Constituição, que excluía os instrumentos democráticos da Carta Constitucional de 1937, a dissolução dos partidos políticos, a nomeação de interventores federais, o cancelamento das eleições e a implantação de órgãos reguladores da liberdade política e de expressão.

A propaganda política no Estado Novo

No processo de legitimação do Estado Novo, o uso da propaganda política teve grande importância. A construção da imagem de Getúlio Vargas como protetor dos trabalhadores ganhou forma pelo recurso a várias cerimônias e ao emprego intensivo dos meios de comunicação.

Uma das estratégias mais importantes era a cerimônia criada em torno da comemoração do Dia do Trabalhador, 1º de maio, realizada a partir de 1939, no estádio do Vasco da Gama (RJ), o maior estádio na época. Somente a partir de 1944, as comemorações se deslocaram para o Pacaembu, em São Paulo. Nesses encontros, ansiosamente aguardados, Getúlio iniciava seu discurso com o famoso “Trabalhadores do Brasil” e anunciava alguma medida muito aguardada de alcance social.

O uso do rádio foi outra estratégia amplamente utilizada. A partir de janeiro de 1942, o ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho, começou a apresentar palestras semanais no programa Hora do Brasil (em vigor até os dias atuais). Nelas contava

a história das leis sociais, apresentava casos concretos e se dirigia às vezes a grupos específicos, como os aposentados, mulheres, pais de menores operários, imigrantes, entre outros.

Segundo a historiadora Maria Helena Capelato, a comunicação através do rádio, segundo o ministro, advinha da necessidade de divulgar o novo direito social ainda desconhecido pelo próprio trabalhador beneficiário. Esse desconhecimento explicava-se, em parte, pela natureza do processo histórico que presidira a elaboração da legislação social: por não ter sido conquistada ao longo de uma epopeia de lutas, mas sim outorgada pela sabedoria do Estado, essa legislação exigia a divulgação e esclarecimentos (CAPELATO, 1999, p. 171).

Estava em processo, assim, a construção da figura simbólica de Getúlio Vargas como dirigente e guia dos brasileiros, em especial dos trabalhadores, como amigo e pai, semelhante na escala social ao chefe de família. Assim, “guia e pai doava benefícios a sua gente e dela tinha o direito de esperar fidelidade e apoio. Os benefícios não eram fantasia” (FAUSTO, 1996, p. 375).

Embora tenha sido o principal alvo da propaganda política, o regime instaurado em 1937 não se dirigia apenas à classe trabalhadora na construção de sua imagem. Procurou também construir uma ampla base de apoio da opinião pública por meio da censura aos meios de comunicação e pela elaboração de sua própria versão da fase histórica que o país vivia.

Assim como o ocorrido em relação aos instrumentos regulatórios do controle sobre a esfera política, também agora sobre a esfera cultural, os aparatos que compuseram o arcabouço do projeto cultural do Estado Novo também foram sendo lentamente construídos a partir de 1930. Em primeiro lugar, em 1931, fora criado o Departamento Oficial de Publicidade. Em 1934, foi instituído, no Ministério da Justiça, o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, que funcionou até dezembro de 1939.

O principal instrumento de controle sobre a produção cultural data de 1939, quando foi criado o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), diretamente subordinado ao presidente da República, que escolhia seus principais dirigentes. O órgão estava estruturado da seguinte forma: Divisão de Divulgação, Divisão de Radiodifusão, Divisão de Cinema e Teatro, Divisão de Turismo, Divisão da Imprensa e Serviços Auxiliares. A organização funcional revelava alto grau de centralização.

O DIP foi fruto da ampliação da capacidade de intervenção do Estado no âmbito dos meios de comunicação e da cultura. Segundo o governo, tinha como função elucidar a opinião pública sobre as diretrizes doutrinárias do regime, atuando em defesa da cultura, da unidade espiritual e da civilização brasileira. Vinculado diretamente à Presidência da República, o DIP produzia e divulgava o discurso destinado a construir a imagem do regime, das instituições e do chefe do governo, identificando-os com o país e com o povo. Assim, foram produzidos livros, revistas, folhetos, cartazes, propagandas de rádio com noticiários e números musicais, além de radionovelas, fotografia, cinejornais, documentários cinematográficos, filme de ficção, entre outros. Nesse conjunto, destacam-se a imprensa e o rádio como os meios mais utilizados para a divulgação da propaganda política (CAPELATO, 1999, p. 172-173).

Embora tenha perseguido, prendido, torturado e forçado ao exílio intelectuais e políticos, o Estado Novo não adotou uma atitude de perseguições indiscriminadas. Seus dirigentes perceberam a importância de atrair setores de intelectuais que poderiam ser de grande importância na legitimidade de novo projeto. Católicos, integralistas, autoritários, esquerdistas ocuparam cargos e aceitaram as vantagens que o regime oferecia. Azevedo Amaral, jornalista e autor do significativo livro *O Estado autoritário e a realidade nacional*, Almir de Andrade, diretor da revista *Cultura Política* e o famoso poeta Cassiano Ricardo ocuparam importantes postos burocráticos. Oliveira Viana (um dos mais importantes representantes do pensamento conservador nacional) atuou como consultor jurídico do Ministério do Trabalho.

Segundo Boris Fausto (1996), nas várias manifestações dirigidas ao grande público ou nas páginas de publicações como *Cultura Política*, destinadas a um círculo mais restrito, o Estado Novo procurou transmitir sua versão da história do país. No âmbito da história mais recente, apresentava-se como a consequência lógica da Revolução de 1930. Propunha-se a promover um corte radical entre o velho Brasil desunido, dominado pelo latifúndio e pelas oligarquias, e o Brasil que nasceu com a revolução. O Estado Novo teria realizado os objetivos revolucionários, promovendo, através da busca de novas raízes, da integração nacional, de uma ordem dilacerada pelas disputas partidárias, a entrada do Brasil nos tempos modernos.



Atende ao Objetivo 3

3. A imagem a seguir retrata uma das comemorações do Dia do Trabalho no estádio do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro.

A partir de sua análise, identifique as principais linhas de organização e atuação da propaganda política durante o Estado Novo.



Fonte: www.suapesquisa.com/.../estado_novo.htm

Resposta Comentada

A propaganda política do Estado Novo foi de fundamental importância para a institucionalização do novo regime. Dentre os instrumentos mais utilizados pelo governo, encontravam-se as festas comemorativas, como a do Dia do Trabalho, os programas de rádio, a divulgação das realizações do governo e o culto à imagem de Vargas como "pai dos pobres".



CONCLUSÃO

A partir de 1930, com a chegada de Getúlio Vargas ao poder através de um movimento revolucionário, teve início o processo de remodelação do Estado, não só no que se refere aos seus instrumentos organizativos, como também no que tange às relações com a sociedade.

Esse processo desembocou em 1937, quando se deu a instauração da ditadura estado-novista. Estava aberto o caminho para não só prolongar a permanência de Vargas no poder por mais oito anos como também para a reestruturação do novo modelo de Estado que iria predominar no Brasil por muitos anos.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

A charge a seguir é representativa de alguns dos traços mais marcantes do Estado Novo. Analise-a atentamente e apresente as características do projeto político estado-novista presentes na imagem.



Fonte: <http://profedhistoria.blogspot.com/2009/11/9o-ano-ef-questoes-republica.html>

Resposta Comentada

A charge procurou demonstrar não só o uso que o governo Vargas fez do rádio como um dos mais importantes instrumentos de divulgação do projeto político, econômico e social do Estado Novo, como também a censura que foi imposta no período.

Através da atuação de órgãos repressores, como o DIP, a produção cultural do país e sua divulgação foram permanentemente controladas pelo governo.

RESUMO

O ano de 1934, com a eleição indireta de Vargas para a presidência e a promulgação de uma constituição democrática, indicava que o país trilharia os caminhos de uma democracia. No entanto, sustentado pelo discurso da ameaça comunista, pela instabilidade promovida pelos embates entre ANL e AIB, pela eclosão da Intentona Comunista e pela divulgação do “Plano Cohen”, o governo instaurou o Estado Novo.

O novo regime, que se estendeu entre 1937 e 1945, teve como grandes marcas a censura, a dissolução do Legislativo, o fim dos partidos políticos e o fortalecimento do poder pessoal de Vargas e a imposição de uma nova Constituição que forneceu os mecanismos legais de sustentação do regime.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, você ainda vai estudar o período do Estado Novo. Como já vimos a organização política do novo regime e seus instrumentos de propaganda, fica faltando, ainda, uma importante dimensão do Estado Novo: sua política industrial.

Assim sendo, nosso próximo tema será voltado para a dimensão econômica do governo Vargas. Será apresentado, desta forma, o panorama das transformações econômicas do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), através do exame da política de governo desenvolvida no período posterior à crise internacional de 1929 e do processo de industrialização.

Aula 4

Economia e industrialização na Era Vargas

Monica Piccolo Almeida

Meta da aula

Apresentar o panorama das transformações econômicas do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), a partir do exame da política de governo desenvolvida no período posterior à crise internacional de 1929 e do processo de industrialização.

Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

1. identificar as medidas de política econômica adotadas pelo Governo de Getúlio Vargas visando à defesa da economia brasileira, em especial do setor cafeeiro, no período posterior à eclosão da crise de 1929;
2. reconhecer as condições políticas e institucionais que tornaram possível a industrialização do Brasil, no período de 1930 a 1945;
3. reconhecer as principais transformações do parque industrial brasileiro no período de 1930 a 1945 e o processo de instalação da indústria de base.

Pré-requisitos

Para acompanhar esta aula, você precisa ter estudado as principais características da economia brasileira no período da Primeira República (1889-1930), em especial os aspectos referentes à política de valorização do café e à formação do setor de indústria de bens de consumo. Precisa também ter estudado as mudanças políticas promovidas pelo regime político instaurado com o golpe do Estado Novo, que foi o tema da Aula 3.

INTRODUÇÃO

Na aula anterior, nós estudamos as principais inovações políticas e institucionais trazidas pelo regime do Estado Novo (1937-1945), que foram marcadas por forte autoritarismo e pela afirmação de princípios nacionalistas.

Vamos agora conhecer o conjunto de transformações ocorridas na economia brasileira ao longo de todo o período do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), quando tomou impulso o desenvolvimento do setor urbano industrial, com a ampliação da indústria de base.

Você aprenderá que, no início da década de 1930, as diversas medidas adotadas pelo Governo Federal com o objetivo de proteger o setor agroexportador, em resposta à severa crise econômica internacional de 1929, terminaram por criar as condições para a expansão das atividades voltadas para o mercado interno.

Foram realizadas, no mesmo período, inovações institucionais que favoreceram a expansão da indústria, incluindo desde a regulamentação governamental sobre o mercado de trabalho urbano, com a promulgação da legislação trabalhista, até o início do investimento estatal na indústria siderúrgica, com a fundação da Companhia Siderúrgica Nacional, em 1941.

Nesta aula, você vai aprender sobre essas importantes transformações econômicas que levaram à afirmação do Brasil como um país industrializado.

A crise internacional de 1929 e a política econômica do governo de Getúlio Vargas

Durante o período da Primeira República (1889-1930), a economia brasileira baseava-se fortemente na exportação de alguns poucos produtos agrícolas, como o café, o açúcar, o cacau, o algodão

Receita cambial

Divisas em moeda estrangeira ou créditos obtidos com as atividades de exportação.

Laissez-faire

Expressão francesa que significa “deixai fazer” e corresponde a uma das ideias-chave do liberalismo econômico, a de que o mercado deve ser autorregulado, funcionando sem quaisquer interferências por parte dos governos. É parte da expressão “*laissez-faire, laissez-aller, laissez-passer*”, que significa, literalmente, “deixai fazer, deixai ir, deixai passar”.

e a borracha. A **receita cambial** obtida com a exportação dos produtos primários, em especial do café, era utilizada na importação da maior parte dos produtos manufaturados consumidos no país. Essa situação fazia com que as flutuações dos preços internacionais trouxessem grande vulnerabilidade à economia brasileira, havendo ainda a ameaça permanente de superprodução. Com o objetivo de evitar a queda do preço do café no mercado externo e também de ampliar ao máximo a receita cambial, os sucessivos governos recorriam à prática de compra e posterior retenção dos estoques excedentes desse gênero de exportação.

As intervenções reguladoras no mercado do café, conduzidas pelos governos dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro a partir de 1906, com apoio do Governo Federal, ficaram conhecidas como *planos de valorização*, sendo duramente criticadas pelos defensores do **laissez-faire**. Seus opositores argumentavam contra os efeitos de longo prazo da política valorizadora que, no seu entender, constituía antes um incentivo para a expansão do plantio do produto, concorrendo, portanto, ainda mais, para a situação de superprodução.

No final da década de 1920, apesar das críticas de comerciantes e compradores estrangeiros de café, a intervenção estatal no mercado havia se tornado regular. Os recursos necessários para a compra dos estoques excedentes eram obtidos por meio da contratação de empréstimos externos, garantidos, por sua vez, por uma taxa cobrada sobre as exportações. No mesmo período, como resultado de uma sequência de safras elevadas de café, acumularam-se grandes estoques do produto, ampliando de forma significativa a necessidade de financiamento para sua aquisição por parte do governo.

Quanto ao setor industrial brasileiro, era constituído, durante a Primeira República, principalmente de estabelecimentos de produção de bens de consumo, como têxteis, chapéus, calçados, bebidas, alimentos e sacaria, sendo essa última utilizada na embalagem, no armazenamento e no transporte dos produtos agrícolas exportados.

Foram os lucros e as divisas oriundas da venda dos principais produtos da pauta de exportações, em especial do café, que passaram então a financiar a importação de maquinaria industrial e equipamentos destinados à geração de energia e aos novos setores que então se implantavam no país, como a indústria de cimento, cal e cerâmica, cigarros e charutos.

Em 1920, registrava-se um aumento do investimento no setor de bens de produção. Nesse ano, as indústrias de minerais não metálicos, de metalurgia, de mecânica, de material de transporte, de química e farmácia, de borracha, de papel e de papelão somaram 14,6% da renda industrial do país. Era notável, nessa época, uma tendência à concentração industrial nas cidades do Rio de Janeiro, então capital federal, e de São Paulo, que, juntas, contavam com 42% dos estabelecimentos industriais do país, 53% dos capitais investidos no setor secundário e 50% do operariado nacional. São Paulo sozinha, contudo, concentrava 31% das unidades industriais, 29% dos capitais e 30% do operariado de todo o Brasil.

Os representantes das indústrias, reunidos em associações como o Centro Industrial do Brasil, sediado no Rio de Janeiro, reclamavam do governo a adoção de tarifas protecionistas e a concessão de créditos em defesa do setor. Suas aspirações, no entanto, se confrontavam com a visão predominante de que o Brasil apresentava uma “vocação essencialmente agrícola”, defendida pelos cafeicultores, devendo, por esse motivo, ser evitado o incentivo ao crescimento do setor secundário.

Os efeitos da crise de 1929 colocaram em evidência, mais uma vez, a vulnerabilidade da economia brasileira, em razão da dependência da exportação de produtos primários. A depressão econômica nos países importadores determinou a retração da demanda externa do café, ampliando a pressão para a queda dos preços internacionais do produto, que foram reduzidos a um terço de seu valor entre 1929 e 1931. Por outro lado, a receita cambial brasileira, oriunda dessas exportações, foi diminuída em 62%, entre 1929 e 1933, o que acarretou, por sua vez, a limitação da

capacidade de importar do país. Ao longo da década de 1930, o balanço de pagamentos brasileiro apresentou um *déficit* crescente, com exceção dos anos de 1934 e 1935, o que levou o governo de Vargas a suspender o pagamento dos compromissos externos em 1938 e 1939.



Crise de 1929

Após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), os Estados Unidos foram alçados ao papel de principal potência econômica mundial. Durante o conflito, os Estados Unidos lucraram com a exportação de alimentos e produtos industrializados para os países aliados e, no período do pós-guerra, contribuíram decisivamente para seu esforço de reconstrução. O parque industrial norte-americano, constituído por importantes fábricas de automóveis e de máquinas e pela indústria de aço e petróleo, entre outros artigos, tornou-se responsável por quase um terço de toda a produção manufatureira mundial. A expectativa otimista quanto à economia do país levou, na década de 1920, à ampliação dos investimentos em ações das diversas empresas e ao crescimento constante da produção industrial. Com a recuperação das economias nacionais europeias e a consequente retração do consumo de produtos oriundos dos Estados Unidos por parte desses países, formou-se um quadro de superprodução na indústria e também na agricultura norte-americana, sobretudo no setor de produção de trigo. Em razão da superprodução, a partir de 1928, o preço das mercadorias passou a cair, registrando-se as primeiras levas de demissões. No dia 24 de outubro de 1929,

que ficou conhecido como a Quinta-Feira Negra, o grande número de ofertas de vendas de ações, sem que se apresentassem compradores para as mesmas, levou à “quebra” da Bolsa de Valores de Nova York. Foram perdidos significativos investimentos em ações e houve inúmeras falências de empresas, acarretando novas demissões. A crise econômica e financeira estendeu-se para diversos países, como a Inglaterra, a Alemanha e o Japão, que contavam com recursos e investimentos norte-americanos. Por outro lado, a redução das importações por parte dos Estados Unidos fez com que a recessão alcançasse os países exportadores de bens primários e gêneros agrícolas. A crise prolongou-se pela década de 1930 e ficou conhecida como a “Grande Depressão”.

A partir de 1930, Getúlio Vargas, então chefe do Governo Provisório, e seu ministro da Fazenda, o banqueiro paulista José Maria Whitaker, promoveram a adoção de um conjunto de medidas tendo em vista a retomada da defesa permanente do café. Com recursos oriundos de um empréstimo contratado com bancos ingleses no valor de 20 milhões de libras esterlinas, foi adquirida pelo governo parte da safra cafeeira de 1929-1930. Foi determinada, em seguida, a queima de uma quota de café de qualidade inferior, que ficou conhecida como “quota do sacrifício”, com o objetivo de reduzir a pressão que os grandes estoques existentes exerciam sobre o mercado.

A política de defesa do café, que durante a Primeira República estivera sob a responsabilidade do Instituto de Café de São Paulo, passou a ser centralizada no Conselho Nacional do Café, criado em 1931, depois transformado no Departamento Nacional do Café, vinculado ao Ministério da Fazenda.

Em dezembro de 1933, foi promulgada a Lei do Reajustamento Econômico (Decreto n.º 23.533, de 1º de dezembro de 1933), que concedeu o perdão de até 50% das dívidas dos cafeicultores junto aos fornecedores e ao sistema financeiro. Entre 1931 e 1944, foram queimadas 78,2 milhões de sacas de café brasileiro, quantidade que correspondia a três anos do consumo mundial do produto.

O governo federal empreendeu também um esforço no sentido de fortalecer a política comercial do café, o que levou à assinatura de acordos com diversos países da Europa Central e à renovação, em 1935, de um acordo comercial com os Estados Unidos, através do qual foram mantidas certas isenções tarifárias que o produto brasileiro gozava em sua entrada naquele país. Em razão da recessão internacional, o financiamento da compra dos estoques de café passou a ser feito com recursos internos, obtidos com a tributação do produto exportado e por meio da expansão do crédito, e não mais com empréstimos de capital estrangeiro.

Inadvertidamente, no entanto, as condições pelas quais se desenvolveu a política de valorização do café, a partir de 1930, terminaram por incentivar a industrialização do país. Isso ocorreu porque a continuidade da compra dos excedentes do produto pelo governo evitou que o Brasil experimentasse um grave colapso na demanda interna, que, de outro modo, teria sido causado pela redução das exportações. O fato de o programa de valorização ter sido financiado por crédito interno também favoreceu o surto industrial, já que foi preservada a capacidade de consumo em um momento em que, devido à crise internacional, não existia a possibilidade de seu atendimento por meio de importações. Também a desvalorização da taxa de câmbio na década de 1930 causou a elevação relativa dos preços dos produtos estrangeiros, fazendo com que os consumidores comesçassem a procurar fornecedores nacionais para produtos que antes eram importados. Por fim, deve ser mencionado o incentivo representado pelo fato de que, com a grande queda no preço do café, os negócios e a produção destinada ao mercado interno, principalmente as manufaturas, tornaram-se cada vez mais atrativos para os diversos investidores.



A política de valorização do café e a industrialização

O mecanismo estimulado pela política de valorização do café, adotada no período após a crise de 1929, que provocou o surgimento de condições propícias ao surto industrial, foi descrito em caráter pioneiro pelo economista Celso Furtado, no livro *Formação econômica do Brasil* (1959). Furtado analisou o chamado processo de *industrialização por substituição de importações*. Outros pesquisadores, como Carlos Manuel Pelaez, na *História da industrialização brasileira* (1972), e Annibal Villanova Villela e Wilson Suzigan, no estudo intitulado *Políticas de governo e crescimento da economia brasileira* (1975), pretenderam refutar o argumento de Furtado, sustentando que a política do Governo Federal havia se baseado principalmente em postulados voltados ao equilíbrio orçamentário, à estabilidade monetária e à valorização cambial, sendo todas essas medidas mais favoráveis ao setor agroexportador do que à indústria. Posteriormente, a vinculação entre a política cafeeira e a industrialização da década de 1930 foi endossada no estudo de Maurício de Paiva Abreu, incluído no livro *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana* (1989), e nas pesquisas de Maria Antonieta Leopoldi (2003). Esses autores ressaltaram que, além dos efeitos indiretos da política cafeeira sobre a preservação da renda e do consumo internos, o governo de Getúlio Vargas favoreceu as indústrias através de medidas específicas relacionadas à política tarifária e à política cambial, ao aumento de impostos específicos e à regulação do consumo compulsório de matérias-primas utilizadas nas manufaturas.

A exportação de produtos primários, principalmente do café, continuou a ser importante para a economia brasileira, pois fornecia as divisas necessárias para a importação de bens de capital (máquinas e equipamentos), cuja produção no país não era capaz de atender à expansão do parque industrial. Na década de 1930 o café representava 6% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e 70% da pauta de exportações. Em 1940, a participação do café nas exportações reduziu-se para 32%, mas era ainda significativa.

A persistência, até meados da década de 1950, de uma relação de dependência da industrialização brasileira para com o setor agroexportador, para o financiamento da importação de máquinas e equipamentos e da implantação da indústria de base, foi descrita pela economista Maria da Conceição Tavares, no ensaio *Acumulação de capital e industrialização no Brasil* (1974), e por João Manoel Cardoso de Mello, no livro *O capitalismo tardio* (1982), através do conceito de “industrialização restringida”. Para Mello, a industrialização restringida correspondeu à etapa do desenvolvimento capitalista caracterizada pela necessidade da permanente transferência, para o setor industrial, de recursos gerados pela agroexportação.



Atende ao Objetivo 1

1. Leia o texto a seguir da historiadora Sonia Regina de Mendonça e explique por que a política econômica adotada pelo governo de Getúlio Vargas, com o objetivo de atenuar os efeitos da crise econômica de 1929, acabou levando ao fortalecimento do setor urbano-industrial:

Embora a ação econômica do Estado no pós-1930 possa ser vista como ainda comprometida com setores tradicionais da economia e sem uma orientação claramente industrialista, o conjunto das medidas por ele adotadas para atenuar os efeitos da crise

ultrapassaria os limites da mera defesa dos interesses dos velhos grupos dominantes e seus horizontes. A idéia da industrialização como alternativa para o desenvolvimento brasileiro ganharia lugar de destaque, pouco a pouco, no pensamento e na política de governo da época. Como o coloca o [sociólogo] Francisco de Oliveira, a reformulação da ação estatal tem o significado, de um lado, de destruição das regras do jogo segundo as quais a economia se inclinava para as atividades agroexportadoras e, de outro, de criação das condições institucionais para a expansão das atividades ligadas ao mercado interno. Tratava-se, em suma, de introduzir um novo modo de acumular, qualitativa e quantitativamente distinto, que se baseasse numa realização interna crescente da produção (2003, p. 24-25).

Resposta Comentada

O governo de Getúlio Vargas adotou, no início dos anos 1930, um conjunto de medidas voltadas à defesa do setor cafeeiro, atingido gravemente pela crise econômica. Essas medidas tiveram como resultado a preservação da renda interna, criando-se as condições para o acelerado surto industrial. A indústria e as demais atividades voltadas para o mercado interno se fortaleceram então como alternativas de investimentos.

A industrialização brasileira no Estado Novo (1937-1945)

Como você aprendeu até aqui, o rápido crescimento da indústria brasileira na década de 1930 foi beneficiado pelo contexto de recessão internacional que se seguiu à crise de 1929. Tomou impulso o processo de industrialização por substituição de importações, como consequência da redução do comércio externo.

Em atendimento a demandas encaminhadas por empresários e também por militares, o governo de Getúlio Vargas passou a adotar uma série de medidas de apoio ao desenvolvimento da atividade industrial. Foi aprovada uma nova tarifa alfandegária em 1934 e estabelecido o controle das taxas de câmbio, o que permitiu o controle e a regulamentação das importações. A indústria brasileira cresceu 14% entre 1933 e 1936, ganhando destaque, como mais dinâmicos, os ramos de indústria têxtil, química, de papel, de cimento, de aço e de pneus. A expansão da produção contava com a base industrial preexistente e com a possibilidade de utilização de sua capacidade ociosa.

Em 1937, com a implantação do regime do Estado Novo, o intervencionismo estatal se tornou ainda mais decisivo. Foram aperfeiçoados os mecanismos de controle da taxa de câmbio e fixadas quotas de importação, e o Banco do Brasil expandiu suas linhas de crédito para os investidores.

Outro aspecto importante do intervencionismo estatal foi a política salarial. A partir de maio de 1940, a instituição do salário mínimo garantiu a ampliação dos lucros do setor industrial. Isso ocorreu porque o salário mínimo se tornou a principal referência para a fixação do preço da força de trabalho, sendo utilizado como parâmetro para a negociação dos dissídios coletivos, tanto para os operários qualificados como para aqueles que atuavam em atividades para as quais não se exigia qualquer treinamento. Dessa forma, ficava rebaixada a média salarial existente.

A intervenção do governo sobre a política salarial se deu também através da estrutura sindical **corporativista**, mantida sob o controle do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que fora criado por Vargas em novembro de 1930. Em 1942, o início da cobrança do imposto sindical se tornou um instrumento essencial à tutela do governo sobre as organizações sindicais. O imposto sindical, que correspondia ao valor de um dia de trabalho por ano, é recolhido compulsoriamente por todos os trabalhadores que participam de uma categoria profissional, independentemente

Corporativismo

Doutrina que prega a organização da coletividade com base na representação dos interesses e das atividades profissionais (corporações). A partir das diversas formas de colaboração, o corporativismo busca a remoção ou a neutralização dos diversos elementos de conflito, como a luta de classes, a concorrência no plano econômico e as diferenças ideológicas (BOBBIO, 2000).

de serem ou não associados a um sindicato. Os sindicatos foram dotados de fartos recursos orçamentários e passaram a prestar diversos serviços como os de assistência jurídica e de lazer, que não eram oferecidos diretamente pelo Estado. Por esse motivo, ocorreu um forte processo de burocratização dessas entidades, que se tornaram marcadas por um caráter assistencialista. Além disso, a expansão dos institutos de previdência e das caixas econômicas canalizou também recursos financeiros, que poderiam ser então destinados aos diversos investimentos de interesse do governo.

Ao mesmo tempo, importantes lideranças industriais, como Euvaldo Lodi e Roberto Simonsen, ganharam espaço nos principais órgãos de decisão e de planejamento econômico instituídos pelo governo, como o **Conselho Federal de Comércio Exterior**, criado em 1934, o Conselho Técnico de Economia e Finanças, de 1937, e o Conselho Nacional de Política Industrial, de 1944.



Euvaldo Lodi

Nascido em Ouro Preto, Minas Gerais, em 1896, formou-se em Engenharia Civil e de Minas e tornou-se empresário. Atuou no fortalecimento das diversas entidades representativas dos industriais brasileiros na década de 1930 e presidiu a Confederação Nacional da Indústria. Participou da



Assembleia Nacional Constituinte em 1933 e 1934 como deputado classista e integrou o Conselho Federal de Comércio Exterior. Faleceu em São Paulo, em 1956.

Fonte: Firjan.org.br

Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE)

Criado em 20 de junho de 1934, diretamente subordinado à presidência da República, assumiu funções de crescente importância na área de planejamento econômico, tendo sido responsável por iniciativas como a proposta de criação do Conselho Nacional de Petróleo, em 1938, e pela elaboração de um Plano Nacional de Eletrificação, em 1946. Era integrado por representantes dos diversos ministérios, do Banco do Brasil e da Associação Comercial e, em 1937, passou a contar também com participantes indicados pela Confederação Rural Brasileira, pela Confederação Industrial do Brasil e pela Federação das Associações Comerciais do Brasil.

Roberto Cochrane Simonsen

Nascido em Santos, São Paulo, em 1889, formou-se em Engenharia e atuou como empresário no setor de construção civil, ampliando posteriormente o escopo dos seus negócios, que passou a incluir atividades nos ramos de frigoríficos, fábricas de artefatos de cobre e borracha. Em 1928, foi um dos fundadores do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp). Participou da Assembleia Nacional Constituinte de 1933-1934 como deputado classista. Como presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), destacou-se como ardoroso defensor da intervenção estatal em prol do desenvolvimento econômico. Escreveu *A evolução industrial do Brasil*, considerado um marco da história econômica brasileira. Faleceu no Rio de Janeiro, em 1948.



Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:01-RobertoSimonsen.jpg>



Atende ao Objetivo 2

2. Leia o texto a seguir, de autoria do empresário paulista Roberto Simonsen, e identifique os argumentos desenvolvidos pelo autor em defesa do intervencionismo estatal e a importância por ele atribuída ao setor industrial e à agricultura:

A parte nuclear de um programa dessa natureza, visando à elevação da renda a um nível suficiente para atender aos imperativos da nacionalidade, tem que ser constituída pela industrialização. Essa industrialização não se separa, porém, da intensificação e do aperfeiçoamento da nossa produção agrícola, a que ela está visceralmente vinculada. De fato, em um país como o nosso, serão as indústrias mais intimamente ligadas às atividades extrativas e agropecuárias as que usufruirão as mais favoráveis condições de estabilidade e desenvolvimento. Dependerá ainda essa industrialização da intensificação do aperfeiçoamento dos transportes e dos processos de distribuição e comércio. A planificação do fortalecimento econômico nacional deve, assim, abranger por igual o trato dos problemas industriais, agrícolas e comerciais, como o dos sociais e econômicos, de ordem geral (2010, p. 45).

Resposta Comentada

Durante o Estado Novo, empresários como Roberto Simonsen defenderam a adoção de uma política de apoio à indústria. Para Simonsen, a industrialização deveria constituir o núcleo da ação estatal, sem que fosse descuidada a agricultura. Essa preocupação justificava-se pela importância econômica da agricultura e por uma visão integrada da economia, segundo a qual a produção de alimentos e matérias-primas era essencial ao país.

O intervencionismo do Estado Novo estendeu-se também à regulamentação das atividades de exploração dos recursos naturais consideradas estratégicas para fins militares ou para o desenvolvimento industrial do país. Em abril de 1938, foi criado o Conselho Nacional do Petróleo (CNP), encarregado da exploração das jazidas recém-descobertas na Bahia e da regulamentação da comercialização do combustível importado. O CNP propôs medidas importantes, como a nacionalização das atividades da indústria petrolífera, restrita, então, a pequenas refinarias, e o estabelecimento do controle governamental sobre todas as etapas da indústria do petróleo. Essa última iniciativa seria concretizada, em 1953, com a criação da empresa Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras). Os membros do CNP discutiram também a proposta de abertura das atividades da indústria do petróleo ao setor privado por meio do regime de **concessões**.

Concessão

Delegação contratual ou legal da execução de um serviço, por parte do poder executivo (MEIRELLES, 2004).

Em março de 1939, foi criado o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE), destinado a atuar na regulamentação das atividades do setor de energia elétrica, então majoritariamente controlado por empresas privadas de capital estrangeiro. A definição pelo governo das regras de reajuste de tarifas de energia elétrica, a partir de 1933, foi igualmente decisiva para o funcionamento das indústrias.

A política econômica de Vargas durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945)

O início da Segunda Guerra Mundial, em setembro de 1939, exigiu do governo brasileiro um esforço ainda maior na área de planejamento econômico, que passou a ser justificado em função do objetivo da defesa militar. A deflagração do conflito afetou severamente o comércio internacional, causando a queda nas exportações de produtos agrícolas, e dificultou a importação de maquinaria e combustíveis. Com a entrada formal do Brasil na guerra, em agosto de 1942, ao lado dos aliados, foi criada

a Comissão de Mobilização Econômica, com o objetivo de coordenar o funcionamento da economia do país naquela situação de emergência. Essa Comissão desenvolveu um amplo conjunto de atividades, que incluíam a concessão de estímulos à produção, o abastecimento do mercado interno e o tabelamento dos preços de produtos essenciais.

Uma das consequências mais relevantes da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial foi o estreitamento das relações econômicas com os Estados Unidos, em razão do interesse desse país na instalação de bases militares em território brasileiro.

A instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em 1941, foi favorecida por um empréstimo externo no valor de 20 milhões de dólares ao governo brasileiro, concedido pelo **Export-Import Bank (Eximbank)**. Da mesma forma que a CSN, a criação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), em junho de 1942, também contou com apoio externo. A constituição da CVRD foi precedida pela assinatura dos chamados “Acordos de Washington”, em março do mesmo ano, tendo como signatários o Brasil, os Estados Unidos e a Inglaterra, que estabeleceu as bases para a constituição da nova empresa estatal. Por esses acordos, o governo britânico se obrigou a adquirir e a transferir para o governo brasileiro as jazidas de minério de ferro situadas em Minas Gerais, pertencentes à empresa Itabira Iron Ore Company, controlada por um grupo privado inglês. Já o governo dos Estados Unidos se comprometeu a conceder um financiamento no valor de 14 milhões de dólares, através do Eximbank, para a compra, naquele país, do equipamento necessário ao funcionamento da Vale do Rio Doce. Foi fixado em 1,5 milhão de toneladas por ano o fornecimento de minério de ferro para os dois países, por um prazo de três anos.

Em 1942, o presidente americano **Franklin Delano Roosevelt** enviou ao Brasil a Missão Cooke, encarregada de auxiliar o planejamento da mobilização econômica, que ficou conhecida por esse nome por ter sido chefiada pelo engenheiro americano Morris Llewellyn Cooke.

Export-Import Bank (Eximbank)

Agência de créditos oficial do governo norte-americano, criada em fevereiro de 1934.

Franklin Delano Roosevelt

Nascido em 1881 em Nova York, foi presidente dos Estados Unidos durante quatro mandatos sucessivos, falecendo no último, em 1945.



Missão Cooke

Integrada por técnicos e industriais norte-americanos e brasileiros, realizou estudos sobre transportes, combustíveis, petróleo, energia elétrica, têxteis, mineração, metalurgia, química, educação e aproveitamento do vale do rio São Francisco. Seus objetivos básicos eram aumentar a produção brasileira de produtos anteriormente importados, adaptar as indústrias do país a uma tecnologia mais avançada, aperfeiçoar os meios de transporte e canalizar a poupança interna para as atividades industriais. Seu relatório foi divulgado em 1948.



Privatizações na década de 1990

No contexto das reformas neoliberais da década de 1990, o governo brasileiro vendeu a grupos privados as duas principais estatais criadas no Estado Novo. A Companhia Siderúrgica Nacional foi privatizada em 1993 e a Companhia Vale do Rio Doce em 1997.

Em 1943, foram inauguradas a Fábrica Nacional de Motores (FNM), localizada no município de Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, e a Companhia Nacional de Álcalis, instalada no mesmo ano em Arraial do Cabo, então distrito de Cabo Frio, no mesmo Estado. Todas essas empresas contribuíram fortemente para a

diversificação da economia brasileira, uma vez que incentivaram o surgimento de novos estabelecimentos nos ramos da indústria metalúrgica, equipamentos e transportes, alimentos, química e farmacêutica. A produção têxtil brasileira também se expandiu durante a guerra devido à necessidade de atendimento aos mercados latino-americanos, em razão da diminuição da exportação desses produtos pela Europa e Estados Unidos.

A instalação da indústria de base e a criação da Companhia Siderúrgica Nacional

A instalação da indústria siderúrgica brasileira era uma das metas do regime político instaurado com a Revolução de 1930. Desde então, motivações ligadas à defesa nacional fizeram com que alguns oficiais militares se destacassem como os principais defensores da implantação da indústria de base.

A partir do Estado Novo, fortaleceu-se a proposta do estabelecimento do monopólio estatal na exportação de minério de ferro e de manganês, bem como a proposta de organização da indústria siderúrgica sob regime estatal ou semiestatal. Em 1939, o tenente-coronel Edmundo de Macedo Soares foi enviado por Getúlio Vargas à Europa, para averiguar a possibilidade da obtenção de capitais estrangeiros para a indústria siderúrgica nacional. A missão de Macedo Soares não obteve então resultados concretos, em razão do acirramento das tensões que levariam ao início da Segunda Guerra Mundial. Foram realizados, em seguida, entendimentos com a empresa norte-americana United States Steel, que se mostrou interessada na colaboração com a criação da grande indústria siderúrgica brasileira. Em 1939, foi constituída a Comissão Preparatória do Plano Siderúrgico.

Em janeiro de 1940, a United States Steel comunicou a desistência da participação no empreendimento siderúrgico brasileiro, por não desejar estender suas atividades fora dos Estados

Aciação

Unidade em uma usina siderúrgica onde o ferro gusa é convertido em aço (2005).

Coque

Combustível derivado do carvão mineral, utilizado nos altos fornos para produção de ferro gusa (Dicionário Aulete).

Perfis de aço

Peças fabricadas a partir das chapas de aço, utilizadas em elementos da construção sujeitos a cargas. São perfis de aço peças como vigas, cantoneiras, calhas e trilhos.

Unidos. Foi então decidida a criação da grande siderurgia através de uma empresa nacional, recorrendo-se a capitais estrangeiros sob a forma de empréstimos. Em março seguinte, foi constituída a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional, encarregada de estabelecer as bases para a organização da primeira **aciação** a **coque** siderúrgico do país.

A nova usina foi dimensionada para produzir 300 mil toneladas de **perfis de aço** médios e pesados, trilhos, chapas e folhas de flandres por ano, utilizando em seu funcionamento o coque obtido da mistura do carvão de Santa Catarina, de baixa qualidade, com carvão importado. A escolha do local para a instalação da siderúrgica recaiu sobre Volta Redonda, então distrito do município fluminense de Barra Mansa, na região do Vale do Paraíba, servida pela Estrada de Ferro Central do Brasil.

O apoio financeiro dos Estados Unidos à instalação da usina de Volta Redonda teve como contrapartida o consentimento brasileiro para que fossem utilizadas por aquele país as bases aéreas brasileiras que se estendiam desde o Rio de Janeiro até Belém, incluindo Salvador, Natal, Fortaleza, São Luís, Teresina e Recife. Essas bases eram consideradas estratégicas para as comunicações com o norte da África e para as batalhas no Atlântico. O apoio norte-americano era motivado, também, pelo interesse em neutralizar a influência política e econômica dos países do Eixo – Alemanha, Itália e Japão – sobre a América do Sul.

A Companhia Siderúrgica Nacional foi criada em 9 de abril de 1941. A produção de coque siderúrgico pela CSN foi iniciada em 1946 e, dois anos depois, entrou em funcionamento o setor de laminações.



Atende ao Objetivo 3

3. O que representam as instalações da Usina Siderúrgica de Volta Redonda, aos nossos olhos deslumbrados pelas grandiosas perspectivas de um futuro próximo, é bem o marco definitivo de emancipação econômica do país. Aqui está ele plantado, em cimento e ferro, desafiando ceticismos e desalentos. Admiramo-lo, primeiro, com justo orgulho, para refletirmos, depois, quanto foi difícil lançar os seus fundamentos numa realização vitoriosa. E digo difícil, não só tendo em vista os obstáculos materiais a vencer, como ainda as resistências e omissão de uma mentalidade pública que parecia incapacitar-nos para levar ao terreno das soluções práticas o grande problema. Não será exagero atribuir, historicamente, a nossa conduta de incompreensão e passividade ao provincialismo que a Constituição de 1891 estabeleceu e ao reclamo dos países industriais interessados em manter-nos na situação de simples fornecedores de matérias-primas e consumidores de produtos manufaturados. Aquela expressão – “país essencialmente agrícola” – de uso corrente para caracterizar a economia brasileira, mostra, em boa parte, a responsabilidade do nosso atraso. (...) O problema básico de nossa economia estará, em breve, sob novo signo. O país semicolonial, agrário, importador de manufaturas e exportador de matérias-primas poderá arcar com as responsabilidades de uma vida industrial autônoma, provendo as suas mais urgentes necessidades de defesa e aparelhamento. Discurso de Getúlio Vargas pronunciado em 5 de maio de 1943 (A NOVA..., 1938-1945, p. 53-61).

Nesse discurso, Getúlio Vargas destacou a implantação da indústria siderúrgica como um passo decisivo para o desenvolvimento industrial brasileiro. Por que a construção da usina siderúrgica de Volta Redonda é considerada, por Vargas, “um marco da emancipação econômica do país”?

Resposta Comentada

Em seu discurso, Getúlio Vargas demarca uma diferença entre o seu governo e a “República Velha”, ao atribuir a responsabilidade pelo “atraso” brasileiro à obediência, por parte daquele regime, aos interesses de países industriais. Essa ideia se manifesta no emprego da expressão “país essencialmente agrícola”, associado àquele período da história brasileira. A instalação da indústria de base, mesmo com o apoio dos Estados Unidos, contribuiu para a maior autonomia econômica do Brasil.



Indicação de sites

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC

<http://cpdoc.fgv.br/>

Neste portal, você encontra textos e imagens sobre a criação da Companhia Siderúrgica Nacional e da Companhia Vale do Rio Doce.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE

<http://www.ibge.gov.br/home/>

No portal do IBGE, você pode consultar os principais indicadores e dados estatísticos da evolução econômica brasileira no século XX.

CONCLUSÃO

Durante o primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), a industrialização brasileira tomou impulso, favorecida por dois fatores: o processo de substituição de importações, apoiado inicialmente pela política de proteção ao café, em razão da manutenção da renda e da demanda interna; e a intervenção estatal, inclusive a regulamentação de setores considerados estratégicos, como a indústria de base.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

Tabela 4.1: Taxas de crescimento industrial: produção industrial, PIB e importação de bens de capital para a indústria, 1927-1945 (%)

Período	Produção industrial	PIB	Importação de bens de capital para a indústria
1927-1928	8,0	12,4	-7,2
1929-1932	0	0,3	-31,7
1933-1936	14,1	7,4	41,0
1937-1941	8,3	4,5	-5,5
1942-1945	4,3	1,8	-1,1

Fonte: Adaptado de Leopoldi (2003, p. 250).

Após observar o quadro anterior, relacione a evolução do crescimento industrial brasileiro com o contexto internacional marcado pela crise de 1929 e pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945).

Resposta Comentada

A economia brasileira foi fortemente afetada pela crise econômica de 1929, o que se expressou no fato de não se ter registrado crescimento industrial entre 1929 e 1932. No mesmo período, o crescimento do PIB foi muito baixo (0,3%) e a importação de bens de capital (maquinaria e equipamentos), que é um importante indicador do investimento industrial, diminuiu (-31,7%). Entre 1933 e 1936, houve uma retomada do crescimento da produção industrial (14,1%), como resultado do processo de substituição de importações. Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), apesar das restrições no comércio externo, como mostra a diminuição do índice de importação de bens de capital registrado entre 1937 e 1941 (-5,5%), a indústria voltou a crescer, com base na utilização da capacidade ociosa existente e na aproximação com os países aliados.

RESUMO

Após a crise de 1929, a política adotada pelo governo brasileiro em defesa do café, principal produto da pauta de exportações do país, criou as condições para a industrialização por substituição de importações. Com a instalação do regime do Estado Novo (1937-1945), foram ampliados os mecanismos de intervenção estatal em favor da indústria, que passaram a incluir a política salarial, a legislação trabalhista e a criação de empresas estatais, como a Companhia Siderúrgica Nacional e a Companhia Vale do Rio Doce. A política de apoio à indústria atendia a demandas

do empresariado, que contava com representação nos órgãos de governo. Já o alinhamento do Brasil aos países aliados, em especial aos Estados Unidos, durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), garantiu a obtenção de empréstimos e apoio técnico para a expansão do investimento estatal na exploração de minério de ferro e na indústria siderúrgica. A aproximação com os Estados Unidos teve também o objetivo de fortalecer a cooperação militar entre os dois países.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, você vai estudar a política social do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e a doutrina do trabalhismo.

Aula 5

O projeto político
e social de Getúlio
Vargas: legislação
trabalhista,
sindicalismo e
movimento
operário

Maria Leticia Corrêa

Meta da aula

Apresentar o projeto político e social do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), a partir do exame das medidas relativas à aprovação da legislação trabalhista, da regulamentação dos sindicatos e das ações do movimento operário preexistente.

Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

1. descrever as principais medidas adotadas no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) relativas à aprovação da legislação trabalhista;
2. relacionar a política de regulamentação dos sindicatos desenvolvida por Getúlio Vargas (1930-1945) à emergência de uma concepção política autoritária, baseada principalmente no corporativismo;
3. relacionar a política social de Getúlio Vargas ao trabalhismo.

Pré-requisitos

Para acompanhar esta aula, você precisa ter estudado as transformações políticas e institucionais ocorridas no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), temas que foram trabalhados nas Aulas 2 e 3. Será importante também lembrar que, nos primeiros anos da década de 1930, o Brasil vivia os efeitos da grave crise econômica de 1929, e diversas medidas adotadas por Vargas pautavam-se por princípios corporativistas, como você estudou na Aula 4.

INTRODUÇÃO

Na aula anterior, nós estudamos as transformações econômicas ocorridas no Brasil no período posterior a 1930 e examinamos o conjunto de medidas de política econômica adotado no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) que ajudou a impulsionar o crescimento industrial do país.

Você agora vai conhecer a política social e trabalhista do governo de Vargas, que teve como alvo, primordialmente, a regulamentação do mercado de trabalho urbano e industrial. A criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em novembro de 1930, configurou-se como uma das primeiras ações do governo instaurado pela “Revolução” na direção de uma maior intervenção nos conflitos entre capital e trabalho.

A ação regulamentadora do Estado, mediante a aprovação e a implementação da legislação trabalhista, relacionou-se com outras mudanças que então ocorriam no mundo e na sociedade brasileira, como o crescimento da intervenção estatal sobre as atividades econômicas e a crise das ideias liberais, que teve como contrapartida o fortalecimento de valores e ideias autoritárias, em especial do corporativismo.

Nesta aula, você vai aprender que, a partir de 1930, a intervenção estatal na vida associativa, que vinha se desenvolvendo nas principais cidades do país desde o início da Primeira República (1889-1930), traduziu-se em uma série de medidas referentes à organização sindical e à proteção ao trabalhador. Os sindicatos integraram-se cada vez mais ao Estado e, durante o período do Estado Novo (1937-1945), foram transformados em órgãos quase oficiais.

A legislação trabalhista e a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (1930-1934)

Durante o Governo Provisório (1930-1934) instaurado com a Revolução de 1930, colocou-se em prática um amplo conjunto de medidas legislativas relativas à proteção dos operários e à regulamentação do trabalho urbano, abrangendo diversos aspectos da vida nas indústrias e diferentes categorias profissionais. É preciso notar, no entanto, que, mesmo antes do advento da “Era Vargas”, foram registradas algumas iniciativas de aprovação de projetos de leis que representavam conquistas importantes das lutas operárias. Entre alguns empresários, como o industrial carioca Jorge Street, presidente do Centro Industrial do Brasil, fortaleceu-se uma posição favorável à concessão de direitos aos trabalhadores, o que se julgava como condição essencial à reprodução da força de trabalho e ao bom funcionamento das empresas.



Leis trabalhistas da Primeira República

Após a onda de greves que marcou o período de 1917 a 1920 nos principais centros urbanos do país, acentuou-se nos meios políticos o debate sobre a chamada “questão social”, expressão que definia os conflitos entre capital e trabalho. Tiveram então lugar diversas iniciativas, originadas do Congresso Nacional, visando à regulamentação das relações de trabalho. Um desses projetos deu origem à lei de amparo ao operário que fosse vítima de acidente de trabalho, aprovada em 1919. A lei Elói Chaves, aprovada em 1923 e considerada como a primeira medida legislativa brasileira relativa à previdência social, instituiu as caixas de aposentadorias e pensões dos ferroviários. Três anos depois, o benefício foi estendido aos trabalhadores portuários e das empresas marítimas.

Em dezembro de 1925, foi promulgada a Lei de Férias, que estabeleceu a concessão de férias de quinze dias anuais aos trabalhadores em estabelecimentos comerciais, industriais e bancários, sem suspensão do pagamento do salário, medida que seria constantemente desrespeitada pelos empregadores, até a aprovação de nova regulamentação, na década de 1930.

Em 1926, foi aprovado o Código do Menor, instituindo a jornada de trabalho de seis horas para os menores de dezoito anos e proibindo o trabalho noturno.

Em 1923, foi criado o Conselho Nacional do Trabalho, para atuar na área trabalhista, apenas como órgão consultivo. Até a criação de Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 1930, o tratamento das questões relativas ao mundo do trabalho esteve principalmente sob a responsabilidade do Ministério da Agricultura.



Jorge Street

Nascido no Rio de Janeiro, em 1863, formou-se em medicina e foi importante empresário no setor têxtil, com estabelecimentos na capital do país e em São Paulo. Adotou medidas consideradas pioneiras na área de assistência aos trabalhadores, como a criação de creches e escolas em suas fábricas, em São Paulo. Participou da criação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, em 1928, e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, em 1931. A partir de março de 1931, Street colaborou na organização do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e na elaboração da legislação trabalhista e sindical. Faleceu em São Paulo, em 1939.

Elói Chaves

Fazendeiro, empresário e banqueiro nascido em Pindamonhangaba, no Estado de São Paulo, em 1875. Foi deputado federal pelo Partido Republicano Paulista (PRP). Faleceu em São Paulo, em 1974.

Poucos dias após a instalação de Getúlio Vargas como chefe do Governo Provisório, uma de suas primeiras ações foi a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, aprovada em 26 de novembro de 1930. O objetivo da nova pasta, considerada por seu primeiro titular, o político gaúcho Lindolfo Collor, como o “Ministério da Revolução”, era tratar dos problemas trabalhistas e dos assuntos relacionados ao comércio e à indústria, como indicado no próprio nome. Antecipava-se, dessa forma, a orientação posteriormente confirmada pelo governo Vargas, no sentido de regulamentar as atividades operárias e as patronais, estruturando-se a organização sindical sobre bases corporativas. Nesse sentido, a política desenvolvida pelo Ministério viria a estimular uma proliferação, até então inédita, de sindicatos de empregadores.

Durante a gestão de Lindolfo Collor no Ministério do Trabalho, a medida de maior impacto foi o estabelecimento das normas de sindicalização, que foram definidas pelo Decreto nº 19.770, de março de 1931. Essa regulamentação consagrou o princípio da unicidade sindical, isto é, caso houvesse dois sindicatos ou mais por classe, o Ministério reconheceria apenas o que reunisse o maior número de associados. Era admitida a formação de agremiações por empresa, indústria e profissão, sendo a elas atribuída a função de defender, junto aos órgãos públicos competentes, os interesses econômicos, jurídicos, higiênicos e culturais dos trabalhadores.

Para obter o reconhecimento oficial, era necessário que os sindicatos cumprissem uma série de exigências, como o atendimento ao limite mínimo de trinta associados maiores de dezoito anos e

a apresentação ao Ministério das atas de instalação e da relação dos nomes dos associados. Dois terços dos filiados ao sindicato deveriam ser necessariamente brasileiros natos ou naturalizados, sendo vedado aos estrangeiros o exercício de funções de direção. Esses últimos dispositivos buscavam diminuir a influência das orientações **anarquistas** ou comunistas sobre o movimento sindical, consideradas por integrantes do governo e empresários como ideologias “importadas”.



O Partido Comunista do Brasil e o movimento operário

Sob a influência da criação do primeiro estado socialista, na Rússia revolucionária, foi fundado, em 1922, o Partido Comunista do Brasil (PCB), em iniciativa que contou com a participação de ex-lideranças anarquistas, como Otávio Brandão e Astrojildo Pereira. A partir de 1926, o PCB deu início a uma estratégia de penetração nos sindicatos, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, disputando posições com anarquistas e tendências moderadas do movimento operário. Dois anos depois, integrou o Bloco Operário e Camponês, com o objetivo de concorrer às eleições. Em 1930, seguindo orientação da Internacional Comunista, teve início um conjunto de mudanças no PCB caracterizadas pelo reforço da participação de trabalhadores nos cargos de direção do partido.

Anarquismo

Movimento que atribui ao homem como indivíduo e à coletividade o direito de usufruir toda a liberdade, sem limitação de normas fora dos limites existenciais do próprio indivíduo e da comunidade. Trata-se da liberdade de agir sem ser oprimido por qualquer autoridade, admitindo-se apenas os obstáculos da natureza, da opinião, do senso comum e da comunidade em geral (BOBBIO, 2000).

No Brasil, os anarquistas foram muito influentes no movimento operário durante a Primeira República, defendendo a ação desenvolvida pelos sindicatos de resistência, dedicados à luta contra a exploração capitalista.

O sindicato foi definido como um órgão consultivo e de colaboração com o poder público, o que fez com que as associações operárias, na prática, passassem à órbita do Ministério do Trabalho, responsável pela fiscalização de todo o seu funcionamento e de sua

vida financeira e material. Caberia aos sindicatos reconhecidos pelo Ministério elaborar os contratos de trabalho, manter cooperativas e prestar serviços assistenciais, sendo-lhes vedada a propaganda de ideologia política ou de doutrinas religiosas. O Departamento Nacional do Trabalho, que substituiu, em fevereiro de 1931, o antigo Conselho Nacional do Trabalho, contava com diversas prerrogativas com relação ao movimento sindical, como a de determinar o fechamento de sindicatos, federações ou confederações, por períodos de até seis meses, e a de destituir diretorias das agremiações ou promover a sua dissolução.

A iniciativa do Governo Provisório anunciava o estrito controle do governo sobre as atividades sindicais e as associações profissionais, que seria reforçado, mais tarde, no período do Estado Novo. Ao justificar o projeto do decreto de sindicalização, Lindolfo Collor declarou expressamente que um dos objetivos da Revolução de 1930 era “incorporar o sindicalismo no Estado e nas leis da República (RODRIGUES, 1996, p. 513). A política social desenvolvida a partir do Ministério buscava, portanto, combater os sindicatos que permanecessem independentes, anulando a ação de lideranças dos trabalhadores que pudessem oferecer resistências ao regime da Revolução de 1930 ou à nova organização sindical.

Embora a sindicalização não fosse obrigatória, em novembro de 1932 foram concedidas algumas vantagens aos que se associassem aos sindicatos oficialmente reconhecidos, como o direito de apresentar reclamações perante as Juntas de Conciliação e Julgamento, recém-criadas.

Como era de se esperar, a regulamentação sindical suscitou forte resistência entre os representantes das indústrias, que temiam a ingerência do governo no funcionamento das empresas, como também por parte dos sindicatos de trabalhadores. Os empresários receavam principalmente que a criação de sindicatos únicos por indústria viesse a fortalecer o movimento dos trabalhadores.

Também representantes da Igreja manifestavam-se contrários ao decreto da sindicalização, em razão da proibição da propaganda religiosa nas agremiações, o que conflitava com a existência de um movimento sindical de bases católicas que se estabelecera já no final da Primeira República.

É preciso assinalar que mesmo certos setores do Governo Provisório manifestaram-se críticos ao projeto de sindicalização organizado pelo Ministério do Trabalho, o que espelhava, por sua vez, a existência de conflitos entre os diversos grupos políticos que haviam apoiado a Revolução de 1930 e que então disputavam a direção a ser dada ao novo regime, como os “tenentes” e os constitucionalistas.

Mas foi principalmente entre as lideranças dos trabalhadores que surgiu a denúncia de que a nova organização sindical, organizada em moldes corporativistas, tinha por finalidade desmobilizar as organizações mais combativas, sendo seu objetivo primordial diluir os conflitos entre capital e trabalho. O projeto de sindicalização do Ministério do Trabalho contrariava, também, o princípio da liberdade sindical defendida por diversas correntes do movimento operário, o que justificava a palavra de ordem de máxima resistência aos sindicatos oficiais. Como contrapartida à oposição dos sindicatos, ocorreram muitas prisões de militantes entre 1931 e 1934, havendo infiltração de policiais, agindo como agentes nas fábricas e agremiações.

De qualquer modo, a partir de 1933, houve notável crescimento do número de sindicatos que buscavam reconhecimento por parte do Ministério do Trabalho. Nessa época, além da extensão dos benefícios previstos na legislação social, diversos setores do movimento operário consideraram vantajosa a oficialização das agremiações, o que era uma condição para a indicação dos delegados eleitores que escolheriam os deputados da bancada classista na Assembleia Nacional Constituinte, nas eleições de 1933.

Além da organização sindical, o ministro Lindolfo Collor e seu sucessor, Joaquim Pedro Salgado Filho, que assumiu a pasta em abril de 1932, aprovaram diversas medidas legislativas na área trabalhista e previdenciária até o final do Governo Provisório, em julho de 1934. Vale observar que Salgado Filho fora chefe de polícia na cidade do Rio de Janeiro, logo após a Revolução de 1930, tendo atuado diretamente na investigação e no combate aos chamados delitos contra a ordem política e social, o que abrangia a repressão sobre os sindicatos.

As lideranças industriais buscaram intervir diretamente no processo de elaboração da legislação trabalhista, através de entidades como o Centro Industrial do Brasil e o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, e, sempre que possível, tentavam limitar ao máximo seus efeitos ou promover o adiamento da aplicação das medidas que reconhecessem direitos dos trabalhadores. Dessa forma, os industriais obtiveram uma vitória importante como a aprovação do novo Código do Menor, em 1932, que reduziu o limite mínimo de idade para o trabalho nas fábricas de 14 para 12 anos e ampliou a jornada de trabalho dos menores de seis para oito horas. Já o projeto da nova Lei de Férias, elaborado por comissão constituída pelo Ministério do Trabalho, foi aprovado em 1934 com o voto contrário dos representantes industriais.

Dentre as medidas aprovadas no Governo Provisório na área trabalhista, além das já citadas, cabe mencionar a instituição, em 1932, das convenções coletivas do trabalho. Foram criados também os Institutos de Aposentadorias e Pensões, controlados pelo Estado, que viriam se somar às antigas Caixas de Aposentadorias e Pensões da década de 1920. Através dessas instituições, os benefícios reconhecidos pelo governo foram estendidos a categorias nacionais de trabalhadores, como os industriários, os comerciários, os bancários e os funcionários públicos. Foram constituídas ainda as Comissões e Juntas de Conciliação e as Convenções Coletivas de Trabalho, que antecederam a Justiça do Trabalho, cuja criação seria prevista finalmente pela Constituição

de 1934. Em março de 1932, foi instituída a carteira profissional, criando-se um instrumento eficaz para o controle dos trabalhadores, o que era um estímulo à sindicalização.



Atende ao Objetivo 1

1. Leia o texto a seguir da historiadora Ângela de Castro Gomes e explique o significado da regulamentação sindical e da legislação social aprovada no Governo Provisório de Getúlio Vargas (1930-1934):

De forma geral, pode-se assinalar que, de um lado, houve um grande esforço por parte do movimento sindical para preservar seu espaço de independência, denunciando, resistindo e entrando em choque aberto com a orientação ministerial, e, de outro, houve a tentativa do ministério, em parte bem-sucedida, de conquistar os sindicatos existentes ou de criar novos sindicatos sob a égide da política governamental. O período que vai de 1931 a 1933 foi de franca disputa física e ideológica pela liderança do movimento operário organizado, caracterizando-se pela existência paralela de um sindicalismo oficial e de um sindicalismo independente, não importando aí que tipo de corrente de esquerda o dominasse (GOMES, 2005, p. 164-165).

Resposta Comentada

Durante o Governo Provisório, deu-se o progressivo abandono da posição liberal que havia até então orientado o tratamento da “questão social”, em favor de uma postura intervencionista. Definiram-se a estrutura e o funcionamento dos sindicatos e foram aprovadas medidas de proteção ao trabalhador. Apesar das permanentes disputas no movimento operário, a correlação entre a sindicalização e o gozo dos direitos constituiu um estímulo para a adesão dos trabalhadores à política social do governo.

As transformações da política trabalhista no contexto de implantação do Estado Novo

Os temas da organização sindical e da legislação trabalhista voltariam a ser objeto de fortes disputas por ocasião da abertura dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, em novembro de 1933.

Os deputados da bancada classista que integravam a chamada “minoridade proletária” na Constituinte – Vasco Toledo, João Vitaca, Waldemar Reickdal e Alcir Medeiros – defendiam o direito de greve, o princípio da autonomia sindical e a liberdade política dos sindicatos. Opuseram-se, nesse sentido, tanto à maioria da bancada classista, que se declarava favorável à política desenvolvida pelo Ministério do Trabalho, como também às posições manifestadas pelo grupo dos tenentes, porta-vozes de um projeto político centralizador e autoritário, no qual os sindicatos, sob a tutela do Estado, teriam por finalidade realizar a educação do trabalhador. Tais lideranças concordavam, entretanto, com a adoção da unicidade sindical constante da proposta do governo e também com a manutenção

do reconhecimento dos sindicatos pelo Ministério do Trabalho, medidas sem as quais, segundo seu entendimento, o movimento dos trabalhadores poderia se enfraquecer.

O texto constitucional aprovado em julho de 1934, entretanto, terminou por consagrar a proposta patronal, apoiada pela bancada católica, de retorno à pluralidade sindical vigente antes da Revolução de 1930. Com o objetivo de adequar a estrutura sindical a esse dispositivo constitucional, foi editado no mesmo mês o Decreto nº 24.694, que concedeu maior autonomia às associações profissionais, embora na prática a pluralidade tenha sido bastante limitada, uma vez que apenas os sindicatos que agrupassem um terço ou mais dos trabalhadores exercendo atividades idênticas, similares ou conexas poderiam ser reconhecidos pelo Ministério do Trabalho. De fato, como se pode perceber, apenas dois sindicatos por categoria poderiam tornar-se oficiais.

Outros dispositivos da Constituição de 1934 na área trabalhista foram a regulamentação do trabalho feminino e a instituição da jornada de trabalho de oito horas, prevendo-se ainda a instituição da Justiça do Trabalho.



Justiça do Trabalho

A Justiça do Trabalho foi prevista na Constituição de 1934, tendo por finalidade julgar e conciliar dissídios entre empregadores e empregados e as controvérsias surgidas no âmbito das relações de trabalho. A iniciativa teve como antecedentes a constituição do Conselho Nacional do Trabalho, depois Departamento Nacional do Trabalho, as Comissões Mistas de Conciliação, que tratavam das ações coletivas trabalhistas, e as Juntas de Conciliação e Julgamento, destinadas às causas individuais, ambas vinculadas ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério do

Trabalho. A criação efetiva da Justiça do Trabalho ocorreu somente em 1939, seguindo-se sua regulamentação em 1941. Com a promulgação da Constituição de 1946, a Justiça do Trabalho foi integrada ao Poder Judiciário. Seus diversos órgãos possuem composição paritária, com representantes dos empregadores e dos empregados.

Sindicatos de carimbo

Expressão que define os sindicatos que, embora possam ser reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, não têm existência real ou representatividade, isto é, não contam efetivamente com filiados. Sua criação poderia ocorrer em assembleias esvaziadas ou forjadas, bastando para sua realização a convocação por edital publicado em jornal. Na vigência da Constituição de 1934, os “sindicatos de carimbo” ganhavam a prerrogativa de indicar os delegados eleitores que escolhiam os deputados classistas. Com a instituição do imposto sindical, em 1943, foram criados numerosos “sindicatos de carimbo”, que passaram a beneficiar-se do recolhimento desse recurso.

Após a Constituinte, o novo ministro do Trabalho, Agamenon Magalhães (1934-1937), ampliou o controle sobre os sindicatos, intervindo diretamente sobre a eleição da nova bancada dos representantes classistas, em especial a dos empregados, por meio da criação de numerosos “***sindicatos de carimbo***”. Mesmo antes de abril de 1935, quando foi aprovada a Lei de Segurança Nacional, Magalhães promoveu diversas intervenções nas agremiações que organizavam greves ou faziam reivindicações. Essas ações eram acompanhadas por violentas invasões das sedes dos sindicatos pela polícia, a que se seguiam espancamentos e prisões. Após o levante comunista em novembro daquele ano, foram intensificadas ainda mais as intervenções, a que se somou o afastamento dos diretores dos sindicatos, que eram substituídos por indivíduos simpáticos ao governo. O perfil do movimento sindical manteve-se ainda, no entanto, definido tanto pela participação de sindicatos vinculados ao Ministério do Trabalho como pelas agremiações que eram dirigidas por lideranças de esquerda ou independentes.

A perseguição e a repressão dos sindicatos associados à militância comunista prepararam o terreno para o golpe que deu início à ditadura do Estado Novo. Foi a partir de então que se fortaleceu a proposta de organização sindical apoiada nos **Círculos Operários Católicos**, que contou inicialmente com o apoio do Ministério do Trabalho.

A Constituição outorgada por Getúlio Vargas em 1937 fechou ainda mais o cerco sobre os sindicatos. A nova carta estabeleceu que a economia nacional seria organizada em corporações. A filiação aos sindicatos continuaria voluntária, embora fosse mantida a determinação de que apenas os sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho poderiam representar legalmente os trabalhadores e assinar os contratos coletivos de trabalho. A instauração de dissídios coletivos, instrumento essencial para que os sindicatos pudessem ter representação junto aos tribunais competentes, também ficou restrita àqueles que fossem oficializados. Eram proibidas as greves e os **lockouts**, inspirando-se o dispositivo sobre a organização sindical na *Carta del Lavoro* (Carta ou Código do Trabalho, em italiano) aprovada pelo regime fascista de **Benito Mussolini** em 1927, que definira as linhas mestras das relações entre patronato, trabalhadores e governo.

Círculos Operários Católicos

Constituídos a partir de 1932, tinham por finalidade garantir que a Igreja católica assumisse para si a tarefa de educar os trabalhadores na fé e na ordem cristã, objetivo que havia sido definido na Encíclica *Rerum Novarum*, que quer dizer “coisas novas”, editada pelo Papa Leão XIII em 1891. Fundamentavam sua proposta em bases assistencialistas, afinando-se ao contexto de combate ao comunismo. Após 1937, apesar do apoio recebido do governo, não chegaram a obter grande receptividade junto aos trabalhadores.

Lockout

Expressão em inglês que define o fechamento de empresas por iniciativa dos seus proprietários. Normalmente é utilizada como arma antigreve ou quando se pretende obter dos governos a elevação de preços de mercadorias regulamentadas.

Benito Mussolini (1883-1945)

Político italiano que liderou o Partido Nacional Fascista. Tornou-se primeiro ministro da Itália em 1922 e em 1925 passou a utilizar o título *Il Duce*, que pode ser traduzido como “o líder”.

Em 1939, foi editado novo decreto, tratando especificamente da organização sindical. A principal mudança então registrada foi o restabelecimento do princípio da unicidade sindical, admitindo-se apenas um sindicato por profissão na mesma localidade. De acordo com a comissão responsável pela elaboração do novo projeto de sindicalização, dirigida pelo jurista Oliveira Vianna, os sindicatos passariam então a “gravitar em torno do Ministério do Trabalho: nele nascerão; com ele crescerão; ao lado dele se desenvolverão; nele se extinguirão” (RODRIGUES, 1996, p. 521).



Oliveira Vianna

Francisco José de Oliveira Vianna nasceu em Saquarema, Rio de Janeiro, em 1883. Tornou-se conhecido por suas posições conservadoras e foi, juntamente com Francisco Campos e Azevedo Amaral, um dos principais representantes das posições antidemocráticas e antiliberais consagradas pelo regime do Estado Novo. Foi consultor do Ministério do Trabalho entre 1932 e 1940, tendo colaborado decisivamente nos projetos de criação da Justiça do Trabalho, dos institutos de previdência social e de organização sindical, e atuou na definição da política de imigração, contribuindo para a montagem do Estado corporativista. Publicou diversos livros e estudos, como *Populações meridionais do Brasil* (1920), *A evolução do povo brasileiro* (1923), *Problemas de política objetiva* (1930), *Raça e assimilação* (1932), *Direito do trabalho e democracia social: o problema da incorporação do trabalhador no Estado* (1948) e *Instituições políticas brasileiras* (1949). Morreu no Rio de Janeiro, em 1951.



Atende ao Objetivo 2

2. Leia o trecho a seguir da entrevista de Oliveira Vianna e identifique o conceito de sindicalismo desenvolvido pelo autor.

Sou dos poucos publicistas brasileiros que mais cedo perceberam o problema da organização das classes e pregaram a necessidade de cooperação, da solidarização e da sindicalização em nosso país. Toda minha obra se inspira nesse pensamento superior: a necessidade de corrigir, pela organização profissional, o excessivo atomismo social de nosso povo. (...) o maior mal de nossa democracia é a dissolução e incoesão das classes sociais – e que só há um meio de corrigi-lo: é a solidariedade profissional, de que o sindicato é a expressão mais viva e característica (BRESCIANI, 2005, p. 408).

Resposta Comentada

Oliveira Vianna defende no trecho em questão uma concepção de organização social baseada na colaboração entre as classes, na anulação dos conflitos entre capital e trabalho e na crítica ao atomismo (como oposto à coesão social). Nesse sentido, reivindica instituições fortes e a representação orgânica de interesses, atribuindo ao sindicato a função de consolidar a colaboração entre as classes, o que seria obtido pelo reforço da solidariedade profissional.

A consolidação das leis trabalhistas e o trabalhismo

O regime do Estado Novo deu prosseguimento à aprovação das leis trabalhistas, registrando-se nesse período diversas medidas, como a regulamentação do salário mínimo, de 1938, e a criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social, aprovada dois anos depois, a que se seguiu a instalação definitiva da Justiça do Trabalho. Foi criado, também, o imposto sindical.

Após a posse do novo ministro do Trabalho, Alexandre Marcondes Filho, em dezembro de 1941, a política trabalhista sofreria uma importante mudança de orientação, definindo-se três novas frentes para sua ação. Em primeiro lugar, foi desenvolvida uma maciça atuação nas áreas de divulgação e propaganda, que se centrava na figura do próprio ministro. A partir de janeiro de 1942, Marcondes Filho passou a ocupar, todas as quintas-feiras, durante dez minutos, o programa de rádio Hora do Brasil, produzido pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Realizou ao todo mais de duzentas palestras, que eram publicadas também pelo jornal oficial do Estado Novo, *A Manhã*. Seus pronunciamentos tinham a finalidade de divulgar a legislação social aprovada pelo governo. Ao mesmo tempo, suas diversas realizações na esfera trabalhista eram associadas diretamente à figura do presidente Getúlio Vargas.



Alexandre Marcondes Machado Filho

Nasceu em São Paulo, em 1892, e formou-se em direito. Militou, nos anos 1920, no Partido Republicano Paulista. Como advogado, atuou na área de direito comercial, possuindo um importante escritório na cidade de São Paulo. Apoiou o movimento constitucionalista de 1932 e, em novembro de 1937, tornou-se vice-presidente do Departamento Administrativo do Estado de São Paulo (DAESP). Acumulou durante certo período as pastas do Trabalho e da Justiça. Após a redemocratização, em 1945, dedicou-se à organização do Partido Trabalhista Brasileiro. Faleceu em São Paulo, em 1974.

Foi também implementado por Marcondes Filho um novo conjunto de medidas relativas à sindicalização. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada por decreto de 1º maio de 1943, sistematizou a ampla legislação trabalhista promulgada desde a Revolução de 1930. A promulgação da CLT conferiu grande prestígio popular ao regime e em particular a Getúlio Vargas, que fortaleceu sua imagem como “protetor” da classe trabalhadora. Com a criação do imposto sindical, inovação garantida também pela CLT, os sindicatos deixaram de depender das contribuições dos trabalhadores a eles associados, sendo dotados de vastos recursos financeiros empregados nas novas funções de assistência médica e jurídica, que lhes foram atribuídas pela legislação.

Por fim, a ação de Marcondes Filho permitiu a montagem de uma base política que permitiria a sobrevivência do trabalhismo após o processo de redemocratização, que se anunciava tanto em face da conjuntura internacional, marcada pela guerra conduzida na

Europa contra o fascismo, como pelo fortalecimento das demandas internas de retorno aos princípios liberais, anunciadas já em outubro de 1943, com a publicação do documento que ficou conhecido como “Manifesto dos Mineiros”, defendendo o fim da ditadura do Estado Novo.

Dessa forma, foi durante o Estado Novo que se construiu e fixou a imagem popular de Getúlio Vargas como líder dos trabalhadores. A propaganda do DIP e a ação do Ministério do Trabalho buscaram conquistar e reforçar a adesão e o apoio da classe trabalhadora ao presidente. Afirmou-se então a representação de Getúlio Vargas expressa na imagem do “pai dos pobres”.



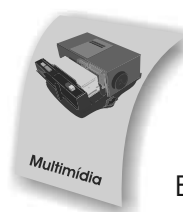
Atende ao Objetivo 3

3. Leia o texto a seguir, publicado no *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio* em 1943, e descreva a caracterização feita no documento da figura de Getúlio Vargas.

No sentimento dos trabalhadores brasileiros a palavra do Presidente Vargas tem uma ressonância mais profunda que todas as outras. É a voz de um amigo. É o ensinamento de um guia. Amigo de todas as horas, desde muito tempo, desde os primórdios de sua candidatura, quando incluiu na plataforma de governo a resolução do problema social e de então por diante, sem descanso, nem fadiga, construiu para ele um monumento legislativo de dignificação do trabalho humano (GOMES, 2005, p. 221).

Resposta Comentada

No documento fica evidente a relação estabelecida entre a temperança e a liderança de Getúlio Vargas e a aprovação da legislação trabalhista. A definição da política social é apresentada como resultado do “gênio” do presidente, capaz de compreender e resolver os problemas nacionais, bem como de sua sensibilidade, uma vez que Vargas é apresentado como “amigo” dos trabalhadores.



Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC

Existem vários *sites* que abordam os temas que estudamos nesta aula: um dos mais interessantes é o do CPDOC: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil.

<http://cpdoc.fgv.br/>

Neste portal, você encontra artigos, verbetes, documentos textuais e imagens relativas à Era Vargas e à política trabalhista. Sobre o tema dessa aula, pode ser interessante a consulta ao arquivo pessoal de Getúlio Vargas, digitalizado, e ao arquivo pessoal de Alexandre Marcondes Filho.

CONCLUSÃO

A crescente ação regulamentadora do Estado, mediante a aprovação da legislação trabalhista, relacionou-se com mudanças que então ocorriam no mundo e na sociedade brasileira, como o aumento da intervenção estatal sobre as atividades econômicas, a crise das ideias liberais e o crescimento da importância de valores

e ideias autoritárias, em especial do corporativismo. No Brasil, a condução da política social pelo governo de Getúlio Vargas levou ao atrelamento do sindicalismo ao Estado, por meio do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. A alteração da conjuntura internacional no início da década de 1940, com o avanço da guerra contra o fascismo, e as demandas por redemocratização no Brasil, por sua vez, fortaleceram a necessidade de garantir ao trabalhismo uma continuidade, mesmo após o fim do Estado Novo.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

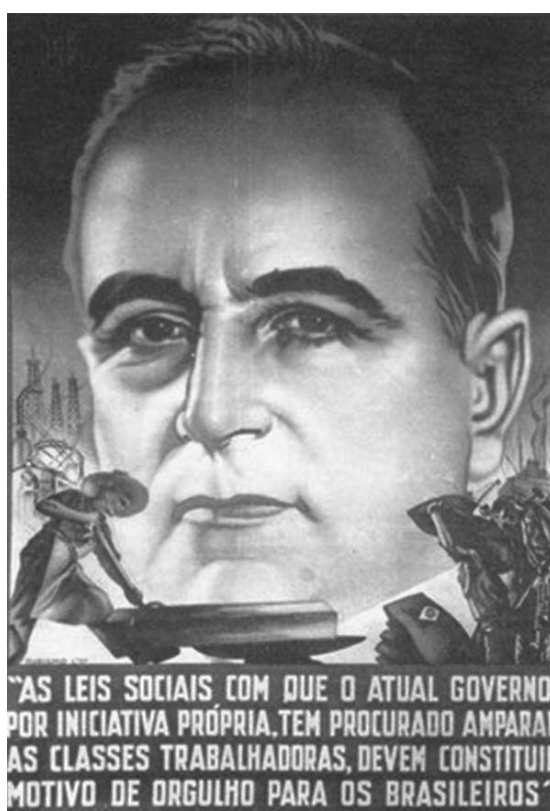


Figura 5.1: Cartaz de divulgação da Consolidação das Leis do Trabalho, 1943.

A partir da análise do cartaz, explique o significado da política trabalhista do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e identifique a associação, construída no Estado Novo, entre o trabalhismo e a figura do presidente.

Resposta Comentada

A política social e previdenciária aprovada no período de 1930 a 1945 correspondeu ao abandono do liberalismo com que a “questão social” era tratada na Primeira República, fortalecendo a intervenção reguladora estatal sobre o movimento operário. As inovações da legislação trabalhista foram reunidas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada em 1º de maio de 1943, e foram apresentadas como iniciativa do próprio governo, o que fica expresso no uso da frase “por iniciativa própria”, e não como resultado das lutas dos trabalhadores. A imagem fortalece a construção do perfil de Getúlio Vargas como líder dos trabalhadores, que são representados na parte inferior do cartaz.



RESUMO

Com o advento da “Era Vargas”, foi aprovado um conjunto de medidas de política social, trabalhista e previdenciária concentrado na regulamentação do mercado de trabalho urbano e industrial, por meio da ordenação da estrutura sindical atrelada ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e no atendimento a demandas apresentadas pelo movimento dos trabalhadores, desde a Primeira República, relativas à proteção do trabalho do menor e da mulher, à fixação da jornada de trabalho de oito horas e à Lei de Férias. A restrição da concessão dos benefícios e dos direitos assegurados pela legislação aos trabalhadores que fossem associados a sindicatos reconhecidos pelo Ministério do Trabalho concorreu para o reforço do sindicalismo oficial, apesar de ter sido mantida certa polaridade no movimento dos trabalhadores, sobretudo até 1935, marcada pela oposição entre lideranças independentes e aquelas que defendiam a política implementada pelo governo, baseada no corporativismo. A repressão que se instaurou sobre os sindicatos naquele ano, reforçada pelo Estado Novo, consagrou a força do sindicalismo oficial. A partir de 1942, fortaleceu-se, por meio das ações de propaganda oficial e da ação do Ministério do Trabalho, a representação de Getúlio Vargas como líder dos trabalhadores.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, você vai estudar o processo de redemocratização que levou ao fim do Estado Novo e ao surgimento de uma nova estrutura partidária organizada em bases nacionais.

Aula 6

Redemocratização,
Assembleia
Nacional
Constituinte (1946)
e evolução
político-partidária
no pós-1945

Maria Leticia Corrêa

Meta da aula

Analisar a conjuntura política brasileira após o fim do Estado Novo (1945), marcada, principalmente, pela promulgação da Constituição de 1946 e pelo retorno da pluralidade partidária.

Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

1. descrever os principais fatores, relativos à política nacional e à conjuntura externa, responsáveis pela crise política e econômica que levou ao fim do Estado Novo;
2. avaliar as principais características do cenário político-partidário pós-1945, marcado pela emergência dos partidos políticos nacionais;
3. identificar as principais inovações institucionais consagradas pela Constituição de 1946.

Pré-requisitos

Para acompanhar esta aula, você precisa ter estudado as transformações políticas e institucionais ocorridas no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), temas que foram trabalhados nas Aulas 2 e 3. Um destaque maior deve ser dado à leitura prévia da Aula 3, na qual foram estudadas a implementação do Estado Novo e as principais características desse regime.

INTRODUÇÃO

Na aula anterior, nós estudamos a intervenção estatal na vida associativa que vinha se desenvolvendo nas principais cidades do país, desde o início da República Velha (1889-1930), e que se traduziu em um amplo conjunto de medidas referentes à organização sindical e à proteção ao trabalhador. Os sindicatos integraram-se cada vez mais ao Estado e, durante o período do Estado Novo (1937-1945), foram transformados em órgãos quase oficiais. A política social e trabalhista do governo de Getúlio Vargas teve como alvo, primordialmente, a regulamentação do mercado de trabalho urbano e industrial. A criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em novembro de 1930, configurou-se como uma das primeiras ações do governo instaurado pela “Revolução” na direção de uma maior intervenção nos conflitos entre capital e trabalho.

Nesta aula, você vai aprender que, a partir de 1940, começou a ser desenhada a crise política que levou ao fim do Estado Novo. Mais ainda, vai ser trabalhada a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e suas conexões com a crise política que levou à saída de Vargas do poder. Veremos, também, que, em meio a tal crise e na tentativa de detê-la, o próprio governo não apenas permitiu como também incentivou a formação de novos partidos políticos.

Por fim, será analisado o contexto de realização da Assembleia Nacional Constituinte, cujos trabalhos levaram à promulgação da Constituição de 1946.

Para que a crise política que chegou ao auge em 1945 possa ser compreendida em todas as suas dimensões, faremos uma rápida revisão dos principais aspectos do regime autoritário que vigorou no Brasil entre 1937 e 1945. De uma forma resumida e sistematizada, o Estado Novo foi marcado pelas seguintes características:

- centralização do poder nas mãos do presidente da República;
- dissolução dos poderes legislativos e dos partidos políticos;
- anulação da autonomia dos estados, representada, por exemplo, pela nomeação de interventores federais;
- ação intervencionista do Estado, tanto no campo social quanto no econômico;
- mobilização popular, principalmente da classe trabalhadora, a partir da propaganda política governamental;
- incentivo ao processo de industrialização, principalmente por meio de incentivos ao sistema de créditos, da política cambial, do controle de preços e de incentivos fiscais;
- criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).
- concentração de renda, principalmente em função da contenção salarial;
- criação de órgãos que garantiriam a centralização do poder, tais como o Departamento de Administração e Serviço Público (DASP) e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), voltado para a divulgação das principais realizações do governo e responsável pela censura aos meios de comunicação;
- criação de uma polícia secreta, chefiada por Filinto Muller, responsável pela repressão aos adversários políticos do regime.

O Estado Novo foi arquitetado como um Estado autoritário e modernizador que deveria, assim, ter durado por muito tempo. No entanto, não completou sequer uma década. Alguma coisa na engenharia política que começou a ser gestada em 1930 e que se consolidou a partir de 1937 não funcionou como deveria. É o que vamos ver a seguir.

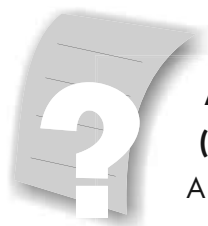
O Estado Novo chega ao fim: o Brasil rumo à redemocratização

A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, ao lado dos aliados, foi antecedida por um jogo estratégico, conduzido por Getúlio Vargas. Desde o início do conflito, em 1939, o governo brasileiro ora manifestava tender para os aliados (Inglaterra, França, Estados Unidos e União Soviética), ora para os países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão). Ao mesmo tempo, desentendiam-se as facções favoráveis aos aliados, lideradas pelo ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha, e as que tendiam para o Eixo, tendo como líder o ministro da Justiça, Francisco Campos.

Foram elementos definidores do posicionamento brasileiro ao lado dos aliados as pressões da oposição liberal a Getúlio Vargas, a possibilidade de obtenção de financiamento do governo norte-americano para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional, os entendimentos realizados por ocasião da Terceira Reunião de Consulta aos Chanceleres das Repúblicas Americanas, ocorrida no Rio de Janeiro, em janeiro de 1942, tendo como um de seus resultados o rompimento diplomático com os países do Eixo, e os ataques que se seguiram, feitos por submarinos alemães, contra navios brasileiros.

A participação brasileira no conflito, inicialmente, restringiu-se à cessão de bases navais e aéreas no Nordeste para operações norte-americanas. A partir de 1944, porém, o país enviou para a Itália a Força Expedicionária Brasileira (FEB), que se incorporou ao II Exército dos Estados Unidos.

Desse momento em diante, figuras eminentes que faziam oposição a Vargas começaram a explorar a contradição existente entre o apoio do Brasil às democracias, na guerra, e a persistência da ditadura estado-novista.



As origens da Segunda Guerra Mundial (1939-1945)

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) preparou a irrupção da Segunda Guerra Mundial. O período entre-guerras (1918-1939) deve ser compreendido apenas como uma trégua. As humilhantes condições impostas à Alemanha, com a assinatura do Tratado de Versalhes (1919), favoreceram o surgimento do nazismo em solo alemão. A ascensão de Adolf Hitler ao poder, em 1933, foi sustentada pela exaltação ao nacionalismo e por propostas militaristas e expansionistas. Hitler desejava construir uma “nova ordem”, exigindo a participação alemã na exploração do mundo colonial, rico em matérias-primas, e então repartido entre os países vitoriosos no primeiro conflito mundial. O *Führer* ambicionava também conquistar os mercados vizinhos da Europa Central, tendo em vista controlar o petróleo da Romênia e do Cáucaso, o carvão e o ferro da Sibéria, e o trigo da Ucrânia. As potências ocidentais pressentiram o perigo nazista, mas permitiram o seu crescimento como forma de bloqueio à União Soviética. O fortalecimento da Alemanha formaria um “cordão sanitário” contra o avanço do comunismo na Europa.

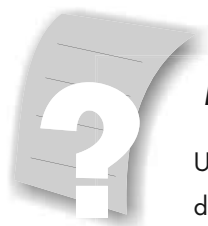
Em 1935, a Alemanha reiniciou a produção de armamentos e restabeleceu o serviço militar obrigatório, em claro desrespeito ao Tratado de Versalhes. Um ano depois, reocupou a Renânia e iniciou uma política estratégica de alianças. Ofereceu ajuda econômica à Itália fascista de Benito Mussolini, que se encontrava então sob embargo da Liga das Nações, por ter invadido a Etiópia. Apoiou Francisco Franco, na Guerra Civil Espanhola (1936-1939), aproveitando-se desse

conflito para testar novos engenhos militares. Assinou com o Japão o Pacto Anti-**comintern**, em 1936, a fim de conter a expansão comunista da União Soviética, obtendo ainda a adesão da Hungria, da Itália e da Espanha. Justificou a anexação (*Anschluss*) da Áustria, em 1938, por tratar-se de uma nação germânica. No ano seguinte, com as conivências inglesa e francesa na Conferência de Munique, incorporou parte da Tchecoslováquia, exatamente a região dos Sudetos, conhecida por abrigar minorias alemãs. Criou em seguida os protetorados da Boêmia e da Moldávia, desmembrando o restante do território tcheco, em março de 1939. Por fim, aproveitando-se das desconfianças soviéticas em relação às potências ocidentais, assinou um acordo, válido por cinco anos, de não agressão e neutralidade com o seu arqui-inimigo, Josef Stalin: o Pacto Germânico-Soviético, de 23 de agosto de 1939. Conquistou, assim, o caminho a leste para atacar a Polônia, em nome da recuperação do que lhe fora arrebatado pelo Tratado de Versalhes: a zona conhecida por “Corredor Polonês”, onde se situava o porto de Dantzig (futura Gdansk), unindo a Alemanha à Prússia oriental. A invasão alemã à Polônia, no dia 3 de setembro de 1939, deu início ao conflito mundial.

Comintern

Termo alemão que designa a Internacional Comunista, ou Terceira Internacional, fundada por Vladimir I. Lênin, em 1919, para reunir os partidos comunistas de todos os países. Foi dissolvida em maio de 1943.

A primeira manifestação ostensiva de crítica ao Estado Novo esteve presente no chamado “Manifesto aos Mineiros”, lançado em 24 de outubro de 1943 (não por acaso, a data comemorativa da vitória da Revolução de 1930). Assinado pelos mais importantes representantes da elite de Minas Gerais, como Afonso Arinos, Virgílio de Melo Franco, Artur Bernardes, Milton Campos, Pedro Aleixo e Odilon Braga, o manifesto propunha a instalação no Brasil de um verdadeiro regime democrático. Assim, era declarado abertamente o desvio da Revolução de 1930 em relação aos seus objetivos iniciais.



Manifesto aos Mineiros

Um povo reduzido ao silêncio e privado da faculdade de pensar e de opinar é um organismo corroído, incapaz de assumir as imensas responsabilidades decorrentes da participação num conflito de proporções quase telúricas, como o que desabou sobre a humanidade. Se lutamos contra o fascismo, ao lado das Nações Unidas, para que a liberdade e a democracia sejam restituídas a todos os povos, certamente não pedimos demais reclamando para nós mesmos os direitos e as garantias que as caracterizam. A base moral do fascismo assenta sobre a separação entre governantes e governados, ao passo que a base moral e cristã da democracia reside na mútua e confiante aproximação dos filhos de uma mesma pátria e na consequente reciprocidade da prática alternada do poder e da obediência por parte de todos, indistintamente. No momento em que o mais antigo – o precursor dos Estados totalitários – naufraga no mar profundo dos seus próprios vícios, pressente-se que se aproxima, para todos os povos, a oportunidade de uma retomada de consciência dos valores democráticos, ou, para melhor dizer, de sua regeneração pelo sentimento e pelo pensamento (MANIFESTO..., 1976. p. 70-71).

Dentro do próprio governo, havia defensores de uma abertura democrática, dentre eles o ministro das Relações Exteriores, Osvaldo Aranha. Em agosto de 1944, Aranha foi escolhido para ser vice-presidente da Sociedade dos Amigos da América, que reunia civis e militares em defesa da democracia. Antes mesmo de sua posse, entretanto, a Sociedade foi fechada pelo governo. Deve-se a tal episódio a saída de Osvaldo Aranha, uma das figuras mais importantes do regime instaurado pela Revolução de 1930, do governo de Getúlio Vargas.

Vargas perdeu também o apoio daquele que havia sido um dos principais sustentáculos do regime nas Forças Armadas: o general Pedro Aurélio de Góis Monteiro. Góis Monteiro ocupava o cargo de embaixador do Brasil em Montevidéu, no Uruguai, e retornou ao governo, como Ministro da Guerra, em 1945, com o objetivo de preparar a saída de Getúlio Vargas do poder.

Um terceiro elemento reforçou ainda mais a organização da oposição à ditadura: a mobilização dos estudantes universitários na **União Nacional dos Estudantes (UNE)**. Em novembro de 1943, estudantes paulistas organizaram uma passeata na qual caminharam de braços dados, com um lenço na boca, simbolizando nesse gesto a supressão da palavra pelo regime. A passeata foi dissolvida violentamente pela polícia, resultando na morte do estudante Jaime da Silva Telles. Seguiu-se então uma enorme onda de indignação, elevando o tom das críticas a Vargas.

O governo procurava defender a manutenção da ditadura, exatamente em função da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial. Ao mesmo tempo, prometia realizar eleições, quando o conflito chegasse ao fim. O quadro complicou-se quando, em dezembro de 1944, a oposição liberal começou a articular a candidatura do major-brigadeiro da Aeronáutica Eduardo Gomes à presidência da República. Militar da ativa, Eduardo Gomes associava seu nome ao “tenentismo” e ao episódio da revolta do Forte de Copacabana, em 1922.

União Nacional dos Estudantes (UNE)

Criada em agosto de 1937, por ocasião do I Congresso Nacional dos Estudantes, em fevereiro de 1942, foi reconhecida oficialmente pelo governo de Vargas como órgão máximo de representação dos estudantes brasileiros.

Durante o Estado Novo, a UNE envolveu-se diretamente na campanha em favor da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, do lado dos aliados, e pela redemocratização.

Finalmente, as críticas ao governo chegaram até a imprensa, o que era um claro indicativo da perda da força do regime. No dia 22 de fevereiro de 1945, o *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, publicou uma entrevista com José Américo de Almeida, que fora ministro da Viação e Obras Públicas do Governo Provisório (1930-1934), na qual eram feitas severas críticas ao Estado Novo. No mesmo dia, no então vespertino *O Globo*, José Américo lançou publicamente a candidatura de Eduardo Gomes à presidência.

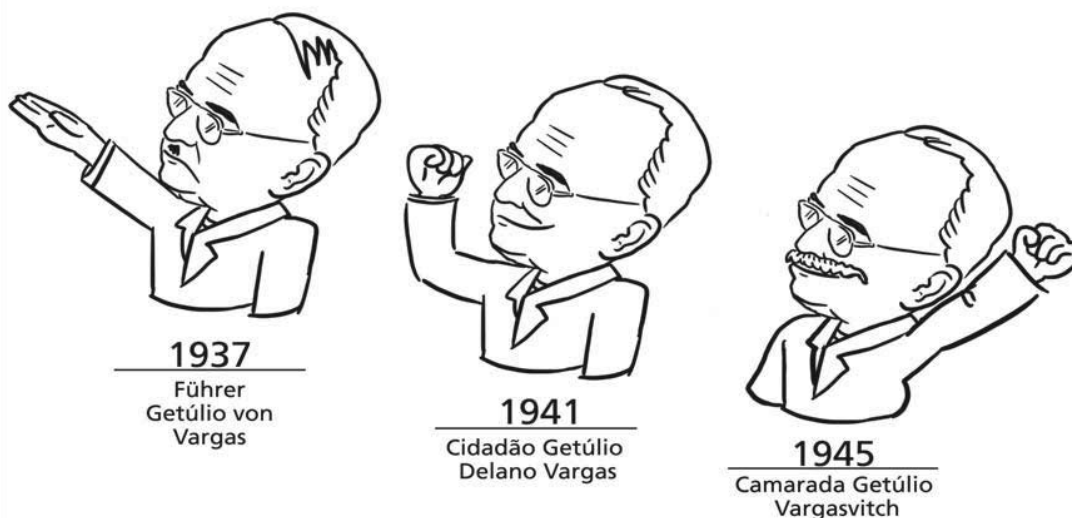
Diante de tal quadro, no dia 28 do mesmo mês, Vargas aprovou um Ato Adicional à Constituição de 1937, estabelecendo o prazo de noventa dias para a fixação da data das eleições gerais. Exatamente noventa dias depois, foi decretado o novo Código Eleitoral. As eleições para presidente da República e para a Assembleia Constituinte seriam realizadas em 2 de dezembro de 1945. Os pleitos estaduais ocorreriam em 6 de maio do ano seguinte. A partir desse momento, começou a ser articulada a candidatura governista à presidência, em torno do nome do general Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, em oposição ao de Eduardo Gomes.



Atende ao Objetivo 1

1. A ilustração, retratando Getúlio Vargas, sugere mudanças em suas opções políticas e ideológicas, ao longo das décadas de 1930 e 1940.

Análise a ilustração atentamente e explique os distintos posicionamentos de Vargas no período entre 1937 e 1945.



Resposta Comentada

A primeira imagem retrata o momento de implementação do Estado Novo, marcado pela simpatia ao fascismo e pela aproximação com a Alemanha, o que se refletia, por exemplo, na Constituição de 1937, baseada no corporativismo. A segunda imagem retrata a etapa da aproximação do Brasil com os Estados Unidos, representada na referência ao nome do presidente Franklin Delano Roosevelt, que teve como ponto de inflexão a decisão sobre a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, ao lado dos aliados. A última imagem retrata os momentos finais do regime do Estado Novo quando, na tentativa de estancar a crise que poderia levar à sua destituição, Getúlio Vargas tomou medidas como o cancelamento da censura à imprensa e a convocação das eleições, admitindo o ressurgimento dos partidos políticos. Vargas concedeu também anistia a Luís Carlos Prestes e outros dirigentes de esquerda que haviam participado do levante comunista de novembro de 1945 e foram então libertados.

A nova organização partidária: o retorno ao pluripartidarismo

Na esteira da promulgação do novo Código Eleitoral e da convocação das eleições, outras medidas do governo tiveram grande impacto na dissolução dos alicerces da ditadura estado-novista: a decretação da anistia aos presos políticos, o fim da ilegalidade do Partido Comunista do Brasil (PCB) e, principalmente, o retorno à pluralidade partidária. Assim, deu-se o surgimento de partidos políticos nacionais: o Partido Social Democrático (PSD), porta-voz dos grupos políticos ligados aos interventores do governo nos estados, que se utilizou da máquina político-administrativa montada no Estado Novo; o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), vinculado ao sindicalismo oficial e contando com quadros do Ministério do

Trabalho, Indústria e Comércio, criado sob a inspiração, como o PSD, do próprio Vargas; e a União Democrática Nacional (UDN), representante dos setores liberais e democráticos que faziam da oposição a Vargas seu lema principal.

Para que um partido pudesse ter seu registro aceito, deveria apresentar assinaturas de dez mil eleitores, distribuídos em pelo menos cinco estados, sendo que em cada um deles deveria ser atingido o limite mínimo de quinhentas assinaturas. O projeto de “nacionalização dos partidos” do governo de Vargas pode ser explicado em função do esforço realizado pelo regime instaurado com a Revolução de 1930 no sentido de combater os regionalismos, que resultou no enfraquecimento e posterior fechamento dos partidos organizados em bases estaduais que haviam caracterizado a política na Primeira República e no início da década de 1930.

Segundo Maria do Carmo Campello de Souza (1990), a obrigatoriedade imediata de afiliação nacional era vista pela oposição como uma manobra getulista, dado que o partido do governo, o PSD, por meio das interventorias, dispunha de articulações nacionais, ao passo que as demais agremiações eram em geral restritas a um ou dois estados. Assim sendo, a UDN, para adaptar-se à lei eleitoral, teve de se associar a outros grupos políticos e agremiações, como o Partido Republicano, o Partido Liberal e a Esquerda Democrática. Quanto ao PSD, se, por um lado, conseguiu adaptar-se mais facilmente às exigências legais, por outro, em razão de seu esquema de sustentação baseado nas máquinas administrativas criadas das interventorias, teve sua trajetória constantemente marcada por uma atuação muito mais “federativa” do que nacional. O PTB, por sua vez, embora não destituído de esquemas estaduais como o PSD, contava com a mística getulista que ia além dos regionalismos e, principalmente, com o voto dos trabalhadores urbanos.

O movimento de oposição ao Estado Novo, porém, não era coeso em torno dos caminhos que deveriam ser seguidos para a redemocratização: havia uma primeira corrente que defendia a saída de Getúlio Vargas da presidência, conforme fora previsto no calendário fixado para as eleições, que reunia setores conservadores nos estados, liberais de classe média, facções socialistas e até mesmo comunistas não pertencentes ao PCB; e outra corrente, formada por setores do empresariado e oligárquicos dissidentes, apoiada por elementos da burocracia estatal e sindical vinculados ao governo e pelo Partido Comunista do Brasil, que propunham a permanência de Getúlio Vargas no poder até que fosse instalada a Assembleia Nacional Constituinte, sintetizada na defesa da “Constituinte com Getúlio”. Essa corrente recebeu o nome de “queremismo”, termo derivado do lema “queremos Getúlio”, e contou com o apoio do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio Alexandre Marcondes Filho, de seu chefe de gabinete, José de Segadas Viana, e do empresário paulista Hugo Borghi. Após a aprovação da nova Carta, os “queremistas” pretendiam que Vargas pudesse disputar o pleito presidencial.

No cenário pré-eleitoral, ganhou contornos polêmicos o alinhamento do PCB à corrente favorável à permanência de Vargas. Seguindo a orientação vinda de Moscou, segundo a qual os partidos comunistas de todo o mundo deveriam apoiar os governos de seus países que integravam a frente antifascista, fossem eles ditaduras ou democracias, o PCB sustentou a iniciativa promovida pelos círculos trabalhistas ligados a Getúlio na campanha “queremista”. Os desdobramentos do “queremismo” acabaram por acirrar as críticas ao governo, uma vez que seus opositores julgavam ser mais uma manobra de Vargas para manter-se no poder, como ditador ou como presidente eleito.

Em que pese o quadro descrito de profunda instabilidade política, o fim da ditadura varguista, em 1945, não esteve relacionado apenas à conjuntura interna. Os principais acontecimentos mundiais também estiveram ligados à queda do Estado Novo.

A derrota dos países fascistas na Segunda Guerra Mundial acabou por fortalecer os movimentos que defendiam o fim da ditadura no Brasil. Retomando os argumentos que haviam sido apresentados no “Manifesto aos Mineiros” em 1943, representantes da oposição apontavam o fato de que as tropas brasileiras tivessem lutado contra os regimes nazifascistas como uma grande contradição, pois o próprio governo havia se inspirado neste tipo de regime na montagem do Estado Novo.

Ao complexo quadro das disputas políticas internas e à derrota dos regimes nazifascistas no conflito mundial, somou-se mais um elemento que acabou por desencadear a saída de Vargas. No dia 25 de outubro, Vargas afastou o antigo tenente João Alberto da chefia de polícia do Distrito Federal, nomeando em seu lugar seu próprio irmão, Benjamin Vargas, mais conhecido como “Bejo”. Essa medida foi interpretada como um sinal de que o presidente não pretendia afinal realizar as eleições previstas para dezembro, uma vez que Bejo era associado aos “queremistas”. As tropas do Distrito Federal foram então mobilizadas pelo general Góis Monteiro, impondo-se a renúncia do presidente no dia 29 de outubro. Vargas preferiu não deixar o país, retornando a São Borja, no Rio Grande do Sul, sua cidade natal. A chefia do governo foi entregue a José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal.

Em 5 de dezembro, foram afinal realizadas as eleições para a presidência da República e a Assembleia Nacional Constituinte. O pleito presidencial foi disputado por Eurico Gaspar Dutra, lançado pelo PSD, com apoio do PTB; Eduardo Gomes, apresentado como candidato pela UDN; e por Yedo Fiúza, candidato do PCB. Dutra elegeu-se presidente com 55% dos votos, obtendo os demais candidatos, respectivamente, 35% e 10% dos votos. Tinha fim, assim, o Estado Novo.

Getúlio Vargas, entretanto, foi um dos grandes vencedores das eleições de 1945: além de ter tido papel fundamental na vitória de Dutra, conseguiu eleger-se ao Senado, pelo Rio Grande do Sul e por São Paulo, e também deputado constituinte, pelos estados do Rio

Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná e Bahia, além do Distrito Federal, conforme admitido pela legislação eleitoral vigente, que possibilitava a disputa simultânea a mais de um cargo e por mais de um estado. Optou por tomar posse como senador pelo estado gaúcho.

Seu retorno à presidência da República não tardaria. Vargas assumiria novamente o cargo máximo do país nas eleições de 1950.



Atende ao Objetivo 2

2.

Tabela 6.1: Votos válidos para a Câmara Federal, e composição partidária da Câmara, Senado e da Assembleia Constituinte, 1945-1946 (em %)

	Votos populares para a Câmara	Senado Federal	Câmara Federal	Assembleia Constituinte
PSD	42,7	62,0	53,0	54,0
UDN	26,6	24,0	27,0	26,0
PTB	10,2	4,7	7,6	7,5
PCB	8,6	2,3	4,9	4,7
Outros	11,8	7,0	7,5	7,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: TSE, eleições realizadas no Brasil a partir de 1945. Disponível em www.tse.gov.br

A partir da análise dos dados presentes na **Tabela 6.1**, explique de que forma o cenário político partidário das eleições de 1945 pode ser considerado como um indicativo de continuidade com a política do Estado Novo, mesmo após a destituição de Getúlio Vargas do poder.

Resposta Comentada

Com quase dois terços do Senado, detentor da maioria absoluta na Câmara Federal e na Assembleia Nacional Constituinte, além de ter recebido a maioria dos votos populares, o PSD, partido político cujas origens remontam à atuação dos interventores ligados ao Estado Novo, era a mais importante agremiação política do país. Tal domínio reflete, assim, os laços de continuidade no poder dos grupos que participaram ativamente do Estado Novo. Além disso, reflete a força política de Getúlio Vargas, mesmo após a deposição.

A Assembleia Nacional Constituinte e o novo ordenamento jurídico do país

Nas eleições legislativas, houve a composição da Câmara e do Senado Federal que se reuniram como Assembleia Nacional Constituinte para elaboração da nova carta que iria regulamentar a vida política do país, após o fim do Estado Novo.

Nas eleições para a Constituinte ficaram claramente definidos os limites da ruptura entre o regime democrático e a ditadura vigente entre 1937 e 1945. A máquina política estruturada ao longo do Estado Novo entrou em pleno funcionamento nas eleições para o legislativo. O principal partido político que representava o regime varguista, o PSD, conquistou a maioria absoluta das cadeiras, tanto no Senado quanto na Câmara Federal.

O processo de elaboração da Carta Constitucional de 1946 estendeu-se de janeiro a setembro. Afastando-se do modelo da Constituição de 1937, o principal instrumento jurídico de ordenação do regime democrático, marcado pelos princípios liberais, estabeleceu as seguintes determinações:

- manutenção da República federativa e do regime presidencialista, sendo estabelecidas as atribuições da União, dos estados e dos municípios;
- fixação das atribuições dos três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário;
- o Poder Executivo seria exercido pelo presidente da República, eleito por voto direto e secreto, por um período de cinco anos, sendo vedada a reeleição;
- o Poder Legislativo seria atribuição do Congresso Nacional, composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal;
- a eleição para a Câmara dar-se-ia segundo o princípio de representação proporcional no qual os deputados seriam eleitos em razão da proporção de votos recebidos pelo partido a que fossem filiados;
- a eleição para o Senado seria organizada pelo princípio majoritário, sendo considerados eleitos os candidatos que obtivessem o maior número de votos, independentemente dos votos recebidos pelo partido a que pertenciam;
- cada unidade da federação seria representada pelo número fixo de três senadores;
- voto secreto e universal para os maiores de 18 anos, excetuando-se soldados, cabos e analfabetos;
- voto feminino obrigatório;
- pluripartidarismo;
- incorporação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT);
- manutenção da legislação sindical herdada do período getulista,

inclusive do imposto sindical, do princípio de unicidade sindical e do poder de intervenção do Estado nas agremiações;

- reconhecimento do direito de greve, devendo seu exercício ser regulamentado pela lei.

Os constituintes discutiram também a aprovação do divórcio, em acalorados debates, mas essa proposta não foi vitoriosa, ficando definido que a família se constituía pelo casamento de vínculo indissolúvel.



No Brasil, o divórcio foi instituído oficialmente apenas em 1977, com a aprovação de uma emenda constitucional.

Durante os trabalhos da Constituinte, em março de 1946, foi regulamentado o direito de greve. A definição do que eram “atividades essenciais”, nas quais as paralisações não seriam permitidas, englobou quase todas as categorias. No entanto, apesar do caráter restritivo de tal decreto, as greves ganhavam mais força em função do crescente apoio dos comunistas.

Reorganizado em 1945, na esteira da pluralidade partidária, o PCB constituiu-se, então, como o quarto maior partido político brasileiro. Conseguiu eleger dezessete deputados federais e um senador, obtendo ainda a maior bancada no legislativo do Distrito Federal. Em São Paulo, os comunistas obtiveram o terceiro maior percentual eleitoral de votos nas eleições de 1947, ficando à frente do maior partido de oposição, a UDN.

De forma semelhante ao que ocorrera por ocasião da crise do Estado Novo, mais uma vez a conjuntura externa exerceu importante peso nos rumos da política nacional. A aproximação cada vez mais estreita entre o governo brasileiro e o governo norte-americano, no contexto da Guerra Fria, inseriu o Brasil entre os países associados à defesa da construção de uma “cortina de ferro”, que pudesse limitar a expansão do comunismo pelo mundo. Em maio de 1947, a partir de denúncias apresentadas pelo deputado Edmundo Barreto Pinto, do PTB, de que o Partido Comunista do Brasil era um partido antidemocrático, insuflador da luta de classes e comandado por Moscou, que apoiaria a União Soviética no caso de uma guerra entre esta e o Brasil, sugerindo-se que essa última declaração fora feita por seu líder máximo, Luís Carlos Prestes, o Supremo Tribunal Federal decidiu cassar o registro da agremiação. Vitoriosa por apenas um voto, a cassação sustentava-se no texto constitucional que proibia a existência de qualquer partido político cujo programa ou ação contrariassem o regime democrático.

Desencadeou-se forte repressão sobre os núcleos comunistas, no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Porto Alegre, sendo fechados pela polícia os diversos núcleos e comitês do partido. Ao mesmo tempo, o Ministério do Trabalho ordenou a intervenção em diversos sindicatos e o fechamento de uma central sindical controlada pelos comunistas. Tornava-se evidente que, em nome do combate ao comunismo, as intervenções visavam a extinguir as organizações dos trabalhadores que não estavam sob controle governamental.

Em janeiro de 1948, o Congresso Nacional aprovou a cassação dos mandatos dos deputados, senadores e vereadores que haviam sido eleitos pelo PCB.

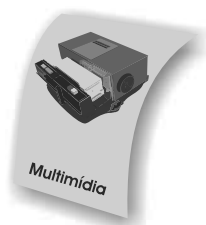


Guerra Fria

A disputa pela hegemonia mundial entre Estados Unidos e União Soviética logo após a Segunda Guerra Mundial é chamada de Guerra Fria, pelo fato de que, diferentemente das guerras convencionais, ambas as partes visavam à conquista – nem sempre militar – de zonas de influência. A disputa dividiu o mundo em blocos sob a influência das duas superpotências e provocou uma corrida armamentista que se estendeu por quarenta anos. Com sistemas econômicos e políticos distintos, Estados Unidos e União Soviética colocaram o mundo sob a ameaça de uma guerra nuclear, desenvolvendo armas com potência suficiente para explodir todo o planeta. Os Estados Unidos assumiram a liderança do chamado “mundo livre” e a URSS, a dos países socialistas. A Guerra Fria tornou-se mais dramática a partir de 1949, quando os soviéticos explodiram sua primeira bomba atômica em teste realizado no deserto do Cazaquistão, inaugurando-se a corrida nuclear. Os Estados Unidos, por sua vez, que haviam utilizado bombas nucleares no ataque às cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki em agosto de 1945, realizavam testes de novas armas atômicas no Atol de Bikini, no Pacífico. Em novembro de 1952, os norte-americanos explodiram a primeira bomba de hidrogênio. O feito foi seguido, em 1955, pelo teste soviético com a bomba de hidrogênio lançada de um avião, o que representou importante avanço técnico sobre os Estados Unidos. As duas superpotências criaram blocos militares reunindo seus aliados, formando os países liderados pelos Estados Unidos a

Organização do Tratado o Atlântico Norte (OTAN), em 1949, enquanto os países comunistas firmaram em 1955 o Pacto de Varsóvia.

O enfrentamento entre os dois blocos opostos que marcou a Guerra Fria encerrou-se apenas em 1989, com a queda do Muro de Berlim, que fora construído pelos soviéticos em 1961. A partir de então, teve início o processo de reunificação da Alemanha e a dissolução dos regimes comunistas do Leste Europeu e, em 1991, da própria URSS.



Atende ao Objetivo 3

3. Leia com atenção os dispositivos da Constituição de 1946 e relacione-os à forma como se estabeleceu a vigência da democracia no governo de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) e aos limites sobre seu pleno exercício.

Constituição de 1946

Art. 141

A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 1º - Todos são iguais perante a lei.

§ 2º - Ninguém pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

§ 3º - A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

§ 4º - A lei não poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão de direito individual.

§ 5º - É livre a manifestação do pensamento, sem que dependa de censura, salvo quanto a espetáculos e diversões públicas, respondendo cada um, nos casos e na forma que a lei preceituar pelos abusos que cometer. Não é permitido o anonimato. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros e periódicos não dependerá de licença do Poder Público. Não será, porém, tolerada propaganda de guerra, de processos violentos para subverter a ordem política e social, ou de preconceitos de raça ou de classe.

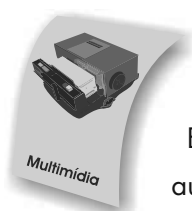
§ 6º - É inviolável o sigilo da correspondência.

§ 7º - É inviolável a liberdade de consciência e de crença e assegurado o livre exercício dos cultos religiosos, salvo o dos que contrariem a ordem pública ou os bons costumes. As associações religiosas adquirirão personalidade jurídica na forma da lei civil.

Resposta Comentada

Depois de oito anos de vigência da ditadura do Estado Novo, foram realizadas eleições para o Congresso Nacional, que voltou a funcionar em 1946. Os parlamentares eleitos tinham por tarefa elaborar uma nova Constituição, uma vez que aquela que fora outorgada em 1937 servira para oficializar o regime ditatorial. Pela primeira vez, no país, elegeram-se deputados e um senador filiados ao Partido Comunista do Brasil. Predominavam, na Assembleia, no entanto, os representantes dos setores conservadores que haviam sido eleitos pela UDN e pelo PSD. A Constituição Brasileira de 1946 foi definida por princípios liberais, assegurando-se aos cidadãos a

liberdade de opinião e de organização e a defesa da propriedade. Garantiu-se maior autonomia aos estados e municípios. Em 1948, no entanto, ocorreram intervenções nos sindicatos e estabeleceu-se a repressão sobre as atividades do PCB, que foi colocado na ilegalidade, sendo cassados os mandatos dos representantes eleitos por esse partido.



Indicações de sites

Existem vários *sites* que abordam os temas que estudamos nesta aula. Vale a pena acessar:

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC

<http://cpdoc.fgv.br/>

Neste portal, você encontra artigos, verbetes, documentos textuais e imagens relativas às eleições de 1945. Vale a pena consultar os verbetes sobre os partidos políticos organizados no processo de redemocratização, como o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

No *site* do Governo Federal podem ser acessados os textos na íntegra das constituições brasileiras, inclusive a Constituição de 1946.

www.planalto.gov.br/ccivil/.../Constituicao46.htm

CONCLUSÃO

Em que pese a gravidade da crise política que levou ao fim do Estado Novo e à destituição de Getúlio Vargas do poder, destacaram-se, na conjuntura política pós-1945, elementos de continuidade com relação à ditadura encerrada.

Entre os elementos que caracterizaram essa continuidade podem ser sublinhados a eleição de Eurico Gaspar Dutra, candidato apoiado por Vargas nas eleições presidenciais de 1945, e a força política do partido criado sob a égide do antigo presidente, o Partido Social Democrático (PSD). Somaram-se a esses elementos a manutenção do sindicalismo vinculado ao Estado criado no Estado Novo, os mecanismos de repressão, que entraram em ação quando o Partido Comunista do Brasil (PCB) foi posto na ilegalidade, em 1947, e os limites impostos à liberdade de organização sindical.

Assim sendo, a tão propalada “redemocratização” deve ter seus aspectos de ruptura com relação ao Estado Novo relativizados, apesar do retorno de mecanismos democráticos fundamentais, como o funcionamento do legislativo, as eleições diretas e a pluralidade partidária. Deve ser observado, também, que foram esses mesmos mecanismos que abriram o caminho para o retorno de Vargas ao poder, nas eleições presidenciais de 1950.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

Tomando como referência a imagem a seguir, sobre a participação das tropas brasileiras na Segunda Guerra Mundial ao lado dos aliados, explique seus desdobramentos para a política nacional após o fim do Estado Novo.



Fonte: <http://static.blogstorage.hi-pi.com/spaceblog.com.br/t/tu/turma/images/mn/1219942823.jpg>

Resposta Comentada

Ao entrar na Segunda Guerra Mundial ao lado dos aliados, em 1942, o Brasil colocou-se sob a órbita da influência norte-americana. No cenário mundial do após Guerra, marcado pela bipolarização mundial instituída com os embates da "Guerra Fria", o Brasil mais uma vez alinhou-se ao bloco liderado pelos Estados Unidos. Internamente, essa opção levou à perseguição aos comunistas e à cassação do registro do Partido Comunista do Brasil (PCB), em 1947.

RESUMO

A estrutura política e administrativa do Estado Novo começou a entrar em crise no início da década de quarenta, em função não apenas do fortalecimento da oposição a Getúlio Vargas, como também da participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, ao lado dos aliados. A participação brasileira no combate aos regimes nazifascistas passou a ser amplamente explorada pela oposição, como uma contradição em relação à vigência da ditadura no país. A vitória dos aliados só veio a fortalecer o discurso de defesa da democracia.

O fim do Estado Novo, todavia, não representou a completa eliminação dos alicerces que haviam sustentado a ditadura. Elementos de continuidade marcaram os primeiros anos do governo eleito do general Dutra, refletindo-se em dispositivos da nova Constituição e na organização do quadro político-partidário.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, você irá estudar as principais interpretações sobre dois conceitos fundamentais para o entendimento da História brasileira no período de vigência do regime democrático que se estendeu de 1945 a 1964: o trabalhismo e o populismo.

Aula 7

Trabalhadores e
política no período
democrático:
trabalhismo
e populismo
(1946-1964)

Monica Piccolo Almeida

Meta da aula

Apresentar o panorama político brasileiro no período democrático, que se estendeu desde a aprovação da Constituição de 1946 até o golpe militar de 1964, através da análise da atuação do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), da doutrina trabalhista formulada por suas lideranças e das formas de mobilização e lutas dos trabalhadores.

Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

1. descrever os principais elementos que caracterizavam a doutrina do trabalhismo no período democrático, entre 1946 e 1964;
2. identificar as formas de mobilização e luta dos trabalhadores entre 1946 e 1964;
3. distinguir os conceitos de trabalhismo e populismo.

Pré-requisitos

Para acompanhar esta aula, você precisa ter estudado o projeto político e social do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945), implementado através da legislação trabalhista e da regulamentação dos sindicatos, temas que foram trabalhados na Aula 5. Será importante relembrar o processo de formação dos três grandes partidos políticos nacionais – o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a União Democrática Nacional (UDN) –, que estudamos na Aula 6.

INTRODUÇÃO

Na aula anterior, você estudou a crise política que levou ao fim do regime do Estado Novo (1937-1945) e à queda de Getúlio Vargas, em outubro de 1945. Você aprendeu também que, em meio àquela crise, o governo incentivou a formação dos novos partidos políticos, organizados em bases nacionais.

Três agremiações partidárias surgidas naquele ano passaram a dominar o cenário político no período inaugurado pela aprovação da nova Constituição Federal, em 1946. Esses partidos foram a União Democrática Nacional (UDN), que representava os setores liberais e democráticos que haviam feito oposição a Vargas, durante o Estado Novo; o Partido Social Democrático (PSD), ligado aos antigos interventores estaduais, e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que tinha suas bases no sindicalismo oficial, controlado pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Como você pode perceber, portanto, tanto o PSD como o PTB tiveram suas origens na política do Estado Novo.

Nesta aula, você verá que o trabalhismo brasileiro fez amplo uso da figura de Getúlio Vargas na mobilização do eleitorado urbano. O programa do partido incluía outros elementos importantes, como a defesa dos direitos assegurados aos trabalhadores desde a década de 1930, o nacionalismo e a intervenção do Estado na promoção do desenvolvimento econômico. Você vai estudar também as formas de mobilização e luta dos trabalhadores e as relações entre trabalhistas e comunistas, no movimento operário e sindical. Por fim, serão apresentados os conceitos de trabalhismo e populismo, utilizados por muitos historiadores e cientistas sociais para caracterizar o período da história do Brasil associado à influência de Getúlio Vargas.

O Partido Trabalhista Brasileiro e o trabalhismo

O Partido Trabalhista Brasileiro foi fundado em maio de 1945, ainda no Estado Novo, sob a chancela governamental. Como você estudou na aula passada, os principais espaços de organização do PTB foram o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e os sindicatos.

Para a historiadora Angela de Castro Gomes (2007), a fundação do PTB correspondeu, do ponto de vista organizacional, ao esforço que vinha sendo realizado desde o início da década de 1940, com o objetivo de construir uma ideologia trabalhista no Brasil. Este esforço incluiu a aprovação das diversas medidas de proteção ao trabalho e à previdência social e sua ampla divulgação através do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e do próprio Ministério do Trabalho. O culto à figura de Vargas, reforçado pela propaganda oficial e sintetizado na figura do “pai dos pobres”, destacava o papel do presidente como verdadeiro inspirador do ideário trabalhista.

Antes da decisão de fundar os dois partidos governistas, o PSD e o PTB, chegou-se a projetar a criação da União Cultural Brasileira, inspirada na **União Cívica Radical** da Argentina, que deveria funcionar como um grande partido de massas. Este projeto não chegou, no entanto, a ser concretizado.

O PTB destinava-se a mobilizar as forças sociais surgidas a reboque do processo de industrialização, ocorrido após 1930, e tinha por objetivo frear a influência do Partido Comunista do Brasil (PCB), que se mantivera presente no movimento sindical durante a ditadura do Estado Novo.

O programa do PTB foi aprovado em convenção nacional, realizada no Rio de Janeiro em setembro de 1945, e compunha-se de vinte e sete pontos. Destacavam-se, entre estes, a defesa dos direitos assegurados aos trabalhadores pela Constituição, o amparo da legislação trabalhista aos trabalhadores rurais e aos

União Cívica Radical

Partido político argentino, fundado em 1891, reunia os diversos setores que faziam oposição às oligarquias que governavam o país, desde a independência. Alcançou o poder pela primeira vez, em 1916, com a eleição do presidente Hipólito Yrigoyen. O radicalismo rivalizava com o justicialismo, liderado por Juan Domingues Perón. É o partido de massas mais antigo da América Latina, ainda em funcionamento. Em período recente, elegeu os presidentes Raúl Alfonsín (1983-1989) e Fernando de la Rúa (1999-2001).

empregados das autarquias e servidores públicos, a criação de órgãos paritários na Justiça do Trabalho em todos os grandes centros do país e a ampliação da representação de classes nos órgãos públicos que fossem de interesse do capital e do trabalho. Um aspecto a ser ressaltado era a defesa da planificação econômica em todos os setores, com vistas a garantir que a produção do país atendesse às necessidades internas. O PTB pregava uma melhor distribuição de riqueza, permitindo-se ao capital o direito ao lucro em "limite razoável", e a extinção dos latifúndios improdutivos, garantindo a posse da terra aos que nela trabalhassem. Em seu programa, eram reconhecidos o direito de greve pacífica e a distinção entre greve legal e ilegal.

Em 1945, o PTB envolveu-se na campanha "queremista", que defendia a permanência de Getúlio Vargas no poder até que fosse promulgada uma nova Constituição. O movimento queremista contava, também, com a participação do PCB, inclusive de seu líder máximo, Luís Carlos Prestes, que foi anistiado depois de nove anos de prisão. Após a deposição de Vargas, o apoio do PTB foi fundamental para a eleição de Eurico Gaspar Dutra, candidato do PSD.

Em dezembro daquele ano, o PTB elegeu vinte e dois deputados federais e dois senadores, Alexandre Marcondes Filho, por São Paulo, e Getúlio Vargas, por São Paulo e pelo Rio Grande do Sul, que acabou optando pela representação gaúcha. Os trabalhistas compunham a terceira bancada da Assembleia Constituinte, depois do PSD e da UDN.

Getúlio Vargas manteve-se como a liderança política de maior destaque no país. O **carisma** do ex-presidente ganhou importância central na configuração ideológica e organizativa do PTB, através do fenômeno político descrito por alguns autores como "getulismo". Segundo essa concepção, o PTB e o trabalhismo eram reputados como tributários da obra social conduzida por Vargas, em sua longa permanência no governo. O político gaúcho era considerado a personificação do próprio trabalhismo.

Carisma

O conceito de carisma foi proposto pelo sociólogo alemão Max Weber (1864-1920) para caracterizar uma forma peculiar de poder.

É empregado na análise da existência de alguns líderes, cuja autoridade não se baseia no caráter sagrado de uma tradição (como nas monarquias), nem na racionalidade de uma função (como nos governos burocráticos), mas sim num dom, isto é, na capacidade extraordinária que eles possuem. Os dons dos líderes carismáticos impõem-se no anúncio e na realização de uma missão de caráter religioso, político, bélico etc. Aqueles que reconhecem esse dom sentem-se no dever de seguir o chefe carismático, a quem obedecem, segundo as regras que ele dita e não em virtude de pressões ou do cálculo. A influência do carisma perdura, se a missão do líder é cumprida, isto é, se este oferece provas que possam fortalecer a fé dos seguidores (BOBBIO, 2000).

Nos primeiros anos de atividade do PTB, seus dirigentes buscaram conferir à agremiação um caráter eminentemente sindicalista. Após 1945, as seções do PTB no Rio de Grande do Sul e na cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, estruturaram-se em bases sólidas. Surgiram também diretórios importantes nos estados do Rio de Janeiro, Amazonas e Minas Gerais. Em São Paulo, no entanto, onde o movimento operário era bastante avançado, o PTB precisou disputar espaço com lideranças ligadas a outros partidos que também buscavam o voto dos trabalhadores. Esse era o caso, por exemplo, do governador Ademar de Barros (1947-1951), do Partido Social Progressista (PSP). Havia também rivalidades entre trabalhistas e comunistas na organização do movimento sindical. De todo modo, já nos anos 1950 o PTB estendia suas bases por todo o território brasileiro.

Ao lado do esforço de organização das seções estaduais, houve também da parte dos dirigentes do PTB a preocupação com a definição do conteúdo doutrinário do trabalhismo. Dirigentes como o político gaúcho Alberto Pasqualini e mais tarde San Tiago Dantas, do Rio de Janeiro, e Fernando Ferrari, também gaúcho, dedicaram-se à tarefa de estabelecer os princípios que deveriam nortear a ação do partido.

Embora a base do programa do PTB fosse a defesa da expansão da obra social de Vargas, a doutrina do trabalhismo teve diversas variantes e sofreu transformações ao longo do tempo. Na década de 1950, tentou-se inclusive dar ao PTB um perfil mais independente da direção imposta por Getúlio Vargas através da formação da dissidência conhecida como Frente Trabalhista. O trabalhismo identificava-se então com o sindicalismo, o getulismo, o nacionalismo, o reformismo, o corporativismo e a democracia social, e mesmo com o socialismo e o comunismo.



Alberto Pasqualini (1901-1960)

Advogado e político gaúcho, participou da Revolução de 1930, foi vereador em Porto Alegre e secretário de Interior e Justiça do Rio Grande do Sul na interventoria de Ernesto Dornelles, primo de Getúlio Vargas. Logo após a queda do Estado Novo, em outubro de 1945, lançou em Porto Alegre o manifesto da União Social Brasileira, projeto que abandonou em seguida para ingressar no PTB. Elegeu-se senador por seu estado natal, em 1950, e teve atuação destacada como relator do projeto de lei que criou a Petrobras, de 1953.



Figura 7.1: Capa do livro *Alberto Pasqualini: obra social e política*. Brasília: Senado Federal, 1994, organizado por Pedro Simon.

Fonte: <http://www.senado.gov.br/senadores/senador/psimon/livros/livro015.jpg>

Podemos conhecer algumas concepções acerca do trabalhismo através da leitura dos textos de Alberto Pasqualini, reconhecido como um dos principais teóricos dessa doutrina no Brasil.

Pasqualini baseava sua concepção de trabalhismo na defesa de um capitalismo “cristão”, “solidarista” e “humanizado”. Apesar de lançar duras críticas contra o capitalismo movido pelo individualismo e pelo egoísmo, o político gaúcho não considerava viável a implantação do regime socialista no Brasil. No seu entendimento, o socialismo poderia até abolir as classes sociais, mas não conseguiria eliminar as relações de hierarquia e as formas de autoridade existentes na sociedade capitalista. Pasqualini temia também que a socialização dos meios de produção pudesse emperrar o desenvolvimento econômico do país.

No texto *Diretrizes fundamentais do trabalhismo brasileiro*, publicado em 1951, Pasqualini fixou como alvo da ação dos trabalhistas a eliminação do que chamava de “usura social”, isto é, das situações em que as relações econômicas entre os homens não estivessem baseadas na justiça social.

A proposta de Pasqualini pode ser sintetizada como a defesa da harmonia e da solidariedade entre as classes sociais como alternativa ao projeto comunista. Para sua consecução, o autor atribuía ao Estado um papel central, como responsável pela garantia dos direitos dos trabalhadores.



Atende ao Objetivo 1

1. Leia atentamente o trecho selecionado do discurso pronunciado por Alberto Pasqualini em sua campanha ao governo do estado do Rio Grande do Sul, em 1947. Identifique as principais ideias norteadoras de sua concepção de trabalhismo.

A essa forma de capitalismo humanizado, que não desconhece os princípios da solidariedade social, mas antes neles se assenta, damos o nome de capitalismo solidarista. Ele exclui, de um lado, o capitalismo individualista e, de outro, a socialização dos meios de produção ou o comunismo. Sua concepção fundamental é de que o capital não pode ser apenas um instrumento produtor de lucro, mas, principalmente, um meio de expansão econômica e de bem-estar coletivo. Esta é, senhores, a ideia substancial do nosso programa. Para nós, trabalhismo e capitalismo solidarista são expressões equivalentes (VASCONCELLOS, 2009, p. 129).

Resposta Comentada

A definição do trabalhismo proposta por Alberto Pasqualini inspirava-se nos princípios de colaboração e solidariedade social. Em seu discurso, o autor distingue o trabalhismo tanto do comunismo e do socialismo como do capitalismo, baseado no egoísmo. O capitalismo deveria ser um meio para a expansão do bem-estar coletivo. O trabalhismo representava uma alternativa destinada a fazer frente à presença das lideranças de esquerda na organização dos trabalhadores e no movimento sindical.



Outro elemento do trabalhismo brasileiro que merece ser destacado era o nacionalismo, que marcou a atuação do PTB e de Getúlio Vargas na década de 1950.

A campanha vitoriosa de Vargas à presidência da República, como candidato do PTB nas eleições de 1950, foi marcada por diversos pronunciamentos exaltados sobre o tema do nacionalismo e por críticas à “espoliação das riquezas brasileiras” pelo capital estrangeiro.



As eleições presidenciais de 1950

As articulações para a sucessão do presidente Eurico Gaspar Dutra tiveram início em 1948. Lideranças do PSD e da UDN tentaram viabilizar uma política de união nacional baseada no chamado “acordo interpartidário”. Esse acordo reuniu as duas legendas e mais o Partido Republicano (PR) em torno do compromisso de garantir apoio às medidas encaminhadas pelo presidente ao Congresso Nacional. Foram discutidas diversas propostas para o lançamento de uma candidatura única à eleição presidencial, que esbarraram na exigência da UDN de que fosse escolhido um nome extrapartidário e na reivindicação de Nereu Ramos, presidente do PSD, de lançar-se ele próprio candidato. Em dezembro de 1949, foi anunciado pela UDN o nome do brigadeiro Eduardo Gomes, que fora candidato pela legenda em 1945. O Partido Socialista Brasileiro lançou candidatura própria, encabeçada pelo político baiano João Mangabeira. O PSD definiu-se em abril de 1950 pela candidatura do deputado federal mineiro Cristiano Machado, apoiado pelo PR. A candidatura de Getúlio Vargas foi definida pelo PTB, após o acordo firmado com o governador paulista Ademar de Barros, do PSP, que indicou o candidato a vice-presidente, João Café Filho. Essa aliança definiu o resultado do pleito realizado em 3 de outubro, dada a importância numérica do eleitorado de São Paulo. Vargas obteve 48,7% dos votos (3.849.040 votos), seguido de longe por Eduardo Gomes, com 29,6% (2.342.384 votos), enquanto Cristiano Machado ficou em terceiro lugar, com 21,5% (1.697.193). Na campanha eleitoral, diversos setores do PSD terminaram por recomendar o voto no ex-presidente. O esvaziamento da candidatura de Machado ficou conhecido, na gíria política da época, como “cristianização”.

Reconduzido ao cargo máximo do país, dessa vez pelo voto popular, Vargas buscou adotar medidas de impacto, associadas ao projeto nacionalista defendido pelas bases trabalhistas. Teve destaque, neste sentido, o encaminhamento ao Congresso Nacional dos projetos de lei que criavam as empresas estatais Petrobras e Eletrobras. O debate sobre o tema da exploração do petróleo havia alcançado grande mobilização popular desde a campanha “O petróleo é nosso”, quando se criou uma verdadeira febre nacionalista envolvendo os diversos partidos, além do próprio PTB.



"O petróleo é nosso"

A Constituição de 1946 admitia a participação de capitais privados estrangeiros na exploração mineral e na do petróleo, desde que estes estivessem integrados em empresas constituídas no país.

Em 1947, o projeto de lei do Estatuto do Petróleo afirmava ser impossível a completa nacionalização desse setor, em razão, entre outros motivos, da falta de capitais e técnicos especializados. A reação nacionalista ao Estatuto do Petróleo não se fez esperar, dando início à campanha sintetizada no lema “O petróleo é nosso”. No segundo governo de Vargas, foi apresentado ao Congresso Nacional o projeto de lei de criação de uma empresa de economia mista destinada a realizar a exploração do petróleo, a Petrobras. Este projeto não contemplava, no entanto, a principal demanda dos nacionalistas, que era o estabelecimento do monopólio estatal sobre essa exploração. O lema “O petróleo é nosso” foi então relançado, com o apoio da União Nacional dos Estudantes (UNE) e dos comunistas. Na oposição a Vargas, a UDN encabeçou a defesa do monopólio, afinal incorporado ao

texto da lei de criação da Petrobras, sancionada em outubro de 1953. O monopólio estatal só foi revogado no governo de Fernando Henrique Cardoso, em agosto de 1997, com a aprovação da nova Lei do Petróleo.



Figura 7.2: Getúlio Vargas assina a Lei nº. 2004, que criou a Petrobras.

Fonte: <http://blog.planalto.gov.br/wp-content/uploads/timeline/fotos/1953.jpg>

Ao longo do segundo governo de Getúlio Vargas, a atuação do PTB confundiu-se com o projeto nacionalista e com os principais projetos implementados pelo presidente, como ocorrera no caso da criação da Petrobras.

O nacionalismo das lideranças trabalhistas traduzia um projeto de desenvolvimento e funcionava, ao mesmo tempo, como fator de mobilização popular. No diagnóstico dos auxiliares de Vargas, reunidos em órgãos como a assessoria econômica da presidência da República, era necessário dotar o país de indústrias de base e infraestrutura controladas pelo Estado. Somente a intervenção estatal tornaria possível superar o “atraso” e promover a modernização da sociedade brasileira. O capital estrangeiro era temido como uma ameaça a esse projeto, ainda que, numa perspectiva pragmática, a colaboração com os Estados Unidos constituísse alternativa importante para o desenvolvimento.

Trabalhistas e comunistas no movimento sindical

Apesar dos esforços realizados pelos trabalhistas no sentido de manter uma presença importante no movimento sindical, o PTB enfrentava uma séria disputa com os comunistas na condução das lutas dos trabalhadores.

Para que se possa compreender a crescente ingerência das lideranças de esquerda no movimento sindical, é preciso lembrar que, mesmo no período do Estado Novo, com a expansão dos organismos vinculados ao Ministério do Trabalho e a dura repressão que se abateu sobre os militantes do Partido Comunista do Brasil, os trabalhadores conseguiram por vezes romper o silêncio que lhes era imposto pelos órgãos do governo.

Diante do esforço de mobilização econômica exigido pela entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), haviam sido aprovados diversos decretos que tornavam ainda mais difíceis as condições dos trabalhadores. Fomentar greves ou abandonar o serviço nas indústrias essenciais para a “defesa nacional” passaram a ser julgados como atos de deserção. Além disto, o esforço de mobilização econômica permitira a aprovação da elevação da jornada de trabalho de oito para dez horas, da suspensão ou do adiamento de férias e da autorização do trabalho noturno para mulheres e menores.

Os operários reagiram a essas medidas através de diversas formas de insubordinação. Registraram-se nessa época agressões a superiores hierárquicos, sabotagens, abandono de emprego e negligência nas tarefas do trabalho. Ocorreram mobilizações e algumas greves em 1942, surgindo comissões de negociação que funcionavam de forma independente dos sindicatos ligados ao Ministério do Trabalho.

Essa primeira mobilização foi freada no ano seguinte, quando os dirigentes do PCB, seguindo a estratégia internacional de combate ao nazifacismo, passaram a pregar a política de “união nacional”

e o apoio a Getúlio Vargas. Como notou o sociólogo Marco Aurélio Santana (2001), os comunistas ingressaram então nos sindicatos vinculados ao Ministério do Trabalho, defendendo a colaboração entre as classes e recomendando que as greves não fossem deflagradas.

Em abril de 1945, sob a liderança do dirigente comunista João Amazonas, foi criado o Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), que se pautava pela defesa da ordem, pregando a luta contra o nazifacismo e a aliança entre as correntes sindicais. A abrangência deste movimento pode ser avaliada pelo fato de que seu manifesto foi assinado por mais de trezentos líderes sindicais, representando ao todo treze estados. No mês seguinte, como vimos antes nesta aula, os comunistas aderiram ao queremismo.

Com a obtenção do registro eleitoral pelo PCB, em outubro, foram atraídos para suas fileiras muitos intelectuais, como o historiador Caio Prado Júnior, o pintor Cândido Portinari e os escritores Graciliano Ramos e Jorge Amado.

Mas a aliança entre Getúlio Vargas, o PTB e os comunistas começaria a se romper em função dos rumos seguidos pela política nacional no ano de 1945, que levaram à deposição do presidente, seguida por sua substituição no cargo pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares, e pela eleição de Eurico Gaspar Dutra, em dezembro.

O PCB obteve um resultado surpreendente nas eleições de 1945, quando o candidato à presidência pelo partido, ledo Fiuza, obteve 10% do total dos votos. Foram eleitos pelo partido 14 deputados constituintes, dos quais nove operários, além de Luís Carlos Prestes, como o senador mais votado no então Distrito Federal.

Previamente às eleições, os dirigentes do PCB haviam demonstrado ampla capacidade de mobilização, organizando comitês populares e democráticos nos quais se discutiam temas como habitação, carestia de gêneros, instrução e saúde pública. Os comunistas criaram também comitês profissionais e células por categorias nas diversas fábricas e locais de trabalho.

No início do governo Dutra (1947-1951), os dirigentes comunistas começaram a se afastar da política de manutenção da ordem que havia marcado a atuação do partido no final do Estado Novo. Esta mudança de orientação respondia a pressões vindas do próprio movimento sindical, revelando-se as dificuldades de manutenção da política de alianças com os trabalhistas.

Nos primeiros três meses de 1946, ocorreu em todo o país uma onda de greves, com um total de 77 paralisações. Ainda em janeiro, o PCB manifestou seu apoio à greve dos bancários através do dirigente Pedro Pomar, que declarou na ocasião que “greve não é desordem”. No mês de março, como contrapartida à crescente mobilização nos sindicatos, Eurico Dutra sancionou a Lei nº 9.070, que regulamentou o direito de greve. O presidente antecipava-se, nesse sentido, às deliberações sobre esta matéria então em curso na Assembleia Constituinte. A lei aprovada conferia ao governo o poder de considerar qualquer greve como ilegal.

Em setembro do mesmo ano, sob o patrocínio do Ministério do Trabalho, reuniu-se o I Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil. Tornou-se evidente, neste encontro, a polarização do movimento dos trabalhadores: de um lado situavam-se comunistas e setores do PTB, que defendiam a proposta, afinal vitoriosa, de criação da entidade intersindical denominada Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB); de outro, encontravam-se os setores do sindicalismo, vinculados ao Ministério do Trabalho, que preferiam a manutenção da estrutura sindical corporativista.

A preocupação do governo de Dutra com o crescimento eleitoral do PCB e com o controle que os comunistas exerciam em setores do movimento sindical esteve na base da perseguição aos comunistas que levou à cassação do registro da legenda, em maio de 1947. Seguiram-se intervenções em 143 sindicatos, supostamente sob controle dos comunistas, e o fechamento da CTB.

O PCB abandonou nessa época a política de união nacional. A partir dessa data, a agremiação assumiu uma orientação à esquerda, definida pela defesa da “revolução imediata”. No âmbito da política

sindical, o PCB passou a pregar o esvaziamento dos organismos oficiais, propondo que fossem constituídos em seu lugar sindicatos paralelos, que serviriam de apoio ao processo revolucionário. A recusa da política de alianças com o PTB dificultou ainda mais o entendimento com as lideranças trabalhistas. Na prática, essa diretriz nem sempre foi acatada pela militância comunista nos sindicatos.



Atende ao Objetivo 2

2. Leia o texto selecionado dos historiadores Antonio Luigi Negro e Fernando Teixeira da Silva e explique a conjuntura política que levou, em 1948, a uma mudança na orientação do Partido Comunista do Brasil com relação ao movimento sindical.

Foi o término da política de união nacional e o início de uma virada à esquerda, entrando na ordem do dia a luta contra o “governo de traição” de Dutra: o PCB defende greves “a qualquer custo”, repudia o corporativismo, exorta aos “sindicatos paralelos” e à organização de base, ataca as demais correntes e não evita o confronto aberto com a polícia. Até que ponto essas orientações foram bem-sucedidas? As greves dos ferroviários da Mogiana, em fevereiro de 1948, e da (Estrada de Ferro) Santos-Jundiaí, em janeiro de 1949, revelam que os interventores do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio foram ultrapassados pelas comissões de trabalhadores, verificando-se participação ativa dos militantes do PCB, o que evidencia um avanço dos grupos mais à esquerda em relação aos dirigentes ministerialistas. (...) Por outro lado, a exigência do partido de abandonar os sindicatos oficiais em favor dos grêmios paralelos encontrou a resistência de operários e ativistas de base, que empreenderam uma “dupla militância” (ação nos sindicatos legais e paralelos). Em vários casos, estes últimos eram utilizados como espaço de legitimação dos grupos descontentes para, em seguida, centrar a luta de retomada do sindicato, ao invés de simplesmente abandoná-lo (NEGRO; SILVA, 2003. v. 3. p. 60).

Resposta Comentada

Com a crise que levou à queda do Estado Novo e à redemocratização, o Partido Comunista do Brasil obteve seu registro eleitoral e realizou ampla política de mobilização sindical. Inicialmente, o PCB pautou-se pela política de alianças com o trabalhismo de Getúlio Vargas e do PTB, o que se combinava com a estratégia de luta contra o nazifascismo. Após a eleição de Eurico Gaspar Dutra, em dezembro de 1945, e a ascensão do movimento grevista, em 1946, o PCB apoiou a criação de uma entidade intersindical, desvinculada do sindicalismo oficial, a Confederação dos Trabalhadores do Brasil. A cassação do PCB, em maio de 1947, e a repressão aos sindicatos controlados pelos comunistas forçaram a mudança de orientação do partido, que passou a defender a “revolução imediata”. Ganharam importância as comissões de fábrica, independentes dos sindicatos.

Trabalhistas e comunistas no segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954)

Como vimos anteriormente nesta aula, Getúlio Vargas foi eleito presidente da República em outubro de 1950, como candidato do PTB. Em seu novo mandato, o presidente tentou desvencilhar-se da imagem do ditador do Estado Novo, reforçando ainda mais sua vinculação à ideologia do trabalhismo. A plataforma do segundo governo de Vargas (1951-1954) pautou-se pelo nacionalismo e pela defesa do desenvolvimento econômico como condição para a distribuição de riquezas. As lideranças trabalhistas buscaram reforçar o carisma do presidente, defendendo a legislação trabalhista e a soberania nacional. O Ministério do Trabalho foi atribuído ao PTB, sendo ocupado inicialmente pelo político gaúcho Danton Coelho (1951) e depois pelo carioca José de Segadas Viana (1951-1953). Este último havia cumprido um papel importante na criação do próprio PTB e na organização do sindicalismo vinculado àquela pasta ministerial.

Por essa época, o controle do Ministério do Trabalho tornara-se decisivo para as relações entre o governo e os sindicatos. A pasta englobava não apenas o sindicalismo oficial, mas também programas de habitação popular, promovendo ações para o controle de preços e distribuição de cestas básicas. Estendia seu comando sobre as entidades de previdência e seguridade social e as delegacias regionais, através das quais se vinculava à dinâmica política estadual.

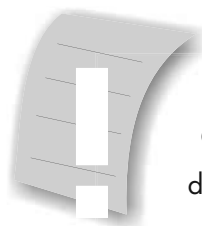
A ação conduzida pelo Ministério do Trabalho e o esforço das lideranças trabalhistas para garantir um amplo apoio a Vargas depararam-se com a oposição do PCB. Ainda em agosto de 1950, antes, portanto, das eleições presidenciais, Luís Carlos Prestes divulgou um documento no qual era confirmada a guinada à esquerda do partido. Itens como a defesa do confisco e da nacionalização de bancos, empresas industriais e de serviços públicos, minas e plantações “pertencentes ao imperialismo” passavam a integrar a agenda dos comunistas. Em seu diagnóstico, o capital estrangeiro e o latifúndio surgiam como os grandes obstáculos ao desenvolvimento do país.

O Manifesto de Agosto, como ficou conhecido o documento divulgado por Prestes, incluía ainda os seguintes pontos:

- 1) um governo democrático e popular;
- 2) a paz;
- 3) a libertação do Brasil do “jugo imperialista”;
- 4) a entrega da terra a quem nela trabalhava;
- 5) o desenvolvimento independente da economia nacional;
- 6) as liberdades democráticas;
- 7) o imediato melhoramento das condições de vida das massas trabalhadoras;
- 8) a instrução e a cultura para o povo;
- 9) a formação de um exército popular de libertação nacional.

Coerentemente com esses objetivos, os comunistas conduziam desde 1949 a campanha contra a participação do Brasil na Guerra da Coreia, ao lado dos Estados Unidos, tendo promovido naquele ano o Congresso Continental da Paz.

Na área sindical, o PCB buscou desenvolver um trabalho de penetração nas diversas agremiações. Em setembro de 1952, com o fim da exigência do atestado de ideologia para os dirigentes sindicais, foi ampliada ainda mais a participação dos comunistas. O PCB também foi favorecido pela multiplicação das comissões de fábrica que acompanhou a renovação dos quadros dirigentes, desalojando lideranças vinculadas ao Ministério do Trabalho. Em 1953, os comunistas tiveram papel destacado na Greve dos Trezentos Mil, deflagrada na cidade de São Paulo. A crescente mobilização dos trabalhadores, nos primeiros anos da década de 1950, era impulsionada pela alta do custo de vida e pela espiral inflacionária, com impacto importante sobre o valor relativo do salário mínimo, utilizado como referência para a fixação do preço do trabalho industrial.



Greve dos Trezentos Mil

Ocorrida em São Paulo entre março e abril de 1953, a Greve dos Trezentos Mil teve início na fábrica de tecidos Matarazzo, ganhando a adesão de outras categorias, como metalúrgicos, vidreiros, marceneiros e gráficos. As reivindicações incluíam aumento salarial de 60%, estabilidade no emprego e medidas contra a carestia. Durante o movimento, a passeata da “panela vazia”, contando com a participação de cerca de 60 mil trabalhadores, foi recebida com simpatia por parte da população e da imprensa. Diversos dirigentes comunistas ganharam expressão, como Antonio Chamorro, da Federação dos Trabalhadores Têxteis. A volta ao trabalho ocorreu depois de vinte e sete dias de paralisação, após a aprovação do aumento salarial de 23%. O saldo da greve foi considerado favorável aos trabalhadores, pois se ampliou então a sindicalização. Surgiu também um comando intersindical que deu origem, por sua vez, ao Pacto da Unidade Intersindical, estrutura independente do Ministério do Trabalho.

A crescente mobilização dos trabalhadores do início dos anos 1950 marcou também o surgimento de uma nova liderança no campo do trabalhismo, o político gaúcho João Goulart, o Jango, alçado à presidência nacional do PTB em 1952. Jango recebeu a tarefa de aproximar os trabalhadores do governo, substituindo Segadas Viana no Ministério do Trabalho, em junho de 1953, em meio à onda grevista. Depois de empossado, o novo ministro suspendeu as intervenções nos sindicatos, diminuiu

a perseguição aos comunistas e defendeu a implementação de um novo projeto de reformas sociais, que contaria com a participação dos trabalhadores.

A atuação de João Goulart no Ministério do Trabalho despertou, entretanto, os temores da oposição liberal a Vargas, capitaneada uma vez mais pela UDN, que via no jovem político gaúcho a personificação do projeto de instalação de uma “república sindicalista” no Brasil. Como seus antecessores, Jango não conseguiu permanecer por muito tempo no cargo, vindo a renunciar em fevereiro de 1954, diante da reação suscitada por sua proposta de duplicação do salário mínimo. Teve início a aproximação da oposição udenista com os setores das Forças Armadas na conspiração pela deposição de Vargas. Mesmo com a saída de Jango do governo, a proposta de duplicação do salário mínimo foi aprovada pelo presidente, sendo anunciada nas comemorações do 1º de maio daquele ano.

O temor da república “sindicalista” marcou novamente os acontecimentos de agosto de 1954, quando denúncias de corrupção envolvendo auxiliares de Getúlio Vargas e suspeitas de seu envolvimento no atentado contra o jornalista Carlos Lacerda antecederam o suicídio do presidente. O projeto nacional popular seria então recuperado como principal legado de Getúlio ao PTB, sintetizado em sua famosa carta-testamento.



Trabalhismo e populismo

Os primeiros cientistas sociais que estudaram a participação dos trabalhadores na política e sua vinculação ao projeto do PTB e a Vargas propuseram o enquadramento desse fenômeno através do conceito de populismo. Autores como Octávio Ianni, em *O colapso do populismo no Brasil*

(1968), consideravam esse fenômeno como um “desvio” na formação da consciência operária, resultante da rápida transformação da sociedade agrária tradicional através da urbanização e da industrialização. Segundo essa interpretação, a classe trabalhadora, por ser originária do meio rural, mostrava-se incapaz de estruturar laços de solidariedade e não tinha tradição de luta. Por esse motivo, quando os setores populares exigiram participação política e direitos sociais, foram atendidos por práticas personalistas e clientelistas. Para Francisco Weffort, em *O populismo na política brasileira* (1978), o populismo resultou da combinação de repressão estatal com a manipulação política e o atendimento de demandas dos assalariados. Segundo este autor, o processo de transformação da sociedade brasileira, iniciado com a Revolução de 1930, dera origem a um “Estado de compromisso” definido por certa ambiguidade, ou seja, havia o controle do Estado sobre as massas e ao mesmo tempo o atendimento parcial de suas demandas. Já Angela de Castro Gomes, em *A invenção do trabalhismo* (1988), propôs que as relações entre Estado e trabalhadores urbanos configuravam um pacto político, definido por certa reciprocidade, ainda que desproporcional. Ao recusar a ideia de manipulação ou a noção de imaturidade dos trabalhadores como fatores explicativos, a autora propõe o emprego do conceito de trabalhismo, em vez do de populismo, por considerar este último insuficiente para dar conta do protagonismo dos trabalhadores nos processos analisados. Outros autores, como John French, preferem continuar a usar o conceito de populismo para definir o complexo sistema que criou ao mesmo tempo a legislação trabalhista e as agências policiais especializadas no controle do movimento sindical, defendendo a operacionalidade da noção de aliança entre trabalhadores e Estado.



Atende ao Objetivo 3

3.

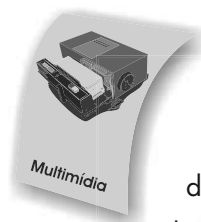
Opondo-se às versões de outorga, artificialidade e fraude burguesa que caracterizam as análises sobre a legislação trabalhista, John French considera que a CLT (Confederação das Leis do Trabalho) foi um poderoso substrato dos conflitos a partir do qual as demandas por justiça e a existência de injustas condições de trabalho combinavam-se para criar uma poderosa “consciência legal”, ou seja, como os trabalhadores pensavam a lei e como suas ideias transformavam-se ao interagirem com ela (SILVA; COSTA, 2001, p. 233).

Tendo em vista as ideias contidas no texto selecionado, explique por que John French não considera como uma fraude a aprovação da legislação trabalhista no Brasil.

Resposta Comentada

French discorda do entendimento de que os trabalhadores foram “manipulados” pelos líderes populistas, não considerando a legislação trabalhista como uma fraude porque as medidas aprovadas atendiam a demandas surgidas no próprio movimento sindical. Os trabalhadores utilizaram-se da política e da legislação trabalhistas como um horizonte em suas lutas.



**Indicações de site**

Amorj – Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro.

<http://www.ifcs.ufrj.br/~amorj/>

O Arquivo da Memória Operária do Rio de Janeiro é um núcleo de pesquisa e documentação na Universidade Federal do Rio de Janeiro voltado para a preservação do patrimônio referente à história dos trabalhadores e suas organizações. Reúne em seu acervo documentos, periódicos, iconografia e material sonoro e audiovisual de diversas instituições e lideranças sindicais.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3

A classe trabalhadora (...) nunca renunciou à ação direta, à greve, ao voto em candidaturas de esquerda e à sua auto-organização. Valeu-se, ainda, de acordos com políticos como Getúlio, JK, Jânio e Jango, que lhe prometeram tolerância no cumprimento do programa trabalhista. Em represália, não só o “pai dos pobres”, mas assim também os liberais recorreram à repressão política, para dominar a cena. Embora tenha conseguido aproximar o proletariado das políticas públicas, o corporativismo da estrutura sindical não conseguiu aplicar sua meta de enquadrar o nascimento, a vida e a morte do associativismo trabalhista dentro do Ministério do Trabalho (Antonio Luigi Negro e Fernando Teixeira da Silva. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). (FERREIRA; DELGADO, 2003, p. 90).

Reflita sobre o texto anterior e explique por que, segundo seus autores, não foi possível enquadrar o movimento sindical no âmbito do Ministério do Trabalho.

Resposta Comentada

A política trabalhista, inaugurada por Getúlio Vargas no Estado Novo, que teve continuidade no período democrático na ação do Ministério do Trabalho e do Partido Trabalhista Brasileiro, tinha por objetivo exercer um controle sobre o movimento sindical e os trabalhadores urbanos. O movimento sindical, no entanto, envolvido na luta contra a carestia e pela melhoria dos salários e das condições de trabalho, guardou certa autonomia em relação à política ministerial. Contribuíram para este resultado as dificuldades dos diversos governos para efetivar a agenda trabalhista e também a presença de outras correntes no movimento sindical, como os comunistas. Esta situação levava às intervenções do governo nas organizações de trabalhadores, abatendo-se a repressão sobre suas lideranças.

CONCLUSÃO

Em que pesem os esforços realizados por Getúlio Vargas no sentido de implementar uma agenda de desenvolvimento econômico nacional e popular com apoio de trabalhadores, seu segundo período como presidente da República (1951-1954) foi marcado por séria instabilidade política. Vargas sofreu a oposição dos liberais, representada pela UDN, e enfrentou a mobilização dos

trabalhadores e a ação do Partido Comunista do Brasil, na luta contra a carestia e por maior autonomia do movimento sindical. A intenção de atender à pauta trabalhista, manifestada pelo ministro do Trabalho João Goulart e pelo próprio Vargas, levaria ao agravamento da crise política. Determinou, também, o alinhamento da oposição liberal com setores das Forças Armadas em prol da deposição ou da renúncia do presidente.

RESUMO

Criado em 1945, o Partido Trabalhista Brasileiro marcou sua atuação no período democrático que se iniciou com a posse do presidente Dutra pela presença no movimento sindical e pela doutrina trabalhista. Pautado pelo culto a Getúlio Vargas, o trabalhismo brasileiro mobilizava outros elementos importantes, como o projeto de desenvolvimento econômico em bases autônomas e a defesa do legado do Estado Novo, no que se refere à garantia de direitos aos trabalhadores urbanos.

Esse espaço de atuação era disputado pelo Partido Comunista Brasileiro, que atuou na legalidade entre 1945 e 1948. Neste período, o PCB sofreu um deslocamento à esquerda, dentre as correntes em atividade no movimento sindical, associando-se ao projeto nacionalista do PTB, mas também à defesa de um sindicalismo independente da vinculação ao Ministério do Trabalho.

As relações entre trabalhadores e política no período após 1945 foram analisadas por diversos estudiosos, através dos conceitos de populismo e trabalhismo. A primeira concepção pode ser associada à ambiguidade que caracteriza o processo de afirmação de direitos, pelos trabalhadores, ao mesmo tempo que o governo exerce seu controle sobre o movimento sindical. Já o conceito de trabalhismo sugere a existência de um pacto político, ainda que desigual, entre trabalhadores e Estado.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, você vai estudar o debate sobre o desenvolvimentismo, que orientou as ações de planejamento econômico no Brasil, a partir do governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961).

Aula 8

Economia e industrialização: o debate nacional- desenvolvimentista

Monica Piccolo Almeida

Meta da aula

Analisar as bases do projeto político-econômico brasileiro nos anos 1950, após 1945, que consolidaram um novo modelo de organização estatal: o chamado “Estado nacional-desenvolvimentista”

Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

1. identificar os principais projetos e estratégias de desenvolvimento que estavam em debate na década: neoliberal, desenvolvimentista-nacionalista e nacionalista radical;
2. avaliar o significado da expressão “nacional-desenvolvimentismo” no contexto de reestruturação da ação estatal ao longo do governo de Eurico Dutra (1947-1951) e do segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954);
3. identificar os desdobramentos político-econômicos do “nacional-desenvolvimentismo” para a composição do cenário de profunda crise que marcou os primeiros anos da década de 1960.

Pré-requisitos

Para acompanhar esta aula, você precisa ter estudado o processo político da redemocratização pós-1945 (Aula 6), para que seja possível estabelecer as vinculações entre o cenário político e a orientação econômica que norteou a ação estatal. É importante que você consiga identificar os conceitos de populismo e trabalhismo empregados na análise do período democrático entre 1945 e 1964.

INTRODUÇÃO

Nas aulas anteriores, você aprendeu que, a partir de 1942, começou a ser desenhada a crise política que levou ao fim do Estado Novo. Em meio a tal crise e na tentativa de detê-la, o próprio governo não apenas permitiu como também incentivou a formação de novos partidos políticos. Nesse contexto de retorno dos instrumentos democráticos, deu-se a eleição de Eurico Gaspar Dutra. A partir de então desenhou-se um intenso embate entre os distintos projetos de condução da política econômica.

Você aprendeu também que o trabalhismo brasileiro mobilizava um projeto de desenvolvimento econômico em bases autônomas, ao lado da defesa do legado da política social e trabalhista do Estado Novo.

Agora, vamos estudar as linhas centrais desse projeto e a orientação econômica que predominou ao longo do governo de Dutra (1947-1951), do segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) e do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). O que estava em jogo, como veremos, era a consolidação do nacional-desenvolvimentismo e o fortalecimento da ação estatal na condução do principal objetivo governamental: o desenvolvimento da industrialização.

Os embates em torno das estratégias do desenvolvimento

Segundo Thomas Skidmore (1982), após o fim do Estado Novo teve início um intenso debate acerca da estratégia de desenvolvimento que deveria prevalecer na condução da política econômica nacional. Havia três grandes projetos em disputa: o neoliberal, o desenvolvimentista-nacionalista e o nacionalista radical.

A fórmula neoliberal sustentava-se na suposição de que o mecanismo de preços deveria ser respeitado como a determinação fundamental da economia. As medidas fiscais e monetárias, assim como a política de comércio exterior, deveriam seguir os princípios ortodoxos estabelecidos pelos teóricos e praticantes da política dos bancos centrais dos países industrializados. Os orçamentos governamentais deveriam ser equilibrados e as emissões de moeda, severamente controladas. A entrada do capital estrangeiro deveria ser estimulada, e as restrições à livre movimentação do capital internacional, completamente eliminadas.

O principal porta-voz desta fórmula era o economista Eugênio Gudin, que contava com o apoio das principais cadeias de jornais, como o jornal *O Globo*, e o vasto império editorial de Assis Chateaubriand, os Diários Associados. Politicamente, o projeto neoliberal tinha na União Democrática Nacional (UDN) seu maior defensor.

O segundo projeto era o desenvolvimentista-nacionalista, que, em 1950, estava em fase preliminar de formulação. Coube às pesquisas da Comissão Econômica para a América Latina – Cepal – o papel de lhe conferir maior consistência teórica e empírica.

No Brasil, segundo Skidmore, as origens do nacional-desenvolvimentismo podem ser identificadas no nacionalismo dos tenentes e nos esforços industrializantes do Estado Novo. Nesse projeto, defendia-se que o país se defrontava com uma necessidade imperiosa de industrialização que requeria uma nova estratégia de desenvolvimento diante do fracasso do liberalismo. Assim, a nova estratégia deveria visar a uma economia mista na qual o setor privado receberia novos incentivos na proporção de um determinado número de prioridades de investimento. Ao mesmo tempo, o Estado interviria mais diretamente, através das empresas estatais e das empresas de economia mista, no sentido de romper os **pontos de estrangulamento** e assegurar o investimento em áreas nas quais o setor privado não tivesse condições de atuar.

Pontos de estrangulamento

Segundo esse conceito, existiam setores críticos obstruindo o funcionamento da economia, devendo o planejamento governamental ter como objetivo primeiro sua eliminação. Na década de 1950, eram identificados como “pontos de estrangulamento” os setores de energia e transportes (LAFER, 2001).

Embora houvesse a defesa da importância do capital privado estrangeiro, este só poderia atuar a partir do momento em que fosse estabelecida uma cuidadosa regulamentação pelas autoridades brasileiras.

A fórmula nacional-desenvolvimentista era defendida por um grupo heterogêneo composto por oficiais do Exército, tecnocratas, intelectuais e membros do Partido Social Democrático (PSD) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O núcleo de articulação entre tais segmentos era a defesa de um forte nacionalismo.

O terceiro projeto, o nacionalismo radical, foi apresentado menos como uma fórmula econômica e mais como uma estratégia de polarização no campo das disputas políticas. Baseava-se na suposição de que a estrutura social e econômica vigente era de exploração e exigia uma mudança radical. Assim, o subdesenvolvimento era atribuído a uma aliança natural de investidores particulares e de governos capitalistas, dentro do mundo industrializado. Tal aliança procurava limitar o Brasil eternamente a um papel de subordinação, como exportador de produtos primários, cujos preços eram mantidos em níveis mínimos, e importador de bens manufaturados, cujos preços eram mantidos em níveis altíssimos. Assim, qualquer projeto de industrialização estava destinado ao fracasso, se baseado na cooperação dos países desenvolvidos. O estado de subdesenvolvimento econômico do Brasil era, desta forma, promovido por aqueles setores internos que estavam ligados ao comércio exterior de exportação e importação, ajudados e encorajados pelos empregados brasileiros de firmas estrangeiras, cujos investimentos eram, por natureza, de espoliação. O nacionalismo radical era defendido por grupos de intelectuais de esquerda dentro do PTB e pelo PCB.

Ainda segundo Skidmore, seria um erro considerar esses três projetos como posições facilmente identificáveis, adotadas por grandes grupos de brasileiros a respeito dos aspectos vitais do desenvolvimento econômico. Eram, assim, posições analíticas assumidas por um pequeno número de escritores, políticos, jornalistas

e economistas. No entanto, diante dos principais problemas econômicos do país, tais como os atrasos setoriais, os desequilíbrios regionais, a elevação da taxa da inflação e o desequilíbrio na balança de pagamentos, constituíram-se em respostas importantes. Assim, acabaram por compor a base das orientações da política econômica governamental ao longo do período entre 1945 e 1964. É o que veremos a seguir.

A derrota do modelo liberal

Do ponto de vista de sua política econômica, o governo Dutra foi marcado, em seus primeiros momentos, pela adesão ao chamado “modelo liberal”. Em termos de ação governamental, tal orientação traduziu-se, durante o período de 1946-1947, na condenação à intervenção estatal e na dissolução dos mecanismos de controle instituídos ao longo do Estado Novo (1937-1945). Assim sendo, passou a ser defendida a estreita vinculação entre desenvolvimento do país e controle da inflação à plena liberdade dos mercados, em geral, e à defesa da abertura da economia brasileira às importações.

A nova orientação da política econômica era então viabilizada pelo quadro financeiro positivo construído em função do acúmulo de divisas, fruto das exportações durante a II Guerra Mundial (1939-1945). No entanto, nem mesmo tal acúmulo de divisas foi suficiente para sustentar esse “modelo liberal”. Diante do elevado nível de importações dos mais variados tipos de produtos – favorecidas pela valorização da moeda brasileira –, deu-se o rápido esgotamento das divisas. Assim, frente à escassez das divisas, a orientação liberal do governo começa a ruir.

O ano de 1947, desta forma, marca a reorientação da ação econômica governamental. Em junho, o governo estabeleceu um sistema de licenças para importar que favoreceu a importação de itens essenciais, como equipamento, maquinaria e combustíveis, e estabeleceu barreiras às importações de bens de consumo. A nova política econômica acabou por promover um importante estímulo à

industrialização, na medida em que a moeda nacional, o cruzeiro, foi mantida sobrevalorizada em relação ao dólar, privilegiando, assim, a produção voltada para o mercado interno e desestimulando as exportações. Assim sendo, o abandono do “modelo liberal”, que inicialmente constituía-se em uma resposta governamental diante do desequilíbrio no **balanço de pagamentos** e dos elevados níveis inflacionários, acabou por se transformar em um poderoso instrumento incentivador do desenvolvimento industrial.



Liberalismo

Doutrina que serviu de substrato ideológico às revoluções antiabsolutistas que ocorreram na Europa (Inglaterra e França, basicamente) ao longo dos séculos XVII e XVIII, e à luta pela independência dos Estados Unidos. Correspondendo aos anseios de poder da burguesia, que consolidava sua força econômica ante uma aristocracia em decadência, amparada no absolutismo monárquico, o liberalismo defendia: 1) a mais ampla liberdade individual; 2) a democracia representativa com separação e independência entre três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário); 3) o direito inalienável à propriedade; 4) a livre iniciativa e a concorrência como princípios básicos capazes de harmonizar os interesses individuais e coletivos e gerar o progresso social. Segundo o princípio do *laissez-faire*, não há lugar para a ação econômica do Estado, que deve apenas garantir a livre concorrência entre as empresas e o direito à propriedade privada, quando esta for ameaçada por convulsões sociais. O pensamento econômico liberal constituiu-se a partir do século XVIII, no processo da Revolução Industrial, com autores como François Quesnay, Stuart Mill, Adam Smith, David Ricardo, entre outros. Para tais autores, a economia,

Balanço de pagamentos

Registro de todas as transações de caráter econômico-financeiro realizadas por residentes de um país com residentes dos demais países. O balanço de pagamentos é constituído pelas contas de comércio, de serviço, transferências unilaterais e movimentos de capital. A soma das transações correntes e do movimento de capitais proporciona o resultado final do balanço de pagamentos. Se as receitas totais (entradas) superarem as despesas totais (saídas), o balanço de pagamentos apresentará um superávit; se ocorrer o inverso, haverá um déficit; se os valores forem equivalentes, o balanço de pagamentos estará equilibrado (SANDRONI, 2005).

tal como a natureza física, é regida por leis universais e imutáveis, cabendo ao indivíduo apenas descobri-las para melhor atuar segundo os mecanismos dessa ordem natural. Só assim poderia o *Homo economicus*, livre do Estado e da pressão de grupos sociais, realizar sua tendência natural de alcançar o máximo de lucro com o mínimo de esforço. Os princípios do *laissez-faire* aplicados ao comércio internacional levaram à política do livre-cambismo, que condenava as práticas mercantilistas, as barreiras alfandegárias e protecionistas (SANDRONI, 2005).

Segundo Boris Fausto (1996, p. 404), nos dois últimos anos do governo Dutra foram alcançados resultados expressivos no plano do crescimento econômico. A partir de 1947, o crescimento começou a ser medido mais eficientemente através da apuração anual do PIB, que abrange o valor da produção agrícola e industrial, assim como dos serviços prestados, incluindo os serviços de intermediação correspondentes ao comércio. Assim, tomando-se como referência o ano de 1947, o PIB cresceu em média 8% ao ano, entre 1948 e 1950. Em contrapartida, a repressão ao movimento sindical permitiu que fosse imposta uma compressão de salários. Calcula-se que, entre 1949 e 1951, o aumento do custo de vida foi de 15% em São Paulo e de 23% no Rio de Janeiro, enquanto o salário médio cresceu 10,5% em São Paulo e 12% no Rio de Janeiro.

A nova orientação da política econômica do governo Dutra a partir de 1947 traduziu-se em importantes realizações, tais como a elaboração do Plano Salte (saúde, alimentação, transporte e energia), primeiro planejamento global de nossa economia; a pavimentação da rodovia Rio–São Paulo e a instalação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf).

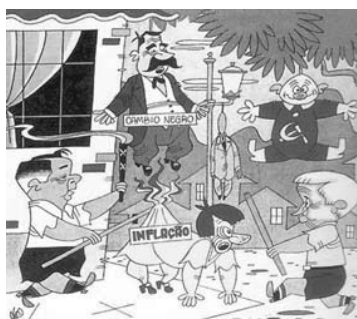
A política externa do período foi marcada pelo alinhamento com os Estados Unidos no contexto da Guerra Fria. Em 1946, o governo brasileiro rompeu relações com a União Soviética, e, em 1948, foi criada a Missão Abbink, uma comissão mista brasileira e norte-americana, cujo objetivo era analisar a economia brasileira e traçar novas diretrizes econômicas para o país.

No processo sucessório, concorreram os seguintes candidatos: Getúlio Vargas (PTB-PSP); Eduardo Gomes (UDN); Cristiano Machado (PSD) e João Mangabeira (PSB). Getúlio Vargas foi eleito presidente com 48,7% dos votos.

As novas orientações da política econômica a partir de 1947, marcadas pelo abandono do “modelo liberal” e o retorno de Getúlio Vargas ao poder, construíram as condições favoráveis para a consolidação do novo padrão de relação entre Estado e sociedade que emergirá nos anos 1950.



Atende ao Objetivo 1



Correa e Castro: O meu Judas eu o queimei na época da Semana Santa, mas os seus, você poderá malhá-los durante o ano inteiro!

1. Nessa charge, publicada em 1947, são destacados os principais problemas que o governo Dutra enfrentava. Identifique-os e explique de que forma a política econômica foi reorientada para resolução, inserindo tal reorientação nas propostas que se apresentavam para promoção do desenvolvimento econômico: a neoliberal, a nacional-desenvolvimentista e a nacionalista radical.

Resposta Comentada

A charge faz referência ao problema do câmbio, da inflação e à sempre presente "ameaça comunista". Para resolução dos problemas econômicos, como o desequilíbrio no balanço de pagamentos, fruto da orientação que predominou nos dois anos iniciais do governo Dutra de liberação das importações, deu-se o abandono do "modelo liberal" com o estabelecimento de instrumentos regulatórios para as importações. Além disso, consolidou-se a primeira estratégia de planejamento econômico: o Plano Salte.

O segundo governo Vargas: nacionalismo e industrialização

Como um dos mais autênticos representantes da política populista, Vargas chega ao poder com um discurso marcado pela defesa dos interesses populares, pela ampliação da intervenção do Estado na economia e pela acirrada defesa do nacionalismo.

Dentre as principais realizações do segundo governo Vargas destacam-se, no plano social, a ampliação de sua base de manobra política, através da formação de um ministério pluripartidário,

com representantes não só do PSD e do PTB, mas também do PSP e da própria UDN; o envio ao Congresso, em 1952, do projeto de nacionalização do petróleo por meio da criação da Petrobras (1953), o que gerou uma grande polêmica; seguindo os rumos da política populista, em 1º de maio de 1954, seu ministro do Trabalho, João Goulart, propôs o aumento do salário mínimo em 100%. A reação dos grupos dominantes foi tão grande que Goulart não só cancelou a medida como acabou por renunciar ao cargo.

No plano econômico, destacam-se a criação da Comissão de Desenvolvimento Econômico Conjunta Brasil-EUA (1951-1953); a elaboração do Plano Lafer, que tinha como objetivo a superação da inflação, do desequilíbrio na balança de pagamentos, a aquisição de equipamentos e o desenvolvimento do setor energético, do setor de transporte e gêneros alimentícios; a criação da Cofap (Comissão Federal de Abastecimento e de Preços); a criação do BNDE em 1952 (diretamente orientado para acelerar o processo de diversificação industrial), do Banco do Nordeste do Brasil e da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA).

Assim, no início da década de 1950, ao promover as medidas listadas no parágrafo anterior, o governo tinha como objetivo principal incentivar o desenvolvimento econômico, com ênfase na industrialização. Também foram realizados investimentos públicos no sistema de transportes e de energia, com a abertura de um crédito externo de 500 milhões de dólares. Foi ampliada a oferta de energia para o Nordeste e foi equacionado o problema do carvão nacional.

Ao mesmo tempo que tratava de dinamizar a economia, o governo Vargas deparava-se com uma crescente espiral inflacionária. Ao tomar posse em 1951, a inflação anual encontrava-se na taxa de 11,9% ao ano. Em 1953, alcançou o patamar de 20,8% (SANTOS, 1990, p. 40).

A pressão inflacionária foi desencadeada por uma série de fatores, tais como: i) a forte alta dos preços internacionais do café, em 1949, que gerou um aumento da receita em divisas que, ao serem convertidas em moeda nacional, promoveram a elevação do volume

de cruzeiros em circulação, estimulando, assim, a procura de bens e o aumento de preços; ii) a eclosão da Guerra da Coreia (1950-1953), que gerou o endividamento do governo no exterior, com o financiamento de importações adicionais em função do diagnóstico de que a guerra promoveria o aumento de preços e dificuldades para as importações; iii) o estímulo à expansão industrial, que acarretava elevações de custos e do preço final dos produtos, além de ser viabilizado pela concessão de crédito fácil ao setor privado por parte dos bancos oficiais.



Guerra da Coreia

Conflito militar que se desenvolveu de 1950 a 1953, opondo a Coreia do Norte e a China, por um lado, e a Coreia do Sul, os Estados Unidos e as forças das Nações Unidas, por outro. Ao final da II Guerra Mundial, em 1945, a Coreia foi dividida em duas zonas de ocupação – uma norte-americana, ao sul, e outra soviética, ao norte –, que correspondem ao antagonismo da Guerra Fria. Os dois setores são separados pelo paralelo 38°, como ficou estabelecido na Conferência de Potsdam.

Dirigentes do Partido Comunista Coreano (PCC) assumiram posições de comando na zona soviética. As negociações para a unificação fracassaram e, em 1948, foram criados dois Estados distintos: a Coreia do Norte (República Democrática Popular da Coreia) e a Coreia do Sul (República da Coreia). A primeira é ligada ao bloco soviético e a segunda, pró-ocidental. Os dois governos reivindicam jurisdição sobre a totalidade do território coreano, o que torna a área de fronteira uma região de tensões e incidentes. Após a retirada das tropas da URSS, em 1948, e dos EUA, em 1949, teve início uma intensa batalha propagandística entre os dois países.

Em 25 de junho de 1950, tropas da Coreia do Norte, a pretexto de violação do paralelo 38°, realizaram um ataque surpresa e invadiram o Sul. É uma tentativa de unificar o país sob o regime comunista. No mesmo dia, o Conselho de Segurança da ONU, aproveitando-se da ausência do representante da URSS, declarou a República Popular agressora e nomeou o general norte-americano MacArthur para chefiar tropas de intervenção na Coreia.

Em 15 de setembro, forças da ONU, compostas quase totalmente de soldados dos EUA, sob o comando de MacArthur, lançaram uma contraofensiva em Inchon. A URSS não se envolveu diretamente, limitando-se a dar ajuda militar aos norte-coreanos. Os combates foram violentos, e as tropas da ONU avançaram pelo território da Coreia do Norte. No final de outubro, os norte-coreanos foram empurrados de volta para o rio Yalu, próximo à fronteira chinesa. Ameaçado, o governo da China entrou na guerra, com uma grande ofensiva que forçou o recuo das tropas de MacArthur. Em 4 de janeiro de 1951, os chineses conquistaram Seul, capital da Coreia do Sul.

Uma nova ofensiva norte-americana, entre fevereiro e março, empurrou as tropas chinesas e norte-coreanas de volta ao paralelo 38°. Daí em diante, as posições permaneceram inalteradas em mais dois anos de combate, com muitas baixas de ambos os lados. A paz veio somente com o Armistício de Panmunjom, assinado em 27 de julho de 1953. O acordo manteve a fronteira definida em 1948 e estabeleceu uma zona desmilitarizada entre as duas Coreias. O conflito, no entanto, continua sem solução definitiva e provoca tensões entre os dois países até hoje.

Sumoc

A Superintendência da Moeda e do Crédito foi criada pelo Decreto-Lei nº 7.293, de 2 de fevereiro de 1945. Sua criação foi proposta em 1944 por Otávio Gouveia de Bulhões ao ministro da Fazenda, Artur de Sousa Costa, como instituição que constituiria o embrião do futuro Banco Central do Brasil. Assim, no momento de sua criação a Sumoc possuía dois objetivos centrais. O primeiro dizia respeito à tentativa de coordenação das políticas monetária e creditícia, em particular de controle seletivo do crédito estendido pelo Banco do Brasil. O segundo ligava-se à necessidade de um interlocutor técnico privilegiado com as instituições financeiras internacionais criadas em Bretton Woods, nos Estados Unidos, em 1944, e destinadas a supervisionar, sob a hegemonia norte-americana, a ordem econômica internacional do pós-guerra (Sumoc).

Diante desse quadro inflacionário, o governo realizou uma reforma ministerial e implementou duas importantes medidas na área econômica. Em primeiro lugar, o novo ministro da Fazenda, Oswaldo Aranha, colocou em vigor um novo programa, chamado de “Plano Aranha”, que tinha como objetivo controlar a expansão do crédito e o câmbio flexível. Assim, a maior flexibilidade cambial destinava-se a restaurar a capacidade de competição das mercadorias exportadas e favorecer as importações de bens considerados básicos para o desenvolvimento econômico do país.

Soma-se a esse novo programa a aprovação da Instrução nº 70 da Superintendência da Moeda e do Crédito (**Sumoc**), que introduziu o confisco cambial. Foi fixado, assim, um valor mais baixo para o dólar recebido pelos exportadores de café no momento de conversão para a moeda nacional. Tal medida significava que o governo ficava com uma parte dos dólares obtidos pela exportação do café, com o objetivo de financiar projetos considerados prioritários. O confisco cambial, desta forma, transformou-se em um instrumento de transferência de receitas do setor cafeeiro para outros setores econômicos, principalmente a indústria.

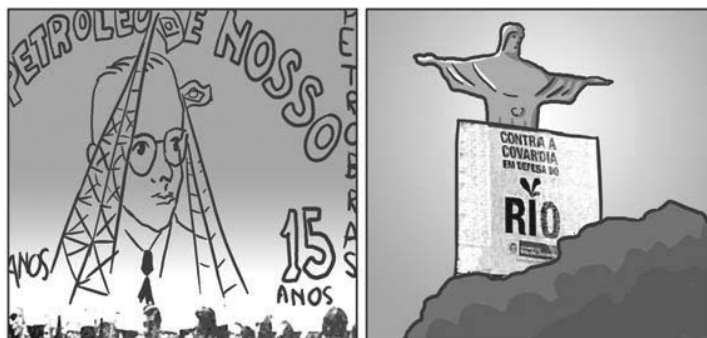
Na composição do quadro de dificuldades econômicas do período, destaca-se também a importante alteração da política externa norte-americana a partir de 1953 com a chegada ao poder do general Eisenhower. Além de converter o anticomunismo em uma verdadeira cruzada, o governo dos Estados Unidos adotou uma nova orientação em suas relações com os países em desenvolvimento. A assistência estatal foi substituída pelos investimentos privados. Assim, o acesso do governo brasileiro a créditos públicos para realização de obras de infraestrutura e para cobertura de déficits no balanço de pagamento foi reduzido sensivelmente.

Pelo quadro apresentado, fica claro que a economia brasileira chegou à década de 1950 apresentando problemas estruturais cuja solução passava obrigatoriamente por uma decisiva ação estatal.

Segundo Thomas Skidmore, o papel exato da intervenção estatal dependeria da estratégia de desenvolvimento escolhida. Tendo o governo Dutra ensaiado uma breve tentativa de retorno parcial às medidas do liberalismo econômico, abandonada a partir de 1947, o papel central da ação estatal na condução da política econômica assume o centro da agenda governamental. Os controles cambiais estabelecidos em 1947-1948 e o Plano Salte eram os primeiros passos para a retomada pelo Governo Federal do papel que viria a desempenhar na economia durante os anos do segundo governo Vargas. A estrutura corporativista imposta à economia durante o Estado Novo tinha sido apenas parcialmente desmontada no governo Dutra. As permanências, assim, garantiriam ao Governo Federal mecanismos para a implementação do dirigismo econômico.



Atende ao Objetivo 2



2. Os *slogans*, presentes nas duas imagens, indicam diferenças substantivas envolvendo o debate acerca da exploração do petróleo. Com base na análise das imagens e considerando os distintos contextos, explique os projetos e os conflitos políticos

relacionados à exploração do petróleo nos dois momentos retratados pelas imagens, ou seja, o período de 1940 a 1950 e os dias atuais (levando em conta as discussões ocorridas entre os anos de 2009 e 2010).

Resposta Comentada

No período de 1940 a 1950, o projeto de criação da Petrobras como detentora do monopólio da exploração do petróleo no Brasil dividiu as elites políticas, estabelecendo um conflito entre elas. Os nacionalistas apoiavam o projeto monopolista (*O petróleo é nosso*), enquanto os defensores da iniciativa privada, os chamados “entreguistas”, duvidavam da eficácia do monopólio. Desde 2009, a proposta de exploração do petróleo no pré-sal exigiu a criação de um novo modelo de exploração e divisão das riquezas, pois a Petrobras já não tem o monopólio da exploração e distribuição do petróleo. A questão da distribuição dos lucros (*royalties*) motivou uma emenda parlamentar que pretende distribuir igualmente os lucros entre todos os estados, retirando dos estados produtores as vantagens antes auferidas. Nesse conflito contemporâneo está em jogo a questão federativa: se o petróleo é nosso, tem de ser dividido igualmente; entretanto, deve-se considerar que a própria Constituição protege os interesses dos estados produtores, daí a polêmica e a reação do Rio de Janeiro, que acusa a emenda de covardia.



A consolidação do nacional-desenvolvimentismo

Em que pese a força política de Getúlio Vargas, o ano de 1954 foi marcado pela intensificação dos elementos constitutivos de uma enorme crise política. Dentre os fatores responsáveis pela crise no governo Vargas, que acabou por levar a seu suicídio no dia 24 de agosto de 1954, destacam-se:

- a forte oposição da UDN que, sob a liderança de Carlos Lacerda, acusava Vargas não só de atos corruptos, como também de querer instalar no Brasil uma república sindicalista, aos moldes da argentina peronista;
- a oposição dos grupos ligados ao capital estrangeiro, que se sentiam prejudicados com a política nacionalista do governo;
- o atentado a Carlos Lacerda, na rua Toneleros, onde o major da Aeronáutica Rubens Vaz foi morto. As investigações acabaram por chegar a Gregório Fortunato, principal guarda-costas do presidente.
- as pressões pela renúncia das Forças Armadas.

Após o suicídio de Vargas em 1954, a presidência foi entregue ao vice, Café Filho, que se aproximou da UDN, desarticulou as forças sindicais e favoreceu a iniciativa privada e os investimentos estrangeiros.

Nas eleições presidenciais, mais uma vez a aliança PSD-PTB saiu vitoriosa. A chapa Juscelino Kubitschek – João Goulart, com 36% dos votos, derrotou o candidato udenista Juarez Távora.

A posse de Juscelino, todavia, foi ameaçada por uma tentativa golpista da UDN, que alegava que os eleitos não haviam conseguido a maioria absoluta dos votos. O golpe foi abortado pelo ministro da guerra Henrique Lott.

Por motivos de saúde, Café Filho foi afastado. Em seu lugar, assumiu o presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz, que tentou dar prosseguimento ao projeto golpista da UDN. O contragolpe foi reorganizado e, com o respaldo do general Lott, Carlos Luz foi deposto. A presidência, então, passou para as mãos do presidente do Senado, Nereu Ramos, que garantiu a posse dos eleitos em 31 de janeiro de 1956.

O governo de Juscelino foi marcado por intenso crescimento econômico. O principal lema era "cinquenta anos de progresso em cinco de governo".

A política econômica do governo baseou-se no chamado *Plano de Metas* que abrangia 31 metas, distribuídas em cinco grandes grupos: energia, transporte, alimentação, indústria e educação, a que se somava a construção de Brasília (considerada como a meta síntese do plano).

Para que essa ambiciosa agenda pudesse ser operacionalizada, o governo criou a chamada "administração paralela", que se somava à administração pública existente ou a novas entidades. Outras mudanças incluíram a substituição do Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS) pela Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), com o objetivo de integrar a região nordestina ao mercado nacional, subordinada diretamente ao presidente da República. O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (Iseb), órgão fundado em 1955, ganhou importância, pois o Poder Executivo procurou fazer com que funcionasse como órgão de assessoria e de apoio ao Programa de Metas. Foi criado também o Conselho do Desenvolvimento, vinculado à Presidência da República e principal executor do Plano de Metas.

Para garantir a realização destas metas, o governo optou pela emissão monetária e pela abertura ao capital externo. Estas opções levaram a uma desenfreada inflação e a uma acentuada dependência ao capital externo.

O processo de industrialização do Brasil desenvolveu-se a partir da entrada de capitais estrangeiros, favorecida pela atuação da Sumoc. As empresas estrangeiras assumiram o controle das indústrias-chave de nossa economia e recuperaram rapidamente seus investimentos através de altos lucros e da remessa desses para o exterior.

Além da infraestrutura e dos privilégios fiscais garantidos pelo governo, as multinacionais que entraram no país naquele momento também eram atraídas pelos baixos salários dos operários e pela abundância de matérias-primas.

Foram também realizações do governo Juscelino:

- a transferência da capital federal da cidade do Rio de Janeiro para a recém-construída Brasília;
- a criação do Grupo de Estudos da Indústria Automobilística (Geia), com o objetivo de transformar esta indústria na principal base de crescimento da economia nacional;
- a criação do Grupo Executivo da Indústria da Construção Naval (Geicon), visando ao desenvolvimento da indústria de base.

Os pressupostos do Programa de Metas e as principais realizações do governo podem ser considerados como elementos indicativos da consolidação do nacional-desenvolvimentismo como principal orientação da política econômica nacional. No entanto, para que tal afirmação possa ser realmente entendida, torna-se necessária a retomada das linhas centrais que conduziram a política industrial nos momentos anteriores à posse de Juscelino.

Ao longo do governo de Dutra (após 1947) e do segundo governo Vargas, predominou a política de substituição de importações respaldada pela ampliação da receita das exportações, em consequência da Guerra da Coreia, que possibilitou ao governo, através do mecanismo de confisco cambial (que correspondia à apropriação de parte da receita em moeda estrangeira obtida com

a operação de exportação de produtos primários, principalmente o café), concentrar em suas mãos recursos que foram destinados a incentivar a industrialização. Frequentemente, a política de substituição de importações encontrava-se vinculada à orientação nacionalista, que era, então, vista como um importante instrumento de superação do subdesenvolvimento. Era assim sustentada pelos nacionalistas, afirma Boris Fausto (1996), a necessidade de controle pelo Estado da infraestrutura (transportes, comunicações, energia) e da indústria básica, ficando as outras áreas da atividade econômica nas mãos da empresa privada nacional. Sem chegar a recusar em princípio o capital estrangeiro, insistiam na necessidade de só aceitá-lo com muitas restrições, seja quanto à área dos investimentos, seja quanto aos limites à remessa de lucros para o exterior. É exatamente sobre esse ponto que recai a principal inflexão da política econômica implementada pelo governo Juscelino.

Embora também sejam importantes características do governo JK a promoção da ampla atividade do Estado tanto no setor de infraestrutura como no incentivo direto à industrialização, como as medidas listadas anteriormente podem demonstrar, a posição diante do capital estrangeiro diferenciou-se daquela adotada nos governos Dutra e Vargas. Para o “presidente bossa-nova”, como Juscelino era conhecido, o capital estrangeiro deveria ser atraído, inclusive com facilidades. Assim, o governo permitiu uma intensa utilização da Instrução 113 da Sumoc, que autorizava as empresas a importar equipamentos estrangeiros sem cobertura cambial, isto é, sem depósito correspondente em moeda estrangeira para pagamento das importações. Para que tal prerrogativa pudesse ser utilizada, a empresa estrangeira beneficiada deveria possuir, no exterior, os equipamentos a serem transferidos para o Brasil ou recursos para pagá-los. Assim, as empresas estrangeiras que cumpriam tais condições ficaram em posição privilegiada para transferir equipamentos de suas matrizes e integrá-los a seu capital no Brasil. A Instrução 113, desta forma, constituiu-se em um poderoso instrumento para viabilizar investimentos estrangeiros em

áreas consideradas prioritárias pelo governo, ou seja, a indústria automobilística, os transportes aéreos, as estradas de ferro, a produção de aço e o setor elétrico.

A partir dessas considerações, pode-se chegar a uma clara definição da expressão "nacional-desenvolvimentismo": em vez de nacionalismo, sintetiza assim uma política econômica que propunha a interseção entre Estado, empresa privada nacional e capital estrangeiro. O alvo central era a promoção do desenvolvimento industrial.

O quadro anteriormente descrito tornou viável a materialização do principal lema do governo JK: "Cinquenta anos de progresso em cinco de governo." As marcas de tal progresso ficaram impressas no desenvolvimento da indústria nacional, uma vez que o valor da produção industrial cresceu a níveis inéditos, principalmente nos setores de produção de aço, mecânicas, eletricidade, comunicações e material de transporte. Mas a grande vedete do período JK foi, sem sombra de dúvida, a instalação da indústria automobilística. Até esse momento, a empresa nacional mais importante era a Fábrica Nacional de Motores (FNM), instalada em 1942 como fruto da associação entre o capital privado e o estatal.

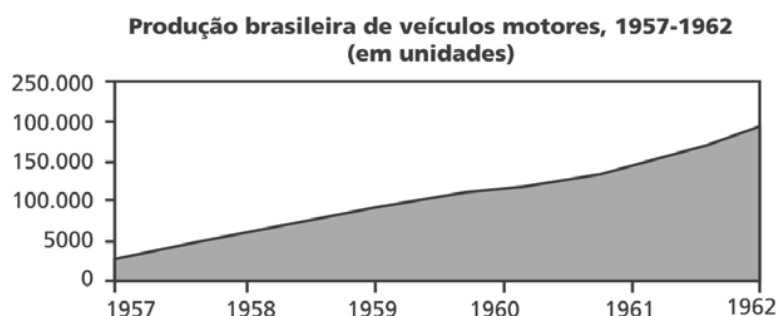
As diretrizes para uma efetiva implantação do setor industrial foram construídas pelo Grupo Executivo da Indústria Automobilística (Geia), cujo eixo de atuação era o desenvolvimento da produção de automóveis a partir do capital privado, especialmente o estrangeiro. Algumas condições atuaram como elementos atrativos para a entrada do capital privado estrangeiro no país, tais como as já apresentadas determinações da Instrução 113 da Sumoc, as potencialidades do mercado consumidor brasileiro, os incentivos fiscais oferecidos pelo governo e a existência de um poderoso exército de mão de obra barata composto pelos trabalhadores nacionais. Estavam, assim, consolidadas as condições para o novo modelo de promoção do desenvolvimento industrial brasileiro: o nacional-desenvolvimentismo.

Apesar dos elevados níveis alcançados no desenvolvimento industrial, importantes desdobramentos da orientação econômica governamental se fizeram sentir ainda durante o período 1956-1960. Em primeiro lugar, o financiamento não só do processo de industrialização como também da construção da nova capital, Brasília, acabou por provocar um profundo desequilíbrio nas contas públicas. Como consequência desse quadro, deu-se um rápido crescimento dos índices inflacionários. Desenhava-se, assim, o cenário que abriria espaço para a primeira grande derrota da base político-partidária hegemônica desde 1945, a aliança PTB-PSD, e para a vitória do candidato opositor Jânio Quadros nas eleições presidenciais de 1960.



Atende ao Objetivo 3

3. Pela leitura do gráfico, pode-se apreender que, na segunda metade da década de 1950, operou-se uma profunda transformação da estrutura industrial brasileira. Esta mudança foi promovida por um conjunto de políticas governamentais implementadas ao longo do governo de Juscelino Kubitschek.



Fonte: Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotivos.

Analise as principais diretrizes da política econômica governamental desse período, destacando o papel exercido pela indústria automobilística.

Resposta Comentada

O eixo do projeto governamental do JK para a promoção do desenvolvimento industrial girava em torno do tripé capital privado nacional, capital estrangeiro e capital estatal (pilares do nacional desenvolvimentismo). Para atração do capital estrangeiro, foram oferecidas certas condições, como redução dos impostos e investimentos estatais em infraestrutura. O setor que mais se destacou foi a indústria automobilística, que se ampliou de forma significativa no período.



Os anos JK

O filme *Os anos JK: uma trajetória política*, de Sílvio Tendler, aborda diversos dos temas trabalhados nesta aula, como a implantação do Programa de Metas e a construção de Brasília. (Distribuidora Caliban, 110 minutos.)

CONCLUSÃO

Embora o período pós-Estado Novo tenha sido marcado pelos embates entre três perspectivas distintas de orientação da política econômica brasileira, acabou por prevalecer aquela implementada ao longo do governo de Juscelino Kubitschek: o nacional-desenvolvimentismo. O ponto central desse programa era a promoção do desenvolvimento industrial a partir da entrada não só do capital estrangeiro como também das empresas multinacionais. A partir da remodelação da estrutura administrativa brasileira, foi organizado o novo padrão de desenvolvimento industrial, que promoveu um enorme crescimento do setor industrial nacional.

Atividade Final

Atende aos Objetivos 1, 2 e 3



Ao longo das décadas de 1950 e 1960, diversos novos bens de consumo estavam sendo incorporados ao cotidiano de parte da população brasileira.

Explique as bases do projeto industrialista no período, indicando suas transformações, e apresente seus principais desdobramentos para o cenário político e econômico brasileiro.

Resposta Comentada

A década de 1950 foi marcada por uma grande inflexão na condução da política econômica nacional. Durante o segundo governo Vargas, prevaleceu a política de substituição de importações na qual o desenvolvimento industrial ficava a cargo do capital nacional e do Estado, e o capital estrangeiro tinha sua área de atuação limitada. A posse de JK alterou esse modelo econômico e consolidou a aliança entre capital privado nacional, capital estrangeiro e estatal. A entrada das empresas estrangeiras e os gastos com importações acabaram por desencadear o desequilíbrio na balança de pagamento e o crescimento da espiral inflacionária. Tal quadro viabilizou a vitória eleitoral da oposição pela primeira vez desde o fim do Estado Novo, em 1945.



RESUMO

Nesta aula, você estudou os distintos projetos de promoção do desenvolvimento industrial brasileiro que foram implementados ao longo do governo de Dutra, do segundo governo de Vargas e, principalmente, do governo de Juscelino Kubitschek. Foram trabalhadas as bases do nacional-desenvolvimentismo, que promoveu um intenso crescimento do setor industrial nacional mas deixou importantes sequelas no cenário político-econômico.

Informação sobre a próxima aula

Na próxima aula, você começará a estudar os elementos constitutivos da conjuntura política, econômica e social que abriram espaço para a organização do movimento militar que destituiu João Goulart em 1964. Os dois primeiros elementos de tal conjuntura a ser analisados são a Escola Superior de Guerra (ESG) e a Doutrina de Segurança Nacional (DSN).

História do Brasil IV

Referências

Aula 1

ABREU, Alzira Alves (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2001.

ARANHA, Oswaldo. Oswaldo Aranha. Depoimento: 1931. Entrevista concedida ao jornal *Correio do Povo* em 14 jun. 1931.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Disponível em: <<http://www.bn.br/portal/>>. Acesso em: 20 jul. 2010.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. 12. ed. Brasília: Ed. UnB, 2002.

BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. *Textos políticos da história do Brasil*. Brasília: Senado Federal/Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

BRANDÃO, Ana Maria (Org.). *A revolução de 1930 e seus antecedentes*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 1980.

BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. *Aliança Liberal: documentos da campanha presidencial*. 2. ed. Brasília, 1982.

CARONE, Edgard. *A Primeira República: texto e contexto (1889-1930)*. 3. ed. São Paulo: Difel, 1976.

DE DECCA, Edgard. *1930: o silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

FAUSTO, B. *A revolução de 1930: história e historiografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da Língua Portuguesa*. [S.L.]: Positivo, 2009.

FGV: Centro de Pesquisa e Documentação. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 20 jul. 2010.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado et al. *A Revolução de 30: textos e documentos*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1981.

JAGUARIBE, Hélio. *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

PARAHYBA, Mulher Macho. Direção: Tizuka Yamasaki. Intérpretes: Tânia Alves; Alberto Amaral; José Mário Austregésilo; Cláudio Marzo; Walmor Chagas e outros. [S.L.]: Embrafilme, 1998.

RAMOS, Guerreiro. *A crise do poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

- SANTA ROSA, Virgínio. *O sentido do tenentismo*. Rio de Janeiro: Schmidt, 1933.
- SANTOS, Wanderley Guilherme. *Introdução ao estudo das contradições sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: ISEB, 1963.
- SKIDMORE, T. *De Getúlio a Castelo*. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1963.
- WEFFORT, Francisco. *Classes populares e política*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras/USP, 1968.

Aula 2

- ABREU, A. A. (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2001.
- ABREU, Marcelo. S. de. Abreu: revolução constitucionalista de 1932: historiografia e história. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RJ, 13, 2008, Rio de Janeiro. *Identities*. Rio de Janeiro: ANPUH/FAPERJ, 2008. Disponível em: <http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1215609388_ARQUIVO_ARevolucãoConstitucionalistade1932.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2009.
- AMARAL, R. O constitucionalismo da era Vargas. In: SILVA, R. M. (Org.). *Getúlio Vargas e seu tempo*. Rio de Janeiro: BNDES, 2005. p. 291-301.
- ARAÚJO, Rita de Cássia B. de. O voto de saias: a Constituinte de 1934 e a participação das mulheres na política. *Estud. Av.*, São Paulo, v.17, n. 49, set./dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-401420030003000009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 jul. 2010.
- BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados: pesquisa em diário. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/diarios.asp>>. Acesso em: 21 jul. 2010.
- CARONE, E. *A Segunda República*. São Paulo: Difel, 1973.
- CARONE, E. *Revoluções do Brasil contemporâneo (1922-1938)*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1989.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da Língua Portuguesa*. [S.L.]: Positivo, 2009.
- FGV: Centro de Pesquisa e Documentação. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 20 jul. 2010.
- GOMES, A. M. de C. Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930-1935). In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil republicano. sociedade e política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Difel, 1986.

MANIFESTO da Liga de Defesa Paulista. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 19 maio 1931.

O PAÍS dos tenentes. Direção: João Batista de Andrade. Produção executiva: Assunção Hernandes. Intérpretes: Paulo Autran; Buza Ferraz; Giulia Gam e outros. Roteiro: João Batista de Andrade. [S.L.]: Embrafilme, 1987.

PANDOLFI, D. C. Os anos 1930: as incertezas do regime. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Org.). *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 15-37. v. 2.

SKIDMORE, T. *De Getúlio a Castelo*. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

Aula 3

ABREU, A. A. et al. (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2001. 5 v.

AO POVO brasileiro: ao povo brasileiro: pela salvação nacional! Nós queremos o cancelamento das dívidas imperialistas; a nacionalização das empresas imperialistas; a liberdade em toda a sua plenitude; o direito do povo – aumentando os salários e ordenados de todos os operários, empregados e funcionários. Disponível em: <http://www.cecac.org.br/mat%E9rias/ANL_Manifesto.htm>. Acesso em: 13 ago 2010.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce. *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

CHACON, Vamireh. *História dos partidos políticos: discurso e práxis dos seus programas*. Brasília: Editora da UNB, 1985.

DINIZ, Eli. O Estado Novo: estrutura de poder relações de classe. In FAUSTO, B. *O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. (História Geral da Civilização Brasileira).

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1996.

FGV. Disponível em: <www.fvg/cpdoc.br>. Acesso 11 ago. 2010.

QUESTÕES. Disponível em: <<http://www.carula.hpg.ig.com.br/fdp7.html>>. Acesso em: 12 nov. 2010.

SKIDMORE, T. *De Getúlio a Castelo*. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 2007.

Aula 4

A CONTROVÉRSIA do planejamento na economia brasileira. 3. ed. Brasília: Ipea, 2010.

ABREU, A. A. et al. (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2001. 5 v.

ABREU, Marcelo de Paiva (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

BOBBIO, N. *Dicionário de política*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

DICIONÁRIO Caldas Aulete gratuito. Disponível em: <<http://pedrodoria.com.br/2007/08/17/dicionario-caldas-aulete-gratuito/>>. Acesso em: 19 nov. 2010.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

IBGE. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 19 nov. 2010.

LEOPOLDI, M. A. P. A economia política do primeiro governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Org.). *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 241-285. v. 2.

MAZA, F. *O idealismo prático de Roberto Simonsen: ciência, tecnologia e indústria na construção da nação*. São Paulo: Fiesp/Cesp/IRS, 2004.

MEIRELLES, H. L. *Direito administrativo brasileiro*. São Paulo: Malheiros, 2004.

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MENDONÇA, S. R. de. *Estado e economia: opções de desenvolvimento*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

SIMONSEN, R. A planificação da economia brasileira [1944]. In: _____. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*. 3. ed. Brasília: IPEA, 2010. p. 45.

SKIDMORE, T. *De Getúlio a Castelo*. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

TAVARES, Maria da Conceição. *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp, 1974.

Aula 5

ABREU, A. A. et al. (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2001. 5. v.

BOBBIO, N. *Dicionário de política*. São Paulo: Ed. Universidade de Brasília; Brasília: Imprensa Oficial, 2000.

BRESCIANI, M. S. M. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Org.). *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 2.

FGV: CPDOC. Disponível em: < <http://cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 19 nov. 2010

GOMES, A. M. de C. *A invenção do trabalhismo*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

GOMES, A. M. de C.; D'ARAUJO, M. C. *Getulismo e trabalhismo*. São Paulo: Ática, 1989. (Série Princípios, 178.)

MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e velhos sindicalismos*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

MENDONÇA, S. R. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização In: LINHARES, M. Y. (Org.). *História geral do Brasil*. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000, p. 327-350.

RODRIGUES, L. M. Sindicalismo e classe operária (1930-1964). In: GOMES et al. (Org.) *O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964)*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. (História Geral da Civilização Brasileira, 3), p. 507-555.

SKIDMORE, T. *De Getúlio a Castelo*. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 4. ed. rev. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

Aula 6

ABREU, A. A. et al. (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2001. 5 v.

CHACON, Vamireh. *História dos partidos políticos: discurso e práxis dos seus programas*. Brasília: Editora da UNB, 1985.

D'ARAUJO, Maria Celina S. *O segundo governo Vargas: 1951-1954*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

DINIZ, Elis. O Estado Novo: estrutura de poder e relações de classe. In FAUSTO, B. *O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. (História Geral da Civilização Brasileira.)

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp/Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1996.

FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Org.). *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 2.

FGV: CPDOC. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/>>. Acesso em: 19 nov. 2010.

SKIDMORE, T. *De Getúlio a Castelo*. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 2007.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. *Estado e partidos políticos no Brasil: (1930-1964)*. São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1990.

Aula 7

ABREU, A. A. et al. (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2001. 5 v.

BOBBIO, N. *Dicionário de política*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

D'ARAÚJO, Maria Celina S. *O segundo governo Vargas: 1951-1954*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Org.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3.

_____.; REIS, D. A. de A. N. (Org.). *Nacionalismo e reformismo radical: 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. (As esquerdas no Brasil, 2.)

_____. (Org.) *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *Getulismo, PTB e cultura política popular: 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FRENCH, John D. *O ABC dos operários: conflitos e alianças de classe em São Paulo: 1900-1950*. São Paulo: Hucitec, 1995.

GOMES, Angela de Castro Gomes. *A invenção do trabalhismo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Greves e repressão ao sindicalismo carioca: 1945-1964*. Rio de Janeiro: Aperj: Faperj, 2003.

NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Fernando Teixeira da. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (Org.). *O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3. p. 60.

SANTANA, Marco Aurélio. *Homens partidos: comunistas e sindicalistas no Brasil*. São Paulo: Boitempo: Unirio, 2001.

SILVA, Fernando Teixeira da. COSTA, Hélio da. Os trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes. In: FERREIRA, Jorge (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 233.

VASCONCELLOS, Laura Vianna. *Alberto Pasqualini e o trabalhismo no Brasil*. Rio de Janeiro: 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

Aula 8

ABREU, A. A. et al. (Coord.). *Dicionário histórico-biográfico pós-1930*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2001. 5 v.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1996.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

GOMES, Ângela de Castro. *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

MOREIRA, Vânia Maria Lousada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; NEVES, Lucia (Org.). *O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3.

SKIDMORE, T. *De Getúlio a Castelo*. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra: 2007.

_____. *Uma história do Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.